



MOÇAMBIQUE
Confrontos militares
crescem no Sul do país



GRANDES LAGOS
Angola na presidência da CIRGL



BANC Banco Angolano
de Negócios
e Comércio

Um Banco para a Vida.
www.banc.co.ao

ÁFRICA 21

Nº 82 - FEVEREIRO 2014 - 500 Kz / 4 USD / 3 € / R\$ 15



ÁFRICA DO SUL 20 anos de democracia

A longa caminhada de Mandela
para a liberdade acabou,
mas para o país
ela ainda mal começou



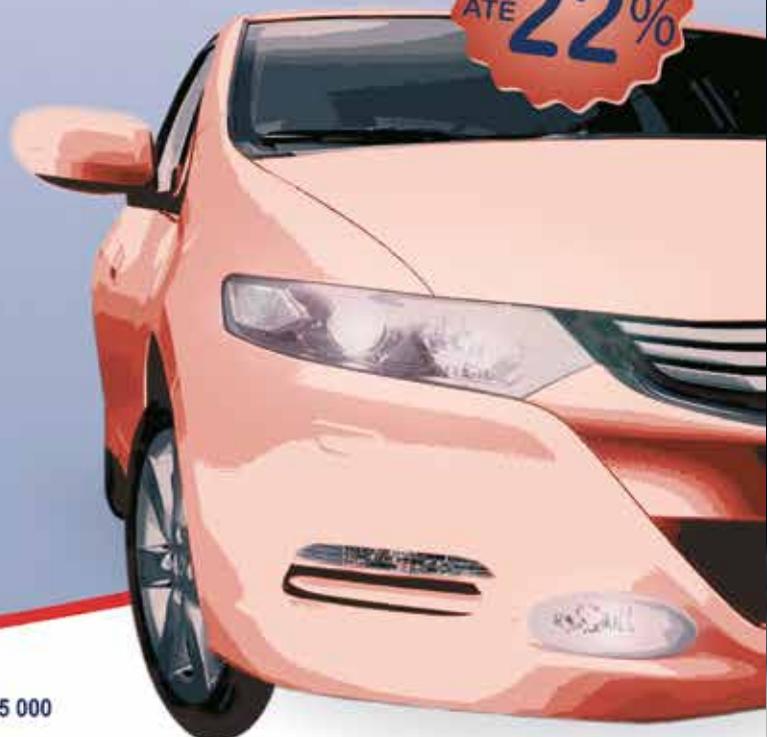
O seu Seguro Automóvel

**AGORA
+BARATO
E COM NOVAS
COBERTURAS**

Hoje em dia o **seguro é o acessório mais importante para o veículo**. E quem conhece a realidade do dia-a-dia nas estradas, sabe que os perigos são muitos, assim como os possíveis prejuízos causados por imprevistos como colisões, roubos e até incêndios. Por isso **contacte a ENSA e escolha as coberturas à sua medida**:

- Fenómenos da Natureza
- Greves, Assaltos, Tumultos e Alteração da Ordem Pública
- Actos Maliciosos e de Vandalismo
- Protecção Jurídica; Perda Total Novo
- Privação de Uso, Reboque/Remoção do Veículo, Responsabilidade Civil
- Choque, Colisão, Capotamento
- Quebra isolada de Vidros
- Furto ou Roubo, Perda Total
- Ocupantes

DESCONTOS
ATÉ **22%**



2º FESTIVAL

SONS DO ATLANTICO



ANGOLA

MATIAS DAMÁSIO
YURI DA CUNHA
ANSELMO RALPH
PÉROLA
DJ DJEFF
B4

BRASIL

IVETE SANGALO

CABO VERDE

LIVITY

ÁFRICA DO SUL

MICASA

8 MARÇO

B A Í A D E L U A N D A

O SONS DO ATLANTICO está de volta com grandes nomes da música angolana e mundial. Garanta já o seu lugar na festa que vai tomar conta da Baía de Luanda.

Bilhetes à venda em todos os Centros ATLANTICO, no posto de informação da Baía de Luanda e Centro de contactos do ATLANTICO: 226 460 460 ou 923 168 168. Saiba no ATLANTICO como ganhar bilhetes para o Festival.

www.sonsdoatlantico.com
TORNE-SE NOSSO FÃ NO FACEBOOK

PATROCINADOR

 ATLANTICO

 BAÍA DE LUANDA

APOIO

 Cidade de LUANDA

Subimos com
ANGOLA



ORION
Marketing, Publicidade e Produção, S.A.



Super Ordenado BAI.
Crédito até 4.000.000,00 kz
e 36 meses para pagar.



O Banco de todos os momentos.

Por que não remodelar a sua casa? Ou comprar uma mobília nova? Ou até mesmo iniciar os estudos? São até 4 milhões de kwanzas e 36 meses para pagar. Super Ordenado BAI. O dinheiro que precisa, agora.



Angola • Cabo Verde • Portugal • África do Sul



www.bancobai.ao



Nelson Mandela teve uma longa vida de 95 anos e de muitas lutas pela liberdade do seu país. Sempre recusou o estatuto de herói e disse que preferia ser lembrado como membro de uma equipa que executou decisões tomadas por um coletivo.

Nicole Guardiola e Cristina Sampaio (ilustração)

África do Sul: a longa marcha para a liberdade



Os sul-africanos vão celebrar, a 27 de Abril, o vigésimo aniversário das primeiras eleições democráticas do país. A maior economia do continente vive tempos conturbados e o desafio do futuro vai ter que ser vencido sem o pai da nação.

Gaye Davis

As interrogações nos Grandes Lagos



O ugandês Yoweri Museveni passou o testemunho a José Eduardo dos Santos, que assumiu a presidência da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos. Mas as guerras na República Centro-Africana e no Sudão do Sul e os sinais de violência na RDC complicaram a agenda da diplomacia angolana.

Nicole Guardiola

Um insustentável impasse em Moçambique



Enquanto os conflitos se alastram ao sul do país e os deslocados das regiões afetadas aumentam, o Governo e a Renamo continuam de costas voltadas. As hipóteses de um entendimento estão cada vez mais distantes.

Emanuel Novais Pereira

ÁFRICA21 Revista de Informação, Economia e Análise
Propriedade Nova Movimento, Lda
 Sociedade de Marketing, Comunicação e Cultura
 Rua Frederico Welvitch, n.º 82
 Bairro do Maculusso – Luanda, Angola
 geral@novamovimento.angola.com
Editada por Movipress
 Uma divisão da Nova Movimento, Lda

Diretor Carlos Pinto Santos
 carlospintosantos@africa-21.com
 c.pintosantos@sapo.pt
Diretora Comercial Fernanda Osório
 fernandaosorio@africa-21.com
 fernandaosorio@gmail.com
Assistente Comercial Luzia Miguel
Secretária Administrativa Zelia Veiga
Representação em Portugal Triangulação, Lda
 Rua Bento Jesus Caraça, 16 – 2º Dto
 1495-686 Cruz Quebrada
Apartado em Lisboa: 19059
 1990-999 LISBOA
Diretora administrativa Marina Melo
 marinamelo@africa-21.com
 marina.melo@sapo.pt

Representação no Brasil
 Belisan Editora, Comercio e Representação Ltda.- Me
 jbelisario.movimento@gmail.com
 joabelisario@hotmail.com
Redação de Angola
 Adriano de Sousa, Alberto Sampaio, Carlos Severino,
 Luís Ramiro, António Dombelo, Pedro Kamaka e
 Ruben Kamaxilu
Redação de Portugal João Carlos, João Escadinha,
 Miguel Correia, Nicole Guardiola, Nuno Macedo
 e Teresa Souto
Redação do Brasil Alfredo Prado e João Belisario
Colaboradores permanentes Almami Júlio Cuiaté
 (Bissau), Augusta Conchiglia (Paris), Beatriz Bissio (Rio de
 Janeiro), Charles Shorongue (Houston), Cristiana Pereira
 (Maputo), Emanuel Novais Pereira (Maputo), Fernando
 Lopes Pereira (Bissau), Gláucia Nogueira (Praia), Itamar
 Souza (Nova Iorque), Jonuel Gonçalves (Rio de Janeiro),
 Juvinal Rodrigues (São Tomé), Luís Costa (Washington),
 Manrique S. Gaudin (Buenos Aires), Natacha Mosso
 (Praia), Paul Cooper e Rodrigues Vaz (Lisboa)
Colunistas Alves da Rocha, Conceição Lima, Corsino
 Tolentino, Fernando Pacheco, Germano Almeida, João
 Melo, José Carlos de Vasconcelos, Luís Cardoso, Luiz
 Ruffato, Mía Couto, Odete Costa Semedo, Pepeteia e

Vicente Pinto de Andrade
Fotografia Agência Angop, Agência Lusa, Agência
 France Presse, Arquivo África21, Arquivo Digiscript,
 Fernanda Osório, Jornal de Angola e Ruth Matchabe
Projeto gráfico, paginação e pré-impressão Digiscript
 digiscript@digiscript.pt
Publicidade em Angola Movimidia
 Gestão e Comercialização de Meios
 Rua Frederico Welvitch, n.º 82
 Bairro do Maculusso — Luanda, Angola
 Fernanda Osório fernandaosorio@africa-21.com
 Paula Miranda paulamiranda@africa-21.com
Distribuição e assinaturas em Angola
 Movipress
 Rua Frederico Welvitch, n.º 82
 Bairro do Maculusso – Luanda, Angola
 Tel.: 244 912 442 453
 fernandaosorio@africa-21.com
Distribuição, Assinaturas e Publicidade no Brasil
 Belisan Editora, Comercio e Representação Ltda.- Me
 jbelisario.movimento@gmail.com
Distribuição em Portugal Logista
 Edifício Logista – Expansão da Área Industrial do Passil
 Lote 1-A Palhavã
 2890 Alcochete

Publicidade e assinaturas em Portugal
 Triangulação
 marinamelo@africa-21.com
 marina.melo@sapo.pt
Impressão em Portugal: PrinTipo
 Alto da Boavista, Estrada de Paço de Arcos, n.º 77
 Pavilhão 20 – 2735-197 CACÉM
 Telefone: (351) 214 906 020
Impressão no Brasil: Set Print Grafica e Editora Lda
 Rua Santos Rodrigues, 237 parte - estacio
 Rio de Janeiro - rj-cep: 20.250-430
 Tel: (21) 2273-6946
Tiragem total: 10.000 exemplares
 Os artigos assinados refletem a opinião
 dos autores e não necessariamente da revista.
 Toda a transcrição ou reprodução, parcial
 ou total, é autorizada, desde que citada a fonte.
 A correspondência deve ser dirigida à Movipress
 Rua Frederico Welvitch, n.º 82
 Bairro do Maculusso – Luanda, Angola.
 Tel.: 244 912 442 453
Portal www.africa21digital.com
Newsletter africa21@africa21digital.com
 CCA – Consultores de Comunicação Associados
 alfredoprado@portugaldigital.com.br

África do Sul, Hoje



6 Entrevista

Francisco Noa
Reinventar Moçambique
Emanuel Novais Pereira



c.pintosantos@sapo.pt

- 37 **ANGOLA** O caso do petroleiro
Carlos Severino
- 38 **ANGOLA** O desafio do censo
Alberto Sampaio
- 41 **ANGOLA** A lição de Lopo do Nascimento
Carlos Severino
- 45 **CRÓNICA DA TERRA** A hora da mulher rural?
Fernando Pacheco
- 50 **CABO VERDE** A agroindústria como opção
Gláucia Nogueira
- 54 **GUINÉ-BISSAU** As eleições e a liberdade de expressão
Almami Júlio Cuiaté
- 64 **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE** Quando a esperança renasce
Juvenal Rodrigues
- 66 **AGRICULTURA EM ÁFRICA** De volta à tradição
Fernando Naves Sousa
- 70 **BRASIL** O ano de todas as emoções
Alfredo Prado
- 72 **BRASIL** Os trunfos de Dilma
João Belisario
- 78 **AMÉRICA LATINA** O Chile e a nova Presidente Bachelet
Manrique S. Gaudin
- 85 **DIA DA CULTURA ANGOLANA** As relações Portugal-Angola
João Carlos

Rubricas

- 10 Antena 21
- 17 Gente
- 81 Insumos
- 88 Cults
- 92 Livro do Mês
- 94 Ver, Ouvir e Ler

Crónicas

- 35 Pepetela
- 53 Germano de Almeida
- 59 Odete Costa Semedo
- 77 Luiz Ruffato
- 96 João Melo

Poucas semanas depois do luto e das celebrações dos sul-africanos de todas as cores e classes sociais pela morte de Nelson Mandela, em 5 de dezembro, nas cerimónias fúnebres de Madiba, a contestação e os gritos dos simpatizantes do ANC e de outros sul-africanos contra Jacob Zuma foram bem audíveis, sempre que o Presidente surgia nos ecrãs do estádio FNB de Joanesburgo. Com um mandato marcado por escândalos e processos judiciais pendentes nos tribunais, Zuma tem atualmente a menor popularidade de qualquer Chefe de Estado desde 1994.

Mas a única dúvida da sua renovação de mandato nas eleições gerais de 2014, está em calcular a percentagem que o ANC vai obter, embora seja previsível que a vitória de centenário partido fique abaixo dos 66% de votos conseguidos em 2009. Nestas quintas eleições democráticas da África do Sul, o ANC cola-se a Jacob Zuma como ícone da campanha e candidato presidencial.

Entretanto, as especulações de analistas e políticos sul-africanos viram-se para quem irá suceder a Zuma em 2019.

Os antecessores do atual Presidente deram grandes contributos nos avanços políticos, económicos, sociais e combateram a brutal e hedionda segregação herdada do apartheid.

Nestes cinco anos de poder, Zuma deu continuidade a estas políticas. Uma das suas primeiras medidas foi autorizar a expansão dos tratamentos das vítimas do VIH/sida, o que resultou ter hoje a África do Sul o maior programa antirretroviral do mundo.

Os vinte anos de democracia transformaram radicalmente a África do Sul. A economia do país reforçou-se como a mais poderosa do continente, o que lhe permitiu entrar no «clube» dos cinco emergentes dos BRICS, e o investimento na educação representa 5% do PIB.

No entanto, a sociedade é profundamente desigual. O fosso entre ricos e pobres agravou-se, os níveis de pobreza e de desemprego são preocupantes, apesar das subvenções dos programas do Governo. Metade do rendimento nacional é arrecadado por 10% das famílias mais ricas, sejam elas negras ou brancas.

O caminho para o desenvolvimento da África do Sul é longo como na generalidade dos países africanos.

CARLOS PINTO SANTOS

“Temos que reinventar este país”



A crise político-militar que Moçambique está a viver analisada sob a ótica crítica do académico moçambicano Francisco Noa, doutorado em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, que fala ainda sobre a reputada «tradição de qualidade» da literatura moçambicana

EMANUEL NOVAIS PEREIRA, TEXTO **ALEXANDRE MARQUES**, FOTOS

ÁFRICA21 Que análise faz à atual tensão político-militar que Moçambique está a atravessar?

FRANCISCO NOA Penso que a situação pode ser vista a dois níveis. Em primeiro, numa perspetiva alargada dos países africanos que têm problemas estruturais, devido a processos históricos mais ou menos resolvidos, que deixaram sequelas no período pós-independência colonial. Depois,

do ponto de vista interno, atendendo ao que está a acontecer, o que estamos a viver não é necessariamente uma surpresa: foi um processo que se foi agravando de forma séria e gradual. Houve expectativas demasiado elevadas relativamente ao Acordo Geral de Paz (AGP), de 1992. Vários assuntos não ficaram claros e a questão que se coloca é se ele foi um acordo de paz ou um armistício,

porque, desde o início, a tensão manteve-se, embora tenha sido diluída por uma certa habilidade política do anterior Presidente, Joaquim Chissano, e porque havia todo o interesse em que Moçambique fosse o bom aluno da comunidade internacional. É claro que havia quem olhasse com algum ceticismo para esta paz, como eu, que me considero um afrocético, porque penso que os nossos países têm muitas fragilidades estruturais que teimamos em não conseguir resolver. O que vemos agora decorre do agravamento de uma situação que podemos associar à inexistência efetiva de uma paz social. Tivemos a paz, mas não tivemos a cultura democrática, que penso que ainda não foi construída.

O que falhou?

A cultura democrática tem muito a ver com a nossa capacidade de aceitarmos o outro. Na nossa cultura política, que está muito relacionada com a do partido no poder, a diferença foi sempre muito mal gerida. Ser diferente, pensar diferente e ser aceite não faz parte da cultura nem da prática das governações africanas. Isto mantém-se na forma de pensamento das pessoas que acabam por gerir o país. Em África não temos, por exemplo, uma sociedade civil forte e as sociedades são profundamente verticalizadas.

Penso que houve uma degradação na estabilidade, que advém da dificuldade de lidar com o outro, que foi ditando uma certa ilusão em relação ao sistema democrático, mas também à sua própria prática. Depois, a falta de pedagogia da diferença não é só um problema do partido no poder. Tem muito a ver com todos os outros partidos, porque, de certo modo, eles reproduzem uma prática política monocrática, que é comum em África. E isto é muito estranho, e até paradoxal, uma vez que a sociedade moçambicana tem dado verdadeiras lições de integração: até os antigos colonizadores foram integrados. A sociedade moçambicana é feita de multiplicidades e diversidades, portanto, ela tem uma marca intrínseca de lidar com aquilo que é diferente. Estranhamente, quando entramos nas lógicas políticas e de poder, todo esse capital, que é secular, desaparece.

O que deveria ter sido acautelado para que o Acordo Geral de Paz se mantivesse?

Todos temos consciência de que o acordo teve uma certa pressão externa para ser assinado na

forma como foi. Obviamente, muita coisa foi feita, mas a perceção que tivemos, sobretudo pelas recorrentes ameaças do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, é que havia zonas penumbrosas no acordo que não foram devidamente enfrentadas. Questões essenciais como a desmilitarização da Renamo não foram esclarecidas. Tivemos alguém que foi muito hábil para negociar o acordo, mas depois faltou coragem para o resolver em definitivo. Olhamos, por exemplo, para o espectro político dominante, a nível de governação, e não vemos representantes de outros partidos e de outras sensibilidades. O que se passa no nosso Parlamento tem tanto de patético como de dramático. No fim do apartheid, os sul-africanos investiram muito na promoção da imagem de harmonização da sua sociedade, porque é o que fica no subconsciente das pessoas. A prática vem depois por arrasto. Angola, bem ou mal, procurou integrar outras sensibilidades no espectro governativo.

O discurso governativo do crescimento económico, associado à descoberta de recursos naturais, não terá também precipitado este impasse?

Tenho a consciência de que precisamos de recursos, o meu problema é se temos a capacidade de os pôr ao serviço do país. É aquela questão sobre se os recursos são uma bênção ou uma maldição. Temos assistido à batalha para a transparência neste processo, que, na minha opinião, não tem de facto sido transparente. Num país que já vinha acumulando tensões, a questão dos recursos tornou-se num catalisador negativo.

Em outubro, Moçambique elege um novo Presidente da República. Qual será a retórica dos candidatos dos três principais partidos: Frelimo, Renamo e Movimento Democrático de Moçambique?

Neste momento, nota-se que as principais forças da oposição tentam explorar a possibilidade de desagregação do partido no poder. Os três pré-candidatos que a Frelimo anunciou parecem não colher consensos amplos, o que indicia essa desagregação. Em fevereiro, o Comité Central da Frelimo escolhe o seu candidato às eleições presidenciais. Só a partir dessa altura será possível perceber qual será a retórica que este partido histórico vai usar nas próximas eleições, bem como a estratégia dos outros. A incipiência das nossas democracias reside precisamente aí. Fica-

A sociedade moçambicana tem dado verdadeiras lições de integração

mos completamente dependentes dos partidos históricos no poder, mesmo quando estão em decadência.

Ensino superior moçambicano

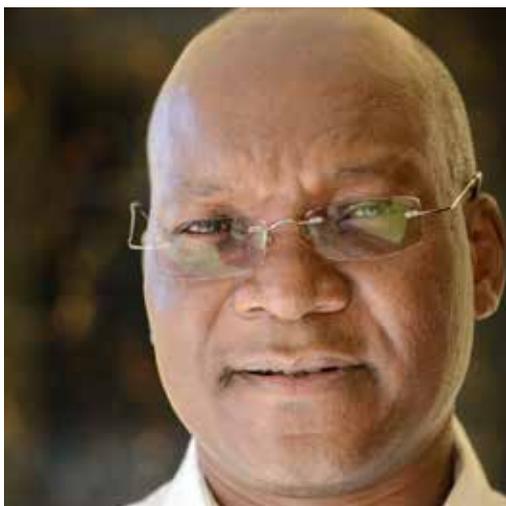
A recente explosão da economia moçambicana aumentou a necessidade de profissionais altamente qualificados. O sistema de ensino superior do país está preparado para responder a esta exigência?

Porque é que países como a China, Coreia do Sul, Finlândia, Singapura, Malásia ou Japão, entre outros, saíram, há 30 ou 40 anos, de uma situação de quase indigência coletiva e passaram a ser nações desenvolvidas? Entre muitas coisas, o facto de eles terem assumido a educação como algo de essencial, fundamental e estrutural para essa transformação. Não sei se existe esta percepção nos nossos países, particularmente em Moçambique. Discute-se muito o ensino superior porque é o que cria mais expectativas de integração profissional, social e de afirmação, mas não é possível falar dele se não se tiver em conta os outros subsistemas: o primário, o básico, o secundário e o técnico-profissional. Ano após ano, vamos

recebendo estudantes que não estão devidamente preparados para o ensino superior, mas a culpa não é dos alunos, que são o elo mais fraco, é do sistema. Se não nos começarmos a preocupar com a qualidade dos professores, das infraestruturas, dos programas que estamos a utilizar, da governação e gestão do sistema educacional, não sei até que ponto o nosso país se conseguirá desenvolver. Temos que reinventar este país.

O último ano foi auspicioso para a literatura moçambicana, bastante destacada internacionalmente. Mia Couto recebeu os prémios Camões e Neustadt, este último considerado «o nobel americano», Paulina Chiziane e Ungulani Ba Kha Kosa foram distinguidos pelo Estado português. O que representam estas distinções? Não foram de todo surpreendentes. Muitas vezes não temos esta percepção, mas a literatura moçambicana nasceu sob o signo da qualidade. Presto, recorrentemente, homenagem àqueles que deram origem a esta literatura, como Rui de Noronha, João Albasini, Noémia de Sousa, Fonseca Amaral, José Craveirinha, Rui Nogar, Orlando Mendes, Rui de Knopfli, Luís Bernardo Howana que criaram uma tradição de qualidade na nossa literatura. Nos finais da década de 1990, houve um momento em que pensei que a literatura moçambicana tinha deixado de fazer jus a esta tradição de qualidade. Nota-se agora uma certa revitalização. É claro que existe todo um contexto, e falo da questão educacional, da relação com a literatura, que não se pode dissociar: esta forma de arte está diretamente ligada à questão educacional. Ao longo dos tempos, nem sempre de forma fluida ou interupta, a literatura moçambicana tem dado sinais de grande vitalidade e de qualidade. No último ano, reconheceu-se o trabalho de escritores que escrevem há quase 30 anos. Os prémios são fatores de reconhecimento e de legitimação.

Tivemos a paz mas não tivemos a cultura democrática que penso que ainda não foi construída



FRANCISCO NOA

Nascido em 1962, na província de Inhambane, Francisco Noa é professor de Literatura e de Retórica na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Ligado ao ensino há quase 30 anos, é doutorado em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pela Universidade Nova de Lisboa. Autor de vários ensaios literários, entre os quais *Literatura Moçambicana: Memória e Conflito* (1997), é uma figura incontornável no meio cultural de Moçambique.

Moçambique continua a ser um país rico em estórias, como muitos escritores moçambicanos costumam fazer menção?

Moçambique tem uma excelente tradição de contos e de contistas, que são verdadeiros contadores de estórias. O caso de Mia Couto é emblemático: quer o biólogo quer o escritor são fabulosos contadores. Tenho pena que o género seja tão pouco divulgado, porque, hoje, a grande aspiração dos escritores é o romance, que acaba por ter mais impacto mediático. Mas, para mim, o conto é a quinta-essência da literatura. Acredito que irá surgir uma nova geração de contadores, porque esta é uma cultura, herdada da sociedade tradicional, muito presente no país. 

Nós seleccionamos. Você escolhe.



Fóruns de Recrutamento em Lisboa

Angola 21 a 23 de Março | **Moçambique** 22 e 23 de Março

Conheça, entreviste e recrute o melhor talento angolano e moçambicano presente na Europa num único fim de semana.

Contacte-nos através de: contactus@eliteic.net ou visite-nos em: www.eliteic.net

Patrocinadores Ouro



Outros Patrocinadores



1,74 milhões

foi o número de barris de petróleo produzido por Angola nos primeiros onze meses do ano passado, contra os 1,78 milhões de 2012



“ Vocês, jovens, não podem perder-se em discussões de infantários, que apenas vos dividem. Têm de estudar em conjunto novos rumos para África

LOPO DO NASCIMENTO, ex-primeiro-ministro de Angola e ex-secretário-geral do MPLA

Angolanas falham 12.º título africano de andebol

Angola vai organizar o 22.º Africano das Nações em andebol sénior feminino em 2016, qualificativo para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (Brasil 2016), confirmou a Confederação continental. Em masculinos, a preferência recaiu sobre a Tunísia.

Para a seleção feminina angolana o próximo torneio será uma oportunidade única para recuperar o título perdido em janeiro após mais de uma década de domínio absoluto. Afastada da final pelas tunisinas por um único golo de diferença após prolongamento, a equipa angolana teve de se contentar com o terceiro lugar no pódio, falhando assim a revalidação do título conquistado nas 11 edições anteriores.

A Tunísia, nova campeã, a RD Congo, vice-campeã e Angola (terceira) qualificaram-se para o Mundial da modalidade, previsto para 2015 na Dinamarca.

A seleção masculina angolana de andebol ficou em quarto lugar – a sua melhor qualificação de sempre – no CAN de Andebol de 2013 que se realizou na Argélia e foi vencida pela equipa da casa. Argélia, Tunísia e Egito representarão África no campeonato mundial de andebol masculino de 2015 que terá lugar no Qatar.



A seleção angolana de andebol durante um treino



Pitira Neto, ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

Nova política salarial debatida em Angola

O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) vai submeter à discussão e apreciação dos parceiros económicos, sociais e entidades competentes a abordagem de um novo modelo de salários aos ativos laborais, anunciou o titular do setor, Pitira Neto.

A nova filosofia salarial pretende introduzir as noções de produtividade, desempenho por objetivos e avaliação continuada na definição dos postos de trabalho e as respetivas remunerações.

De acordo com o ministro, o salário das empresas deverá basear-se em critérios de competência técnico-profissional, resultados do desempenho da atividade produtiva, especialização de funções e não apenas em elementos formais e processuais de índole documental, académica ou habilitacional dos candidatos ou trabalhadores.

Segundo Pitira Neto, será submetida aos órgãos competentes uma proposta de medidas sobre políticas ativas de emprego, onde se confere importância maior a programas, projetos, instrumentos, mecanismos e circunstâncias apropriadas para a geração de postos de trabalho e de emprego nos setores primário, secundário e terciário da economia.

Mondlane e Cabo Verde entre as universidades africanas mais procuradas na net

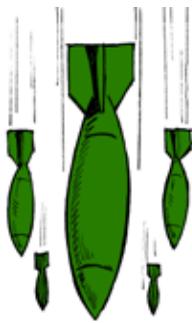
Trata-se de um ranking organizado pela 4 International Colleges & Universities (4icu), um motor de pesquisa e diretório que inclui 11.160 institutos e universidades de 200 países. Na lista das 100 Universidades Africanas mais procuradas na internet em 2013, a moçambicana Universidade Eduardo Mondlane surge em 43.º lugar e a Universidade de Cabo Verde em 95.º, sendo as duas únicas instituições de ensino superior dos PALOP mencionadas. Os lugares cimeiros são dominados por universidades sul-africanas (sete entre os dez primeiros) e também do Egito (seis entre os 20 primeiros lugares). A compilação, como é referido, não espelha a qualidade do ensino ministrado nas referidas universidades, mas apenas o interesse demonstrado pelos utilizadores da internet.

ROGERIO TUTI/JORNAL DE ANGOLA

DOMINGOS CADÉNIA/JORNAL DE ANGOLA

15000

peças morreram em 8500 ataques terroristas em 2012; só no primeiro semestre de 2013 foram registados mais 5100 atentados



África é hoje portadora de todas as esperanças do mundo

SHINZO ABE, primeiro-ministro do Japão

Saúde de Bouteflika condiciona as eleições presidenciais argelinas

O Presidente Abdelaziz Bouteflika convocou por decreto as próximas eleições presidenciais argelinas para 17 de abril de 2014, ao regressar de Paris onde esteve hospitalizado vários dias para uma «visita médica de rotina».

Indigitado como candidato pela Frente de Libertação Nacional (FLN), ex-partido único, e líder da atual coligação governamental, Bouteflika deverá anunciar em fevereiro se aceita concorrer a um quarto mandato, aos 76 anos e quando se encontra diminuído fisicamente pela doença. Em 2005 «sobreviveu por milagre», segundo as suas próprias palavras, a uma úlcera no estômago, provavelmente cancerosa, e em 2013 sofreu um AVC, o que o levou a um novo internamento em Paris e o manteve longe de Argel durante meses.

Mais de uma dezena de personalidades anunciaram a sua eventual candidatura à Presidência, incluindo figuras históricas da FLN. Mas a única campanha que já começou é a da reeleição de Bouteflika, cujo retrato é omnipresente nas ruas e nos atos oficiais, onde não é visto em pessoa há meses.



Abdelaziz Bouteflika, Presidente da Argélia

Oposição à reeleição do Presidente do Burkina Faso

As manobras em curso para tentar remover os obstáculos constitucionais à candidatura do Presidente Blaise Compaoré a um novo mandato em 2014 encontram uma forte resistência até no seu próprio partido. Em dezembro, 75 membros do bureau político do Congresso pela Democracia e o Progresso (CDP), entre os quais ex-ministros, um ex-primeiro-ministro e altos funcionários, abandonaram em bloco o partido. Na sua carta de demissão denunciavam «os métodos de gestão (do poder) baseados na intriga, delação, hipocrisia, clientelismo e exclusão».



Blaise Compaoré, Presidente do Burkina Faso

Alguns dos demissionários apareceram ao lado de todos os líderes dos partidos de oposição coligados à cabeça de uma manifestação que reuniu mais de dez mil pessoas em Ouagadougou a 18 de janeiro, e outras ainda maiores noutras cidades do país. Os manifestantes opõem-se à revisão do artigo 37 da Constituição que limita a dois os mandatos do Chefe do Estado.

Chegado ao poder em 1987 através de um golpe de Estado, Compaoré foi eleito para dois mandatos de sete anos (em 1991 e 1998), mas aproveitou uma revisão constitucional que reduziu para cinco anos a duração dos mandatos presidenciais para se fazer eleger de novo em 2005 e 2010.

Cabo-verdiano é eleito para o governo local em Brockton

Moisés Rodrigues, 52 anos, nascido na Ilha do Fogo, foi eleito em novembro passado conselheiro municipal na Cidade de Brockton, ficando em terceiro lugar entre os mais votados. É o primeiro membro da comunidade cabo-verdiana a fazer parte do governo local desta cidade norte-americana onde um quarto da população é de origem cabo-verdiana, entre outras minorias.

Rodrigues passou a infância em Angola, regressou a Cabo Verde na altura da independência e chegou aos EUA aos 16 anos. Praticamente desde então está ligado a atividades associativas, tendo sido presidente da Associação Cabo-Verdiana de Brockton. Tem formação na área da ação social e comunitária. Em 2003, tinha-se candidatado ao cargo agora alcançado, mas nas eleições de 2005 e 2007 não concorreu, pois na altura era assessor do então *mayor* de Brockton. Foi eleito com 4609 votos. Outros dois representantes de minorias étnicas conseguiram ser eleitos neste último escrutínio na cidade: um euro-americano, Jass Stewart, e uma afro-americana, Shaynah Marie Barnes.

Chefes de Estado africanos estão a terminar o seu segundo e último mandato



“Os países da região dos Grandes Lagos são ricos e o fim do sofrimento é possível quando todos compreenderem que as lutas entre irmãos, muitas vezes instigadas desde o exterior, não nos trazem benefícios

GEORGES CHIKOTI, ministro das Relações Exteriores de Angola

Cabo Verde entre os melhores destinos para turismo ético

A revista *Ethical Traveler*, editada na Califórnia, indicou Cabo Verde como terceiro melhor destino ético de viagem para 2014. Todos os anos a publicação escolhe dez países em função de indicadores como direitos humanos, preservação do ambiente e bem-estar social, referindo os que têm bons índices nessas áreas, ao mesmo tempo que oferecem uma boa oferta turística. «Ao visitarem estes países, usem o vosso poderio económico para apoiar as melhores práticas», aconselha.

Bahamas e Barbados são os países que aparecem antes de Cabo Verde nesse ranking, a seguir ao qual estão Chile, República Dominicana, Lituânia, ilha Maurício, Palau e Uruguai. Entre os países africanos, o Gana foi retirado da lista devido a situações de desrespeito pelos direitos humanos. A Ásia, por sua vez, não tem nenhum país incluído. Para elaborar a sua lista de indicações, a *Ethical Traveler* baseia-se em dados de entidades como Freedom House, Millennium Challenge Corporation, Repórteres Sem Fronteiras, Unicef e Banco Mundial.



Ali Zeidan, primeiro-ministro líbio

A Líbia à beira da bancarrota

O bloqueio dos três principais portos petrolíferos da Líbia, a decorrer desde julho de 2013, asfixia economicamente o Governo do primeiro-ministro Ali Zeidan que extrai das exportações de crude 96% das suas receitas. De 1,5 milhões de barris/dia estas exportações caíram o ano passado para 250.000. Milícias e organizações tribais tentam provocar a queda de Ali Zeidan sem o conseguir por falta de consenso no Congresso Nacional Geral (CNG). Eleito em 2012, o CNG prorrogou em dezembro o seu mandato até ao final de 2014.

A opção militar pode impor-se como último recurso para pôr termo ao bloqueio, e as forças da NATO que ajudaram a derubar o regime de Muammar Khadafi prepararam-se discretamente para esta eventualidade, com patrulhas aéreas sobre as fronteiras da Líbia, para travar o intenso tráfico de armas, combatentes e migrantes entre este país e os vizinhos africanos. Ali Zeidan continua a rejeitar o recurso às armas para repor a autoridade do Estado, mas a 18 de janeiro o CNG teve de decretar o Estado de Emergência após a ocupação de uma base militar no Sul por um grupo rebelde e uma série de confrontos armados que fizeram dezenas de vítimas.



Crise de sucessão na Nigéria

A pouco mais de um ano das eleições presidenciais de 2015, o Presidente nigeriano Goodluck Jonathan está sob pressão do seu próprio partido, o Partido Democrático Popular (PDP), no poder desde a restauração da democracia em 1999, para que anuncie publicamente que não será candidato a um novo mandato.

Num movimento inédito em África, no mês de dezembro cinco influentes governadores de estado e 37 deputados do PDP abandonaram o partido para se juntar ao APC (sigla inglesa do Congresso de Todos os Progressistas), principal formação da oposição, deixando Jonathan e o seu Governo sem maioria no Parlamento.

O ex-Presidente Olusegun Obasanjo e fundador do PDP apelou ao Presidente para que renuncie a recandidatar-se de modo a «salvar o Partido», mas Jonathan preferiu demitir o líder do partido Bamanga Tukur, cristão como ele, e endurecer as sanções penais contra os homossexuais para tentar reconquistar apoios eleitorais sobretudo no Norte, maioritariamente muçulmano.

O fundamentalismo religioso é um aspeto cada vez mais determinante da vida política da Nigéria protagonizado quer pelos terroristas islamistas de Boko Haram quer pelas seitas de inspiração cristã que proliferam no país mais povoado de África.

34 milhões

de dólares por ano é quanto pode custar a conservação e recuperação da biodiversidade marinha no mundo



«A visão do meu marido não está a ser aplicada pelos nossos dirigentes e começo a pensar que talvez ele tenha morrido em vão»

REBECCA GARANG, viúva do «pai fundador» do Sudão do Sul, John Garang

ÚLTIMA HORA Governo e Renamo retomam negociações

Três meses após o último encontro, Governo e Renamo retomaram a 27 de janeiro negociações da crise política e militar, acordando a integração de observadores no processo negocial. Dezenas de pessoas, incluindo militares, já morreram em ataques que o Governo tem atribuído a homens armados da Renamo, maioritariamente no centro do país, na sequência de confrontos com o exército e incursões na principal estrada do país.

Segundo Gabriel Muthisse, chefe da delegação governamental, as duas partes chegaram a acordo em relação à participação de observadores no processo. «O mais importante é a participação de terceiros, de observadores. As duas partes irão definir os critérios de participação desses terceiros. Acho que a nossa expectativa, e creio que também é a da Renamo, não é ver quem ganhou ou perdeu. A nossa expectativa é que desse debate ganhem todos os moçambicanos. O nosso foco é que os moçambicanos ganhem, possam produzir e viver num clima de paz», disse Gabriel Muthisse, que é também ministro dos Transportes e Comunicações.

Por seu turno, o chefe da delegação da Renamo, Saimon Macuiana, afirmou que as duas partes vão discutir nos próximos encontros os termos de referência para a participação dos observadores nas reuniões entre os dois lados.

«Do trabalho que fizemos, fica claro que é importante a presença da mediação e de observação com vista a integrar a participação de todos. Como se sabe, todo o mundo está interessado em ajudar o povo moçambicano a alcançar uma solução pacífica», disse Macuiana.

Madagáscar tem novo Presidente

Hery Rajaonarimampianina foi proclamado Presidente da Grande Ilha depois de vencer, na segunda volta, Jean Louis Robinson, candidato apoiado pelo ex-presidente Marc Ravalomanana, exilado na África do Sul desde que foi derrubado em 1999.

Rajaonarimampianina, que obteve mais de 53% dos votos, tem 55 anos e fama de ser competente e íntegro. Teve o apoio do Presidente da autoridade de transição, Andry Rajoelina, que poderá ser nomeado primeiro-ministro, dado que a sua formação obteve também a maioria no Parlamento nas eleições legislativas que se realizaram a 20 de dezembro, ao mesmo tempo que a primeira volta das presidenciais.

O escrutínio foi considerado livre, transparente e democrático pelos observadores internacionais e pela Comissão Eleitoral Independente, que rejeitou as alegações de fraude massiva por parte dos apoiantes de Robinson.

A SADC felicitou o novo Presidente eleito pela vitória que representa «o fim de um longo pesadelo político e constitucional». A SADC tinha suspenso a participação de Madagáscar na organização a seguir ao derrube de Ravalomanana. Uma série de sanções económicas contra este país foram adotadas pela comunidade internacional liderada pela França e os Estados Unidos e agravaram dramaticamente a situação económica e social do país, considerado atualmente como o mais pobre do mundo. A reconciliação nacional e o relançamento da economia e do turismo vão ser as primeiras prioridades dos novos dirigentes eleitos.



Hery Rajaonarimampianina

O Egito reinventa o nasserismo

A vitória esmagadora do «sim» no referendo sobre a nova Constituição egípcia elaborada por uma comissão de «sábios» liderada por Amr Mussa, que foi durante dez anos secretário-geral da Liga Árabe e candidato às eleições presidenciais de 2011, vencidas pelo Irmão Muçulmano Mohamed Morsi, entretanto destituído e preso.

Com mais de 98% de votos favoráveis e uma participação de 38%, superior à do anterior referendo sobre a Constituição «islamista» aprovada em 2012 sob o mandato de Morsi, estas primeiras eleições foram interpretadas como um plebiscito a favor da intervenção dos militares para impedir a «islamização» do Estado e da sociedade egípcia. Abre a via a uma eventual candidatura presidencial do general Al-Sissi, autor do golpe, cujo retrato surge cada vez mais associado ao do general Nasser, fundador do Egito moderno.

A nova Constituição consagra o regresso aos princípios fundamentais do «nasserismo», como a proibição dos partidos de cariz religioso, e legitima *a posteriori* a sangrenta repressão contra os apoiantes do ex-Presidente Morsi e os Irmãos Muçulmanos. O aspeto mais negativo de todo o processo é a abstenção da juventude egípcia que recusa massivamente escolher entre o Islão político que tentou impor Morsi e um sistema laico mas que coloca os militares na posição de «guardiões da revolução» e da democracia.



General Al-Sissi

100 milhões

de dólares é a ajuda de emergência do Banco Mundial à República Centro-Africana para tentar dar resposta à crise humanitária no país dilacerado pela violência sectária



“O objetivo principal do desenvolvimento económico deve ser a melhoria das condições de vida da população. Não se pode separar os dois conceitos”.

Dilma Rousseff, presidente do Brasil

Programa CPLP nas Escolas em fase de lançamento

Decorreu entre 13 e 15 de janeiro, em Lisboa, a reunião de Pontos Focais para o Programa CPLP nas Escolas. Inserindo-se na lógica das atuais metodologias de «Educação para o Desenvolvimento» ou «Educação para a Cidadania», este programa pretende contribuir para a realização do Objetivo de Desenvolvimento do Milénio 8, que especifica a criação de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Segundo Manuel Lapão, diretor de Cooperação da CPLP, esta ação favorece a inter-relação social e cultural que promova uma cidadania global responsável, mobilizando o público-alvo para as prioridades do desenvolvimento humano sustentável. De acordo com nota da CPLP, o objetivo concreto do projeto «passa por implementar o programa nos diferentes Estados-membros, junto de escolas-piloto identificadas, incentivando a aproximação das gerações mais jovens da CPLP entre si, permitindo-lhes trocar informações e partilhar experiências, para que se construam e solidifiquem pontes entre os países lusófonos nos domínios da justiça, equidade e solidariedade».

O lançamento do Programa CPLP nas Escolas nos Estados-membros será acompanhado pela efetiva implementação do projeto e de uma plataforma interativa *online*, para partilha e intercâmbio de conteúdos entre alunos. O programa conta ainda com uma componente de sensibilização e dinamização das crianças no âmbito de desenvolvimento sustentável e conhecimento intercultural.



Protesto em Telavive contra a política de imigração de Israel

Racismo e antissemitismo

Dezenas de milhares de africanos, entrados ilegalmente em Israel pela fronteira do Sinai, iniciaram em dezembro manifestações contra a lei que autoriza a sua detenção sem julgamento durante um ano, e contra as expulsões sem processo. Oriundos maioritariamente da África do Leste, estes migrantes pedem que sejam examinados os seus pedidos de asilo político, estatuto que lhes permitiria trabalhar ou sair do país legalmente.

A presença de cerca de 60.000 africanos nestas condições em Israel tem dado lugar a manifestações de racismo declarado por parte da extrema-direita religiosa e de uma parte da população. Além de considerar que os imigrantes não judeus são uma ameaça contra o «carácter judeu do Estado de Israel», estes manifestantes acusam os negros de «cheirar mal» e de serem portadores de todo o tipo de doenças e vícios.

Esta crise relançou na Europa o debate sobre o racismo, o antissemitismo e o sionismo. O debate é particularmente aceso entre a diáspora africana que ficou chocada pela decisão das autoridades francesas de censurar o humorista Dieudonné, autor de piadas e gestos de mau gosto sobre os judeus e o nazismo, consideradas como atentados aos direitos humanos. Franco-camaronês, Dieudonné tornou-se popular entre a população oriunda da emigração por denunciar a hipocrisia de uma opinião pública que condena o racismo, defende a liberdade de expressão quando se trata de *cartoons* considerados blasfemos pelos muçulmanos, mas aplaude ou ignora as manifestações de intolerância por parte de outras minorias, nomeadamente os judeus.

5%

é o défice público português referente a 2013, o equivalente a cerca de 1750 milhões de euros (2380 milhões de dólares), abaixo do limite inscrito no programa de ajustamento económico firmado com a Troika

A exceção tunisina

Iniciadora da chamada «primavera árabe», a Tunísia celebrou em janeiro o terceiro aniversário da queda do regime de Ben Ali em plena efervescência política e social. Aparentemente, nem as dificuldades económicas, a crise política ou as preocupações de segurança têm conseguido desviar o rumo da revolução democrática em curso. Apesar dos atrasos, a nova Constituição é o resultado de consensos alcançados após intensos debates na assembleia eleita para o efeito em outubro de 2011 e no seio da sociedade civil, que pesou com greves e manifestações sobre a elaboração das disposições mais polémicas.

Além de preservar conquistas históricas como a separação entre religião e Estado, a independência dos magistrados e a igualdade dos cidadãos face à lei, a nova lei fundamental consagra a paridade entre homens e mulheres em todos os órgãos eleitos, uma vitória das mulheres e da juventude tunisina, única em toda a geografia árabe-muçulmana e mesmo no mundo.

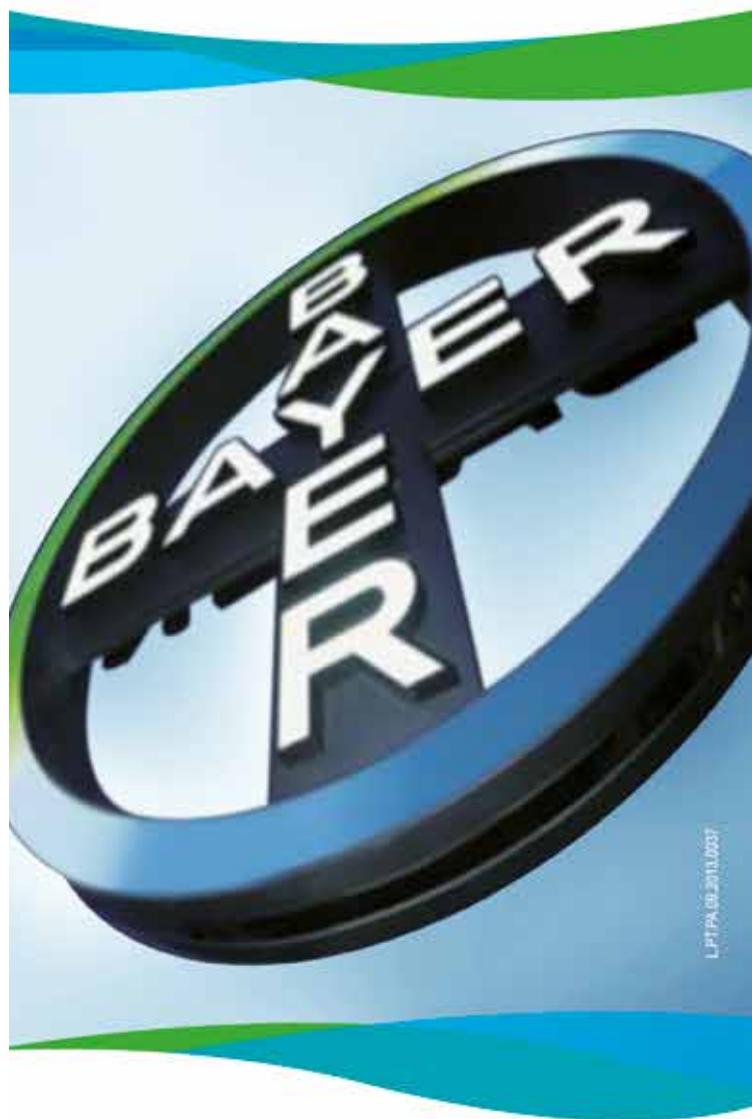
A próxima etapa será a realização das primeiras eleições legislativas que serão organizadas por um Governo especialmente constituído e dirigido por Medhi Jobaa, um tecnocrata sem filiação partidária mas próximo do partido islamista Ennahda. Esta solução foi também adotada por consenso após duras batalhas entre a maioria saída das eleições para a Assembleia Constituinte e a oposição, com a poderosa central sindical UGTT como mediadora do diálogo nacional.



A Constituição da Tunísia determina a paridade entre homens e mulheres em todos os órgãos eleitos



Science For A Better Life



Porque a saúde é o mais importante



Postos de Venda da Revista **ÁFRICA21**

LUANDA

LOJAS AFRICANA

- ⊗ Mutamba – Rua Rainha Ginga (junto à sede da Sonangol)
- ⊗ Hotel Skyna (hall do hotel)
- ⊗ Av. dos Combatentes (junto ao restaurante Ritz)
- ⊗ Shopping do Belas (junto à zona da restauração)
- ⊗ Maianga – (junto à rotunda da Martal) - irá reabrir brevemente

OUTROS REVENDEDORES

- ⊗ Bombas Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro
- ⊗ Bombas da Corimba
- ⊗ Bombas Embarcadouro do Mussulo
- ⊗ Casa dos Frescos Atrium - Junto ao Nova Vida
- ⊗ Casa dos Frescos Baixa Mutamba
- ⊗ Casa dos Frescos Brisas Talatona - Junto à Universidade Oscar Ribas
- ⊗ Casa dos Frescos Conchas Talatona - Junto à sede do Banco BIC
- ⊗ Casa dos Frescos Vila Alice - Junto ao Cine Atlântico
- ⊗ Cita Café dentro da Hyundai - Rua Rainha Ginga
- ⊗ Pastelaria Vouzelense
- ⊗ Gestoffice - Junto à Universidade Lusíada (Ex-Papelaria Fernandes)
- ⊗ Greenspot - Dentro do supermercado Max (Morro Bento)
- ⊗ Galeria Hotel Alvalade
- ⊗ Hotel Epic Sana Mutamba
- ⊗ Quiosque Las Palmas - dentro do Aeroporto Inter. 4 de Fevereiro
- ⊗ Supermercado Valoeste
- ⊗ Shopping Carmo – B. Marianga, perto da antiga Embaixada da África do Sul
- ⊗ Galeria Hotel Trópico
- ⊗ Livraria Mensagem Rua do 1º Congresso do MPLA Mutamba
- ⊗ Livraria Nguvulu - Vila de Viana – Junto à Igreja Católica
- ⊗ Star Angola (Viana) Rua Comandante Valódia, prédio da Conservatória
- ⊗ Livraria Sá da Bandeira – Maculusso
- ⊗ Pastelaria Snack das Quatro - Talatona
- ⊗ Livraria Papelaria Mestria – Kinaxixi, junto à farmácia do Kina Xixi
- ⊗ Supermercado Jofrabo – Maculusso, junto à Liga Africana
- ⊗ Universidade Metropolitana Bairro
- ⊗ Livraria Lello Mutamba - Perto da Sonangol
- ⊗ Distribuidora News Praia do Bispo - Perto do Mausoléu

LUBANGO

- ⊗ Livraria Lello
- ⊗ Centro Comercial Millennium

HUAMBO

- ⊗ Ludim Centro Comercial – Cidade Alta - Rua Imaculada Conceição
- ⊗ Mercado Central da Baixa

BIÉ

- ⊗ Praça da Pouca Vergonha

BENGUELA

- ⊗ Supermercados Martins e Neves
- ⊗ Restaurante Tudo na Brasa
- ⊗ Pastelaria Flamingo
- ⊗ CAB (Café da Cidade)

LOBITO

- ⊗ Livraria Independência - Bairro 28, junto ao mercado

NAMIBE

- ⊗ Futuro sem limites FASHION, Lda.
- ⊗ H30/cita na Rua 14 de Abril

“A população da República Centro-Africana enfrenta uma das piores crises da sua história, que requer uma ação urgente por parte da comunidade internacional

MAKHITAR DIOP, vice-presidente do Banco Mundial



Catherine Samba-Panza, Presidente interina da RCA

Uma mulher para salvar a República Centro-Africana

Eleita Presidente interina da República Centro-Africana, em 20 de janeiro, Catherine Samba-Panza, 59 anos, faz da reconciliação nacional a sua prioridade e orgulha-se de ter boas relações com todas as partes envolvidas no conflito. Nascida no Chade, de mãe centro-africana e pai camaronês, foi nomeada presidente da câmara de Bangui em maio de 2013, dois meses após o derrube do regime do ex-Presidente Bozizé pelos rebeldes da Seleka; o seu marido, Cyriaque Samba Banza, foi ministro dos ex-Presidentes Kolingba e Bozizé.

A questão é de saber se conseguirá trazer de novo um mínimo de racionalidade a uma situação que parece ter escapado ao controlo de todos os protagonistas, e levado o país à beira do «genocídio» que a intervenção militar da França, autorizada pela ONU em dezembro, pretendia evitar. Uma vez mais o Ocidente tardou em reconhecer o erro de avaliação que cometeu quando apontou como principal ameaça e fatores de violência os rebeldes da Seleka e o seu presidente (muçulmano) Michel Djotodia e rotulou os seus adversários anti-balaka de «milícias cristãs de autodefesa». A luta pelo poder entre partidários e adversários de Bozizé, «evangelista supremo» da Igreja do Cristianismo Celeste, muito influente no Gana e na Nigéria, pôde assim ser transformada num «combate contra o terrorismo islâmico» e dar lugar a um surto de violência irracional contra a minoria muçulmana que obrigou os países vizinhos a repatriar em catástrofe milhares dos seus nacionais instalados há décadas na RCA.

A nova Presidente apelou aos «irmãos anti-balaka» para deporem os machetes – o que não conseguiram nem os 1600 militares franceses, nem os 6000 efetivos da Missão Africana (Misca). Conta com o apoio dos homólogos africanos e dos líderes religiosos católicos e muçulmanos de Bangui.

4,6 milhões

é a população da República Centro-Africana; quase metade precisa atualmente de ajuda humanitária

Poder, petróleo e guerra civil no Sudão do Sul

Ao aceitar as condições – consideradas leoninas – impostas por Cartum para a retoma das exportações de petróleo do Sudão do Sul, vitais para as economias dos dois países, o presidente Salva Kiir pensava assegurar a sua reeleição em 2015 e converteu-se de facto em «melhor inimigo» do regime de Omar Al-Bashir.

Mas ao demitir o vice-presidente Riek Machar, todo o Governo e o líder do seu próprio partido por discordar desta estratégia, Salva Kiir lançou as sementes da guerra civil que eclodiu em meados de dezembro.

Ao intervir militarmente no conflito, o Presidente ugandês Yoweri Museveni ajudou de forma decisiva Salva Kiir a retomar o controlo das instalações petrolíferas tomadas pelos rebeldes, mas complicou a tarefa dos mediadores regionais e da ONU que procuram uma solução negociada. As ingerências estrangeiras evidentes, os conflitos de interesses reais ou supostos, e a apetência da imprensa ocidental por descrever em termos étnicos ou tribais todas as crises políticas africanas explicam a enorme confusão em torno das negociações em curso em Adis Abeba. Por sinal, a delegação «rebelde» inclui Rebecca Garang, viúva do «fundador» do Sudão do Sul, John Garang, morto em 2003, que pertence à mesma etnia (dinka) que Salva Kiir, e é uma das mais severas críticas do atual regime de Juba.



Salva Kiir demitiu o vice-presidente, todo o governo e o líder do seu partido

Gente

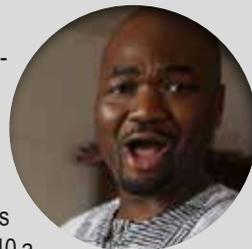
RACHEL MWANZA A jovem atriz congoleza (nascida em 1997) tornou a comover o mundo com a publicação do seu livro autobiográfico *Survivre pour voir ce jour* (Sobreviver para ver este dia), que relata a extraordinária aventura desta criança, rejeitada pela família sob a acusação de bruxaria, que viveu durante anos «o pequeno inferno das ruas de Kinshasa». Revelada por um documentário belga sobre o drama das crianças de rua (*Kinshasa Kids*) em 2010, Rachel foi escolhida para protagonista do filme *Rebelle* do realizador canadiano Kim Nguyen. Conquistou o urso de prata do Festival de Berlim em 2013, e vários outros prémios pela sua interpretação de *Komona*, criança-soldado. O dia a que faz alusão no título do livro é a gala dos Óscares de 2013 em que participou como nomeada para a categoria de melhor atriz. Vive atualmente no Canadá e regressou à escola, mas deseja trabalhar com a Unesco e ser embaixadora das crianças de rua, não para inspirar compaixão mas ser mensageira de esperança.



CARLOS ALVES MOURA Nomeado representante especial da CPLP para a Guiné-Bissau, o brasileiro Carlos Alves Moura afirma que a sua missão é «de diálogo, em função de uma participação política da Guiné-Bissau, Estado-membro da CPLP, que procura encontrar os caminhos da democracia e do progresso». O primeiro a fazer será o «desarmamento dos espíritos» e o enfoque na necessidade de concertação política. Carlos Alves Moura fora já representante temporário da organização na Guiné-Bissau entre 2004 e 2006, chefiou a missão de observação eleitoral às legislativas de 2012 em Timor-Leste em representação da CPLP. Licenciado em Direito, e advogado de profissão, foi coordenador-geral do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, órgão da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura do Brasil. Foi ainda fundador e presidente do Centro de Estudos Afro-brasileiros, e assessor para os assuntos de cultura afro-brasileira no Ministério da Cultura do Brasil.



TAOFICK OKOYA Quando há sete anos este empresário nigeriano não conseguiu encontrar nas lojas uma boneca negra para oferecer à sobrinha, percebeu que tinha encontrado uma oportunidade de negócio. Criou as Queens of Africa e Naija e hoje a sua empresa vende entre 6000 e 9000 destas bonecas por mês, tendo atingido uma quota de mercado de 10 a 15% e roubando clientes à «universal» Barbie, da americana Mattel. Tal como a Barbie, as Rainhas de África de Okoya são altas, esguias e delgadas e custam entre 8 e 22 dólares. O empresário conta que numa primeira fase produziu bonecas mais «cheinhas», mas o resultado não agradou às meninas... «Por enquanto, precisamos esconder-nos atrás da boneca 'normal'. Quando tivermos construído a marca, poderemos fazer bonecas com corpos maiores», diz o empresário. Okoya Atualmente encontra-se em negociações com uma cadeia de supermercados africana, o que poderá levar as «rainhas nigerianas» a lojas de todo o continente.





ÁFRICA DO SUL DEPOIS DE

A mais duradoura herança de Nelson Rolihlahla Mandela está no papel por ele desempenhado em reconciliar uma nação devastada e fraturada por séculos de colonialismo e apartheid. Em 27 de abril, os sul-africanos vão celebrar um marco significativo. O próximo Dia da Liberdade marcará 20 anos sobre a data em que milhões de pessoas aguardaram pacientemente numa fila para votar nas primeiras eleições democráticas de 1994.

Este ano, as comemorações serão ainda mais pungentes. Mandela, o pai da nação, já não estará

presente. A sua morte em 5 de dezembro uniu sul-africanos de todas as cores e classes num luto e celebração pela sua vida e legado. Os pessimistas que previram derramamento de sangue e caos na sequência da morte de Mandela estavam profundamente enganados.

O percurso de transição e transformação da África do Sul não tem sido fácil. E está longe de terminar.

O Congresso Nacional Africano (ANC) tem feito grandes progressos na criação de um Estado que serve todos os seus cidadãos, e não apenas uns



NELSON MANDELA

poucos de privilegiados. E fê-lo ultrapassando grandes dificuldades.

Mas a história mostra-nos que para qualquer movimento de libertação, a proximidade ao poder é acompanhada de outros desafios como a corrupção e o clientelismo. Para muitos, para demasiados, a Constituição do país, muito centrada nos direitos humanos, ainda não passa de palavras em papel.

A maior economia do continente luta contra os ventos agrestes da recessão global e de uma feroz militância trabalhadora, enquanto milhões – na sua

maioria jovens – estão sem trabalho e sem esperança de o conseguir.

A insatisfação com a resposta às necessidades da população e com os líderes do movimento a que Mandela dedicou a sua vida está num nível sem precedentes. As barricadas características da luta contra o apartheid na década de 1980 estão de novo a arder.

A longa caminhada de Madiba para a liberdade pode ter acabado. Mas para a África do Sul, apenas duas décadas depois, ela ainda mal começou.

GAYE DAVIS

Os sul-africanos vão assinalar o 20.º aniversário das primeiras eleições democráticas do país em 27 de abril, apenas quatro meses depois de a morte de Nelson Mandela os ter unido tanto no luto pelo seu desaparecimento como na celebração pela sua vida e legado

Vinte anos depois do apartheid

O ENVELHECIDO MANDELA estava há muito afastado da linha da frente política, mas a sua morte a 5 de dezembro provocou uma profunda reflexão sobre a sua abnegação, a liderança baseada em princípios, e deu origem a comparações nítidas com aqueles que atualmente estão à frente do movimento ao qual dedicou sua vida, o Congresso Nacional Africano (ANC).

Os apupos dos apoiantes do ANC, que se ouviram na multidão durante os serviços fúnebres de Mandela, cada vez que o rosto de Jacob Zuma aparecia nos ecrãs gigantes, deixaram bem evidente a insatisfação de muitos que acreditam que o partido perdeu a sua orientação moral sob a liderança do atual Presidente.

Zuma, cujo mandato tem sido marcado por escândalos de corrupção e que tem questões judiciais por resolver, registou em novembro uma popularidade menor do que qualquer outro Presidente desde 1994. Dinheiros públicos gastos na sua herdade em Nkandla, no meio da pobreza rural do KwaZulu Natal, serviram para o retratar – talvez injustamente – como um líder que coloca os seus interesses em primeiro lugar.

Com as quintas eleições democráticas do país para novos governos nacionais e provinciais a poucos meses de distância (a data exata ainda não foi anunciada), o ANC cerrou fileiras atrás de Zuma como rosto de campanha e candidato presidencial.

Mas o movimento de libertação, que conta já 102 anos, embora confiante na manutenção do poder, arrisca-se a obter uma margem de vitória bem mais baixa que os 65,9% de votos obtidos em 2009.

O partido enfrenta desafios tanto internos como externos. O maior partido da oposição, a Aliança Democrática, esforça-se por seduzir a classe média negra urbana, valendo-se da sua trajetória de governo limpa e relativamente eficiente em Western Cape, e ambiciona vencer no centro económico do país, Gauteng. O partido populista e de estilo paramilitar Combatentes pela Liberdade Económica, encabeçado por Julius Malema, ex-líder expulso da juventude do ANC, está a aproveitar-se de uma onda de descontentamento, sobretudo entre os jovens desempregados, enquanto a ala juvenil do ANC aparenta estar em desordem.

Além disso, aumentam as disputas no seio da Cosatu, a Confederação dos Sindicatos Sul-africanos, que sempre constituiu uma importante fonte de financiamento e angariação de votos. O maior elemento da Confederação, um aliado do líder deposto Zwelenzima Vavi – um crítico assumido de Zuma – está a impedir que seja dado mais apoio ao ANC.

Os líderes do partido regem-se por uma batuta que evoca Mandela e apelam a que «Juntos podemos levar em frente a África do Sul»: para fora do caos de um crescimento económico lento,



Tudo indica que Jacob Zuma e o ANC tenham uma quebra acentuada nas próximas eleições

do desemprego galopante e do irregular fornecimento de serviços que alimenta uma espiral de protestos das comunidades e confrontos mortais com a polícia.

Tendo em conta o que herdou, e a longa sombra projetada pela segregação brutal do apartheid, o ANC tem muito do que se orgulhar após duas décadas de governo ininterrupto. A África do Sul está irreconhecível relativamente ao que era em 1994.

África do Sul 1994-2014

O relatório de Indicadores de Desenvolvimento de 2012, divulgado em agosto do ano passado, acompanha a implementação de políticas governamentais, utilizando dados do Estado e informação recolhida de forma independente.

Décadas de políticas de apartheid fizeram com que a África do Sul continue a ser uma sociedade profundamente desigual. Embora o PIB global *per capita* tenha aumentado, um pouco mais de 50% do rendimento nacional vai para 10% das famílias mais ricas, enquanto os 40% mais pobres recebem pouco mais de 5%.

A pobreza persistente e o desemprego estão a ser mitigados por programas públicos de emprego e subvenções sociais recebidas atualmente por 16 milhões de pessoas.

Em 1994, apenas 60% da população tinha acesso a água potável; hoje mais de 95% dos lares obtêm 25 litros ou mais por dia, apesar de uma deficiente manutenção e da falta de melhoria das infraestruturas constituírem um problema, tal como o saneamento básico (apenas 83% das habitações o têm e o serviço não está a ser desenvolvido).

Milhões de famílias foram alojadas – embora a migração interna das áreas rurais para as cidades faça com que bairros informais nasçam como cogumelos – e 77% das casas têm eletricidade (em 1994, ela chegava apenas a 52% dos lares).

A reforma agrária é também um desafio, com os padrões de assentamento do apartheid ainda vigentes e o objetivo de redistribuir 30% dos 24,5 milhões de hectares de terras aráveis ainda por concretizar. A incerteza política levou os fazendeiros brancos a interromper os seus investimentos ou a vender as terras; com um número reduzido de

Com um mandato marcado por escândalos de corrupção Zuma registou em novembro uma popularidade menor do que qualquer outro Presidente desde 1994



Os mineiros de Marikana voltaram à greve, a 23 de janeiro, depois de terem visto recusado um aumento dos seus ordenados

novos agricultores negros bem-sucedidos, o setor tem lutado para criar empregos e os trabalhadores rurais continuam em situação vulnerável.

Onde a maré mudou substancialmente foi na saúde. O número de vítimas de VIH/sida contribuiu para uma queda da esperança média de vida para os 52 anos, em 1990, antes de ativistas da sociedade civil terem levado o Governo a tribunal para forçá-lo a implementar programas de tratamento.

Uma das primeiras ações de Zuma como Presidente foi o de autorizar uma expansão significativa de tratamentos e serviços de aconselhamento neste campo, o que resultou na diminuição da transmissão vertical de mãe para filho, em menos mortes por doenças relacionadas com a pandemia e, em última instância, numa menor taxa de infeção.

Hoje, a África do Sul tem o maior programa antirretroviral do mundo para o VIH/sida, com cerca de dois milhões de pessoas a receberem tratamento. A esperança média de vida é agora de 60 anos e um menor número de crianças vê-se forçada a tornar-se chefe de família.

Embora ainda elevada, a incidência de tuberculose também diminuiu, assim como o número de pessoas em tratamento. Os cuidados de saúde primários estão a ser transformados num único serviço para substituir o desigual sistema vigente de prestadores públicos e privados, através do proposto – e contestado – esquema de seguro de saúde nacional, que já está a ser testado.

Desafios persistentes

De fragmentada e profundamente desigual, a educação está hoje ao alcance de todos, embora as desigualdades persistam. Os orçamentos para o setor absorvem cerca de 5% do PIB, mas os resultados não mostram benefícios da dimensão desse investimento.

Quase 66% das crianças que entram na escola desistem antes do «matric exam», prova realizada no final do ensino secundário. E embora a taxa de aprovação neste exame esteja a melhorar, existem dúvidas sobre a qualidade do ensino e se aqueles que abandonam as escolas estão a ser preparados de forma adequada para uma profissão.

O ANC cerrou fileiras atrás de Zuma como rosto de campanha e candidato presidencial



A escola está hoje ao alcance de todos, mas a taxa de abandono é elevada

Um número crescente de alunos consegue chegar ao ensino superior (sete por cento dos sul-africanos com mais de 20 anos conseguiu fazê-lo em 1996), mas a taxa de abandono é elevada e desproporcionadamente inclinada para o lado dos estudantes negros, a maioria dos quais luta para conseguir pagar propinas e alojamento, embora exista um programa nacional de ajuda à educação.

A África do Sul precisa de engenheiros, cientistas, técnicos e artesãos para aprofundar um conjunto muito fraco de competências e ajudar o país a ganhar vantagem competitiva. O elevado número de jovens negros que estão sem trabalho e cuja educação deficiente limita as suas perspectivas de emprego é reconhecido como uma ameaça à coesão social. Um problema que, no entanto, não é exclusivo da África do Sul. As liberdades políticas estão, em grande parte, intactas e até agora todas as eleições têm sido livres e justas, apesar de uma feroz contestação. Os tribunais da África do Sul são fortes e independentes. A taxa de criminalidade em geral diminuiu, embora seja ainda inaceitavelmente alta, sobretudo nas *townships* e no que respeita a mulheres e crianças.

Para lidar com estes desafios persistentes, e muitas vezes estruturais, o Governo desenvolveu uma visão de longo prazo, o Plano de Desenvolvimento Nacional.

Lançou um programa de infraestruturas de 850 mil milhões de rands (perto de 80 mil milhões de dólares) para desbloquear a riqueza mineral na província nortenha do Limpopo e para desenvolver estradas, ferrovias, oleodutos e portos marítimos em todo o país. O fornecimento de energia elétrica continua, no entanto, limitado e com crescimento restrito. Mas apesar dos atrasos na conclusão das novas centrais termoelétricas de Medupi, no Limpopo, e Kusile em Mpumalanga, a estatal Eskom diz que irão entrar em operação este ano.

«As evidências sugerem que, de facto, a vida mudou para melhor desde 1994 e que o país está continuamente a fazer progressos no que foi estabelecido como prioridade», diz o ministro da Presidência Collins Chabane. «O relatório [dos Indicadores de Desenvolvimento] de 2012 é uma fonte de esperança, apesar de as condições económicas permanecerem difíceis».

A pobreza persistente e o desemprego estão a ser mitigados por programas públicos de emprego e subvenções sociais



Jovens em Durban, numa homenagem a Nelson Mandela

Nascidos em liberdade

Uma geração de jovens sul-africanos que nunca sentiu o apartheid de modo formal – ou a amarga luta contra esse regime – vai este ano poder votar nas eleições nacionais e provinciais da África do Sul pela primeira vez

APELIDADOS DE «BORN FREES», os jovens constituem um foco do maior interesse, especialmente por parte dos media e dos partidos políticos que disputam o seu voto.

Nascidos após o Dia da Liberdade de 27 de abril de 1994, a geração Mandela é vista como menos inclinada a partilhar da lealdade dos seus antepassados para com o ANC. A Aliança Democrática, principal partido da oposição, e o recente Combatentes pela Liberdade Económica, encabeçados pelo líder expulso da ju-

ventude do ANC, Julius Malema, querem o apoio destes jovens – tal como o partido no poder.

Cerca de 40% da população do país nasceu depois de 1994, de acordo com números do censo. Estes nunca tiveram de transportar os passes (salvo-condutos) que transformavam os seus parentes mais velhos em estranhos no seu próprio país, nem nunca sentiram a dor e o sofrimento de serem removidos à força e despojados das suas terras, ou a indignidade de terem entradas, escolas, hospitais e igrejas separadas.

Esperando-se deles que levantem bem alto a batuta de Nelson Mandela, para ajudar a consolidar a jovem democracia da África do Sul, estes sul-africanos carregam o peso da história nos seus ombros.

Mas enquanto muitos puderam saborear os frutos da democracia, vivendo em subúrbios de classe média, frequentando escolas que anteriormente eram só para brancos, com campos desportivos e salas de informática, a grande maioria está ainda encurralada pela pobreza, desemprego e desigualdade.

Pobres e da classe trabalhadora, eles vivem em *townships* e bairros informais e áreas rurais que antes eram bantustões (terrenos delimitados para negros), onde as escolas são muitas vezes mal geridas, mal equipadas e as aulas são dadas por professores com formação inadequada.

Diferentes lutas

David Maimela, investigador do Instituto Mapungubwe, afirma que a expressão «born frees» é um «falso conceito» criado pelos media liberais. «A Lei das Áreas Reservadas foi-se, mas o legado de desenvolvi-

mento espacial do apartheid permanece», diz, referindo-se aos padrões residenciais que ainda estão em grande parte segregados por linhas de cor.

Maimela sustenta que a maioria dos jovens negros ainda ganha menos ou não tem emprego, e constitui a maior fatia do abandono escolar e universitário.

Eleanor Swartz, diretora do projeto de liderança da juventude no Instituto para a Justiça e a Reconciliação, defende que a luta atual dos jovens é diferente da travada nas barricadas pela geração dos seus pais, mas é igualmente importante. «Uma das nossas maiores batalhas é pela igualdade na educação – um imperativo absoluto, se quisermos garantir que podemos desfrutar de liberdade económica juntamente com as liberdades políticas duramente conquistadas».

Números da Stats SA (entidade que coordena as estatísticas nacionais) mostram que metade dos 6,8 milhões de desempregados do país tem menos de 24 anos. Não é de admirar, portanto, que sejam os jovens a estar na linha da frente do número cres-

sem compensações e nacionalizando alguns setores da economia.

O apelo populista de Malema pode garantir-lhe um lugar no Parlamento, o que requer cerca de 40.000 votos. Uma sondagem divulgada em julho de 2013 indicava que um em cada quatro jovens sul-africanos iria apoiá-lo.

Desde a expulsão de Malema, a juventude do ANC – outrora um mobilizador eficaz, especialmente dos votos da juventude – tem sido gerida por uma equipa de serviço e é uma sombra do que já foi.

Fraco recenseamento

Além de assegurar um financiamento suficiente, o desafio de qualquer partido é garantir que os seus apoiantes vão de facto às urnas e que fazem a cruz certa no boletim de voto.

Dos pouco mais de 24 milhões de sul-africanos recenseados até agora para votar, cerca de 430.000 têm entre 18 e 19 anos, e cinco milhões estão na faixa etária dos 20 aos 29 anos. A maior parcela de eleitores registados tem entre 30 e 39 anos.

Malema garante que os votos nos Combatentes pela Liberdade Económica irão modificar a situação recuperando terras roubadas sem compensações

entanto, a ideia de que os jovens sul-africanos sejam apáticos. Diz que eles estão envolvidos na ação direta nas ruas, no desporto, na cultura popular e nas redes sociais; o que acontece é que a maioria dos partidos não consegue estabelecer uma ligação com eles ou com as questões que os preocupam.

«Ser *born free* significa um conjunto de aspetos», diz o estudante Farai Mubqiwa da Universidade de Stellenbosch. «Não há apenas uma definição. Mas tudo bem, pois nós somos uma geração de ambiguidade. Uma geração de potencial.»

«Nós representamos uma mudança de foco, um ideal novo e jovem. Estamos sedentos e ansiamos por prosseguir o ideal posto em marcha por aqueles que vieram antes de nós», afirma o colega Alex Dyer. A sua geração cresceu com amigos de todas as cores. Diz que se sentem agentes da mudança, embora conscientes do legado duradouro do apartheid. «As algemas foram cortadas, mas perdura a crueza da sua força», afirma.

Embora desta vez a geração Mandela possa ainda não contribuir para uma mudança significativa no apoio aos partidos, a forma como os jovens irão votar será observada com muita atenção. Isto porque representam uma fatia importante na demografia da África do Sul. Nas próximas eleições gerais, em 2019, eles constituirão um terço dos eleitores.

Frank Chikan, que foi chefe de gabinete do ex-Presidente Thabo Mbeki, disse recentemente em Washington que os eleitores mais velhos irão provavelmente votar no ANC por lealdade, mas os mais jovens irão questionar-se sobre o que o partido tem feito para satisfazer as suas necessidades. «Se o ANC não mudar, vai perder esta geração. E se perde esta geração, perde as eleições. Podem ter certeza».



Julius Malema tenta conquistar os votos dos jovens descontentes

cente de protestos das comunidades contra o fornecimento de serviços.

Alimentando-se da sua insatisfação, Malema promete que os votos nos Combatentes pela Liberdade Económica – com os seus barretes vermelhos como imagem de marca – irão modificar a situação, recuperando terras «roubadas»

Há um segundo recenseamento eleitoral previsto para fevereiro, mas até agora somente 23% dos potenciais eleitores com 18 e 19 anos estão inscritos, e apenas metade dos eleitores com menos de 50 anos.

O analista político Ebrahim Fakir diz que a probabilidade de alguém se recensear e votar aumenta com a idade. Descarta, no

Relações externas, direitos humanos

e pragmatismo



FRANCISCO BERNARDO/JORNAL DE ANGOLA

Jacob Zuma intensificou as relações da África do Sul com Angola

Os direitos humanos, afirmou Nelson Mandela em 1993, deveriam ser «a luz que guia» as relações externas da África do Sul, constituindo-se o país como uma força do bem, à medida que extinguia o seu *status* de pária e começava a gigantesca tarefa de forjar novas relações em África e fora do continente. Vinte anos depois, essa luz já não brilha tão intensamente.

O PRAGMATISMO ENTROU CEDO em campo, quando Thabo Mbeki, depois de Mandela, desenvolveu a política externa do seu antecessor.

Sob a liderança de Mbeki, a África do Sul ajudou a criar a União Africana (UA), assegurando que a sua carta fundadora incluísse um capítulo sobre direitos humanos. Lançou a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e o Mecanismo Africano de Revisão de Pares e enviou os primeiros sul-africanos para apoiar operações de manutenção de paz no Burundi e na República Democrática do Congo.

À medida que impulsionava um renascimento de África – uma era em que os africanos se tornassem donos do seu próprio destino – Mbeki também enfrentou a dura realidade de persuadir líderes despóticos sobre as virtudes da democracia e da boa governação.

Sob a liderança do Presidente Jacob Zuma, o papel da África do Sul como mediador e pacificador em África, a sua filiação aos BRICS, que junta o país ao Brasil, Rússia, Índia e China, e a eleição de

Nkosazana Dlamini-Zuma para presidente da UA, mostraram a determinação da potência económica do continente em afirmar-se como potência emergente.

Mas os críticos questionam a falta de clareza nos objetivos estratégicos, e considera-se também que houve falhas em algumas decisões políticas. «Com Mbeki, houve um claro sentido no Governo sobre os interesses nacionais e o caminho para a política externa», diz o analista político Richard Calland. «Mas agora parece haver confusão sobre quais são as prioridades estratégicas. Não está claro se são os BRICS (a junção ao grupo foi preparada por Mbeki), se é África.»

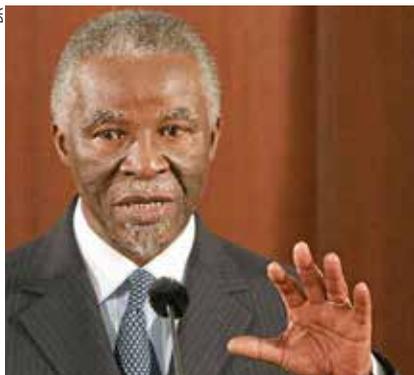
Paul-Simon Handy, do Instituto de Estudos de Segurança, vê os objetivos da política externa sul-africana sob a alçada de Zuma como algo tão fraco que é impossível de definir. Ele refere, em artigo recente, que as prioridades de Zuma em tornar-se Presidente estavam relacionadas com os desafios internos, incluindo o desemprego e o fornecimento de serviços. Handy encara a abordagem de Zuma à política externa como uma diplomacia

económica destinada a maximizar o retorno sobre o investimento, embora mesmo esta definição seja um pouco incerta.

Recuperar o terreno perdido

As divergências com os países ocidentais – o Reino Unido é o maior parceiro comercial da África do Sul no continente e a sua maior fonte de investimento estrangeiro direto – relativamente à Síria, Zimbabue e Iraque agudizaram-se.

A eleição de Dlamini-Zuma para presidente da Comissão da União Africana em 2012 incomodou a Nigéria e outras potências regionais, embora se espere que ela possa injetar na organização um novo sentido de propósito e eficiência. «A contundência do *lobbying* surpreendeu e chocou pessoas em todo o continente, e a África do Sul tenta agora recuperar o terreno perdido e fazer as pazes», diz Calland. «Criou-se um problema de política externa, e Dlamini-Zuma deve agora mostrar que não está a servir os interesses da África do Sul. Mas, assim, de que forma pode o país beneficiar por tê-la lá?»



Thabo Mbeki impulsionou a criação da União Africana

Handy descreve esta situação como «uma batalha desagradável» que mostrou que a África do Sul não se importava de incomodar os parceiros estrangeiros a fim de conseguir os seus intentos, apesar da cautela que mostrou para não ser vista como o «mau da fita», enquanto porta de entrada para as oportunidades oferecidas pelo continente e como promotor de integração e desenvolvimento económico.

Zuma entende que o crescimento económico e a estabilidade da África do Sul estão ligados aos do continente. Aumentou o

envio de forças de paz e está a impulsionar a Força Africana de Reserva, que entrará em funcionamento no próximo ano. E acredita que as soluções africanas, e não as dirigidas pelo Ocidente, serão as que irão vingar.

Mas a decisão que tomou no ano passado de enviar tropas para a República Centro-Africana, onde o país tem interesses mineiros, saiu-lhe pela culatra; 13 soldados morreram e 27 ficaram feridos quando combatiam um avanço dos rebeldes em Bangui. A missão foi realizada sem a bênção da UA e resultou em acusações internas de que Zuma enganara o Parlamento sobre as razões para o envio das tropas.



Nkosazana Dlamini-Zuma é a presidente da Comissão Africana

Apesar de várias inconsistências nos relacionamentos, Zuma conseguiu cimentar relações em particular com os líderes da África Austral, e assumiu uma postura visivelmente mais robusta para com o Zimbabue, depois de a «diplomacia silenciosa» de Mbeki ter falhado em dinamizar a transição política do país.

Zuma escolheu Angola para a sua primeira visita de Estado depois de se tornar Presidente, em 2009. O país é hoje um dos maiores parceiros comerciais da África do Sul no continente, e 90% das suas exportações estão relacionadas com produtos petrolíferos.

No tempo de Mandela e de Mbeki, as relações com Angola eram mais frias e en-

Depois de Mandela, também Mbeki tentou persuadir líderes despóticos sobre as virtudes da democracia e da boa governação

tende-se que Zuma conseguiu aquecê-las. No mês passado, Zuma encontrou-se com o Presidente José Eduardo dos Santos, para avaliar o desenvolvimento de vários acordos, incluindo compromissos para trabalharem em conjunto em projetos na área da habitação, estradas, ferrovias e infraestruturas portuárias.

O Departamento de Relações Internacionais e Cooperação diz que as relações são boas, e que Angola é visto como um «parceiro estratégico». Os críticos referem-se à existência de relações de negócios mutuamente benéficas entre Zuma, os seus aliados familiares e empresariais, e a elite empresarial de Eduardo dos Santos, mas os dois líderes cooperam de forma estreita na promoção da integração regional, na agenda da SADC e na manutenção da paz e estabilidade na região.

Atualmente está também a ser dada atenção a Moçambique, onde as ações insurgentes levadas a cabo pela Renamo ameaçam o desenvolvimento económico e a estabilidade regional, duas décadas após a guerra civil devastadora. Zuma criticou fortemente a Renamo na Conferência Internacional Conjunta da SADC e Região dos Grandes Lagos, em novembro do ano passado.

Com grupos rebeldes mais bem equipados e a escalada que se verifica nos conflitos africanos, existe uma pressão sobre a África do Sul para intensificar as suas intervenções. Mas as limitações de uma força de defesa sem dinheiro, subequipada e subqualificada são a razão pela qual contribuem com menos tropas que outros sete países africanos, incluindo o pequeno Burundi.

Outra razão apresentada por analistas de segurança é que Zuma decide intervir apenas quando os interesses nacionais estão em jogo e se o risco de retrocesso político for baixo.

Dividido entre a ética e os interesses, o papel da África do Sul pode complicar-se, numa altura em que os desafios domésticos – uma economia lenta, crescente descontentamento social e investidores nervosos – tendem a tornar-se mais exigentes, e quando a Nigéria apresenta condições para ultrapassar o país como maior economia do continente.

O ANC depois de Zuma

A Constituição da África do Sul limita a dois os mandatos dos seus presidentes. Parece certo que Jacob Zuma se mantenha como Chefe de Estado após as eleições deste ano. Mas quem irá suceder-lhe após as eleições de 2019?



Cyril Ramaphosa (à esquerda) é o número 2 do ANC desde 2012

COMO A SITUAÇÃO ESTÁ atualmente, a pessoa que reúne mais condições para seguir as pisadas de Jacob Zuma é o atual número dois do partido, Cyril Ramaphosa. Mas nada está garantido.

Ramaphosa, um negociador hábil e ex-líder da União Nacional de Mineiros, conduziu o processo multipartidário, muitas vezes profundamente tenso, de elaborar a Constituição do país, finalizada em 1996.

Ele fora escolhido por Nelson Mandela para lhe suceder, mas a sua tentativa de tornar-se vice-presidente do ANC acabou por ser bloqueada, e Thabo Mbeki assumiu o controlo quando Mandela deixou o cargo em 1999, depois de cumprir um único mandato.

Ramaphosa – embora mantendo o seu lugar no executivo nacional do ANC – dedicou-se aos negócios, acumulando fortuna através de vários empreendimentos de sucesso, incluindo exploração mineira.

Eleito por unanimidade como vice-presidente na conferência nacional do ANC em 2012, o regresso político de Ramaphosa posiciona-o na primeira linha para 2019.

Atualmente, não desempenha funções como vice-presidente do país, continuando esse cargo a ser assegurado por Kgalema Motlanthe, que, sem sucesso, desafiou

Zuma, impulsionado por quem vê a sua liderança como repleta de defeitos e potencialmente responsável pela perda de votos para o ANC nas eleições deste ano. Mas Motlanthe deixará o cargo, e na tradição do ANC, sempre se tem assistido a que o vice-presidente do partido se torne no número dois do Presidente do país.

Muito depende, contudo, da política interna do ANC. Tem sido dito que os apoiantes de Zuma não acreditam que Ramaphosa possa protegê-lo do restabelecimento das acusações de corrupção que, de forma controversa, foram suspensas antes das eleições de 2009. A ex-mulher de Zuma e atual presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, está entre os nomes mencionados para sucessor.

Ramaphosa ajudou a elaborar e é um defensor da visão de longo prazo das políticas do Governo, o Plano de Desenvolvimento Nacional. O programa reúne amplo

apoio dos partidos da oposição e da esfera empresarial, embora haja uma veemente oposição por parte da Cosatu, que o vê como um documento neoliberal que não irá transformar de modo radical o *status quo* económico.

Observadores políticos mostram-se também intrigados sobre a forma como Ramaphosa, um constitucionalista convicto, e Zuma, um tradicionalista convicto, se relacionam e trabalham em conjunto.

O caminho de Ramaphosa rumo ao poder é suscetível de se tornar ainda mais complicado devido ao papel que terá desempenhado nos eventos de Marikana em agosto de 2012, quando a polícia atirou sobre os mineiros em protesto.

Um conjunto de *emails*, tornado público na comissão de inquérito sobre o incidente, revelou que Ramaphosa convocou os ministros da polícia e dos recursos mineiros para que se tomasse uma ação firme, numa altura em que já se tinham perdido dez vidas.

Dias depois, 34 mineiros foram mortos e quase 100 ficaram feridos, o que levou a acusações contra Ramaphosa de que o ex-sindicalista traía as suas raízes operárias.

O ANC tem a sua próxima conferência de liderança em 2017. 

Tradução de Teresa Souto

Cyril Ramaphosa foi escolhido por Nelson Mandela para lhe suceder mas a sua tentativa de ser vice-presidente do ANC foi na época bloqueada

Já está disponível a Agenda Eventos 2014

iiR Angola
Know-how. People. Results

Os cursos do iiR Angola proporcionam **conhecimento estratégico, tecnológico, operacional e legislativo personalizado e adaptado** às necessidades reais das Empresas e do Mercado Angolano



Visite

www.iirangola.com

e consulte o catálogo completo!



Também Disponível
incompany

Para realizar estas formações
em formato InCompany,
contacte:
sdasilva@iirangola.com

Áreas de Formação

- > Recursos Humanos
- > Excel
- > Finanças
- > Fiscalidade
- > Desenvolvimento de Habilidades Profissionais
- > Gestão Estratégica
- > Gestão Industrial
- > Logística
- > Qualidade
- > Compras
- > Manutenção
- > Laboratório
- > Gestão de Projectos
- > Marketing & Vendas
- > IT
- > Legal
- > Banca
- > Project Finance
- > Gestão Portuária

MAIS INFORMAÇÃO: Tels. +34 91 700 43 40 _ +351 21 793 29 87 _ info@iirangola.com

A homenagem fúnebre a Nelson Mandela no estádio do Soweto foi o exato reflexo da sua vida pública. Políticas e gestão do palco foram as preocupações dominantes dos organizadores e dos oradores que se sucederam na tribuna, para dizer como e porquê Madiba os tinha inspirado e mudado para melhor.

NICOLE GUARDIOLA TEXTO CRISTINA SAMPAIO ILUSTRAÇÃO

Um herói do nosso tempo

APESAR DOS EXAGEROS, hipocrisias e omissões seletivas, o primeiro Presidente de todos os sul-africanos não teria repudiado esta celebração planetária, ele que dedicou muitos anos da sua vida a disciplinar a sua mente e o seu corpo para estar à altura do mito que se tinha criado à volta do seu nome.

Teria talvez gostado menos de se ver retratado como um super-herói, um santo ou um semideus, infalível e imaculado. Numa entrevista publicada a 10 de fevereiro de 2000 pelo *Christian Science Monitor* ele afirmara desejar «ser recordado como parte de uma equipa e que o meu contributo seja avaliado como o de um homem que executou as decisões tomadas por um coletivo».

O que a hagiografia oficial apresenta como um exemplo da humildade de Mandela era para ele uma questão de justiça e na citada entrevista ele insistia sobre o facto de que o que fez nunca o poderia ter feito sozinho. «Como prisioneiros, utilizamos as nossas posições individual e coletiva para nos tornarmos amigos de alguns dos nossos carcereiros. Mas isto deve ser recolocado no quadro mais amplo do que estava a acontecer no exterior – uma luta organizada e disciplinada da nossa organização e da comunidade internacional».

Último sobrevivente desta «equipa», Mandela nunca deixou de agradecer publicamente a todos o seu contributo para a vitória. E considerava dois deles, Walter Sisulu (1912-2003) e Oliver Tambo (1918-1993), como os seus mestres e os verdadeiros líderes da gesta libertadora.

Do primeiro, que recebeu o jovem Mandela à sua chegada a Joanesburgo em

1941, fugido do seu Transkei natal, Mandela disse na sua autobiografia (*O longo caminho para a liberdade*): «Walter e eu vivemos tudo juntos», um tudo que inclui a iniciação à vida urbana, à militância no ANC e os longos anos de reclusão. Revelou mesmo que foi Sisulu a primeira pessoa que informou das primeiras manobras de aproximação de funcionários do regime com vista a eventuais negociações, e que refletiram em conjunto sobre a resposta a dar.

Na hora do adeus a Oliver Tambo, Mandela recordou que lhe coube a difícil tarefa de dirigir o ANC «nas horas mais sombrias da sua história» e que «salvou o ANC e fez dele uma organização com poder e influência». Os dois homens conheciam-se desde 1941 quando ambos estudavam na universidade de Port Hare, tinham sido amigos íntimos, sócios, camaradas. Tambo era mais sério e consciencioso, Mandela extrovertido, desportivo e sedutor, mas existia entre eles uma «química especial».

O prisioneiro mais famoso do mundo

Foi Tambo que segundo testemunhas acolheu favoravelmente a proposta de Winnie Mandela de personalizar a campanha pela libertação dos presos do apartheid, concentrando as atenções no seu marido. Mas a fotogenia da mulher e das duas filhas de Mandela e os créditos de lutadora da bela Winnie não foram certamente os únicos argumentos que levaram o presidente do ANC a tomar uma decisão tão contrária às tradições do Partido.

«O sentido político de Tambo e a confiança existente entre ele e Mandela foram a base para a sobrevivência do ANC» confir-

ma o jornalista Anthony Sampson na sua «biografia autorizada de Nelson Mandela», publicada em 2011.

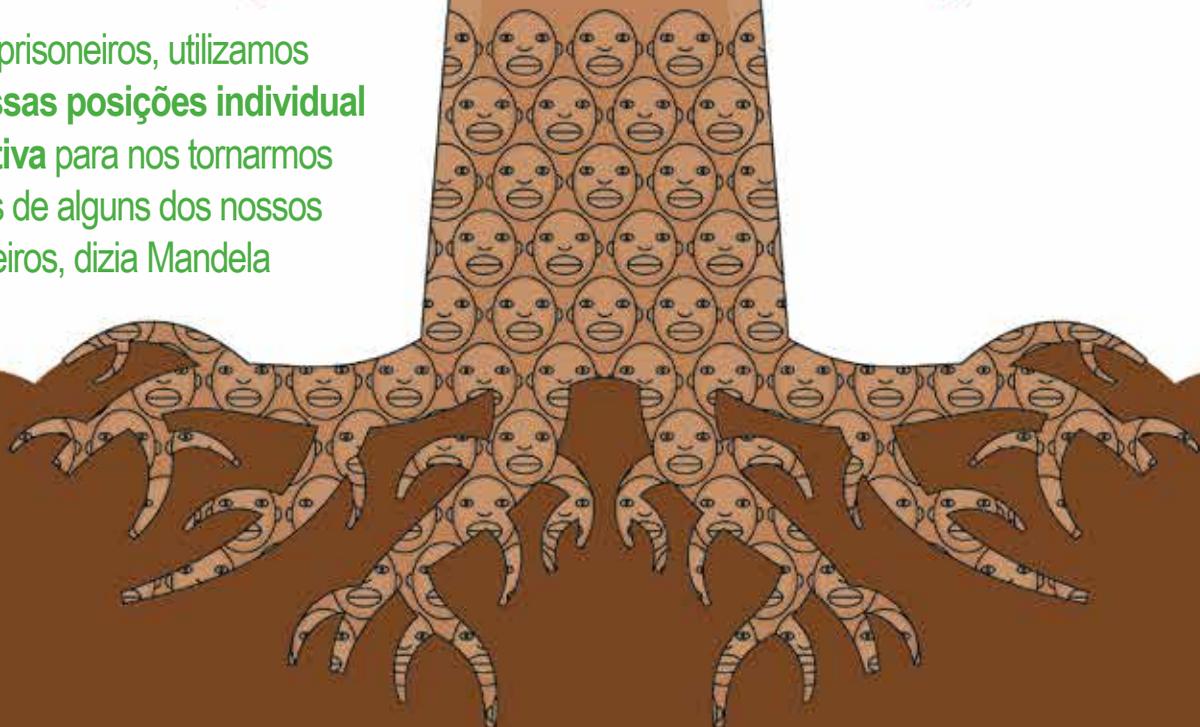
No seu livro *History of the protest songs*, publicado em 2011, o jornalista britânico Dorian Linskey dedica um capítulo à «Free Nelson Mandela – a história de uma canção que ajudou a mudar o mundo», que resume de maneira magistral a génese da campanha que fez de Nelson Mandela «o preso político mais famoso do mundo» e o papel desempenhado por esta canção na criação do «mito Mandela». Campanha e canção sensibilizaram milhões de pessoas e colocaram a luta contra o apartheid entre as causas mais populares da juventude da época, suscitando a adesão dos mesmos setores de opinião que tinham militado contra a segregação racial nos Estados Unidos e contra a guerra do Vietname.

Composta por Jerry Dammers, que nunca ouvira falar em Mandela antes de participar num concerto organizado no Alexandra Palace de Londres a 17 de julho de 1983, pelos sul-africanos Miriam Makeba e Hugh Masekela, figuras de proa do Movimento dos Artistas contra o Apartheid, a canção editada em *single* entrou em 1984 no *Top Ten* da música popular britânica, conquistou os Estados Unidos e foi retomada por inúmeros intérpretes africanos e jamaicanos. O nome de Mandela ficou associado a resistência, opressão e injustiça.

Para o ANC foi uma lufada revigoradora, e para o regime de Pretória mais uma dor de cabeça a acrescentar aos muitos fatores que procuravam enfraquecer o apartheid e precipitar o seu fim, as sanções



Como prisioneiros, utilizamos
**as nossas posições individual
e coletiva** para nos tornarmos
amigos de alguns dos nossos
carcereiros, dizia Mandela





Mandela, por volta de 1950



Ao boxe seguiram-se outras lutas



Mandela com a primeira mulher, Evelyn Mase



O casamento com a segunda mulher, Winnie

Ronald Reagan e Margareth Thatcher aceitavam os argumentos dos defensores do apartheid que o apresentavam como uma defesa dos valores e interesses ocidentais ameaçados por bandos de comunistas e terroristas

decretadas pela ONU e a OUA, as independências de Moçambique, Angola e do Zimbabwe, a ação dos países da Linha da Frente, a derrota infligida às tropas sul-africanas em Kuito Kuanavale por angolanos e cubanos.

Mas a batalha internacional era rude porque Ronald Reagan e Margareth Thatcher eram recetivos aos argumentos dos defensores do apartheid que apresentavam este sistema como uma defesa dos valores e interesses ocidentais ameaçados por bandos de «comunistas e terroristas». Os adversários do regime eram confrontados com os mesmos argumentos no interior da África do Sul. O Partido nacionalista no poder, depois de prender os principais dirigentes da resistência negra e de obrigar os outros a exilarem-se ou a entrarem na clandestinidade, nobilizou todas as suas forças e recursos para desqualificar toda a forma de contestação do «sistema». E parecia capaz de consegui-lo.

A espiral infernal do medo e do ódio

A não-violência que o ANC sempre defendera tinha levado a um impasse. A criação do «Umkhoto we Siswe» (UWS – a lança da nação), organização armada cuja criação o partido tinha aceitado com relutância em junho de 1961, estava ainda em fase de preparação quando o seu estado-maior foi preso numa quinta na Rivonia em julho de 1963. Nelson Mandela, um dos fundadores, fora preso em agosto de 1962, no regresso da sua primeira ronda africana de angariação de apoios financeiros e militares para o projeto, e condenado a cinco anos de prisão por sair do

país sem autorização. Acusados de terrorismo, Mandela e sete dos outros réus, todos membros da cúpula do ANC, arriscavam a pena capital. A defesa de Mandela e as pressões internacionais conseguiram reduzir a sentença a prisão perpétua.

Longe de Robben Island e do silêncio sepulcral que se abateu sobre os prisioneiros, a luta continuou, radicalizando-se. O UWS sobreviveu, na clandestinidade, com outros dirigentes, adeptos da «guerra revolucionária» entre os quais o comunista Joe Slovo. Um novo movimento, criado pelo ex-líder estudantil Steve Biko apareceu para preencher o vazio deixado pelos «velhos» partidos. O «Black Consciousness Movement» (BCM – movimento da consciência negra), inspirado nas teses de Frantz Fanon e nas guerras de libertação, ganhou influência entre a juventude. O massacre de dezenas de adolescentes mobilizados pelo BCM para protestar contra a imposição do Afrikaner como língua de ensino para os negros a 16 de junho de 1976, no Soweto, espoletou a revolta dos *townships*, que causou centenas de vítimas. O próprio Biko foi mortalmente torturado numa esquadra de polícia em 1977 e esta morte fez dele o símbolo mundial da brutalidade do regime racista. Livros, documentários, cantigas retomaram o tema e em 1980 o cantor britânico Peter Gabriel incluiu no seu repertório uma canção dedicada a Biko, que passou a cantar em todos os seus espetáculos.

Com a chegada a Robben Island de alguns líderes da revolta, cheios de ódio e desejos de vingança, os prisioneiros mais veteranos aperceberam-se da iminência de confrontos generalizados. Mandela procurou estender aos recém-chegados o seu «magistério de influência» e dar um novo sentido à sua luta pela dignidade e a

Na hora do adeus a Oliver Tambo, Mandela recordou que lhe coube a difícil tarefa de dirigir o ANC nas horas mais sombrias da sua história



Saída em liberdade, em 1990



Com Frederik de Klerk, ambos Prémio Nobel da Paz em 1993



Graça Machel foi a 3.ª mulher de Mandela



Estátua inaugurada no mês de dezembro, em Pretória

Quando a campanha *Free Mandela* foi lançada em 1983, Mandela e seis dos seus principais companheiros já tinham sido transferidos para a cadeia de Pollsmoor na Cidade do Cabo

justiça. Alguns ficaram convencidos, pelo exemplo mais que por palavras, de que a estratégia de Mandela era realmente eficaz como condição de combinar diálogo e compaixão com disciplina, concentração e intransigência na defesa dos princípios e objetivos finais.

Este método permitiu a Mandela afirmar-se como líder moral da comunidade, guardas incluídos, e ao ANC impor-se como interlocutor natural dos mais pragmáticos dirigentes do Partido no poder, desejosos de encontrar uma saída sem banho de sangue. A ocasião podia surgir a qualquer momento: quando a campanha *Free Mandela* foi lançada em 1983, Mandela e seis dos seus principais companheiros já tinham sido transferidos para a cadeia de Pollsmoor na Cidade do Cabo!

Projetado abruptamente para o palco do mundo, Mandela conseguiu com aparente naturalidade dar corpo ao mito que se criara à volta do seu nome

A máquina pôs-se em marcha, lenta e dificilmente, com avanços e recuos mas nunca mais parou até ao desmantelamento legal do apartheid, a legalização dos partidos, o regresso dos exilados e a libertação total de Nelson Mandela em fevereiro de 1990. Um golpe palaciano tinha colocado Frederik de Klerk na presidência e as negociações propriamente ditas podiam

começar. Foram duras mas rápidas, sempre num clima de violência e sob a ameaça de uma explosão incontrollável. O medo do banho de sangue continuou a pairar no ar até ao próprio dia das eleições, em 1994, como descreve o jornalista português António Mateus no seu livro *Nelson Mandela, a construção de um homem*, publicado em 2010.

Finalmente descansar

A vida pública de Nelson Mandela como presidente do ANC e primeiro Presidente democraticamente eleito da África do Sul foi breve e está bem documentada.

Projetado abruptamente para o palco do mundo, Mandela conseguiu com aparente naturalidade dar corpo ao mito que se criara à volta do seu nome, huma-

O velho lutador cansou-se rapidamente da vida trepidante, em que todos os seus gestos e palavras eram escrutinados

nizando-o e tornando-se ao mesmo tempo acessível e cada vez mais único, diferente, até pelo vestuário.

Este é talvez o «milagre» mais difícil de explicar. Graça Machel, a sua terceira mulher, citada por António Mateus, diz que «a mais pequena das coisas que ele faz é muito bem planeada, porque não queria que existisse a mínima oportunidade de nele se detetar qualquer vulnerabilidade. Tinha de ser sempre forte, estar preparado a dar sempre a resposta certa».

O certo é que o velho lutador se cansou rapidamente desta vida trepidante, em que todos os seus gestos e palavras eram escrutinados. Fez valer o seu «direito ao descanso» e às alegrias da vida privada e renunciou a todos os cargos como se despe uma armadura demasiado pesada. A decisão que suscitou polémica até ao fim da sua vida foi muito elogiada durante a cerimónia fúnebre por alguns oradores que se serviram do argumento como arma de arremesso contra certos estadistas africanos acusados de permanecer no poder além do seu «prazo de validade». 

HÁ CINCO ANOS A CRESCER COM ANGOLA



ZIMBO 5

é nossa

The central graphic features the word "ZIMBO" in large, metallic, 3D block letters. Above the letters are four colorful spheres: a small red one, a larger orange one, a green one, and a blue one. To the right of the word is a large, stylized number "5" with a rainbow gradient. Below the word "ZIMBO" is the phrase "é nossa" in a white, lowercase sans-serif font.

A dança dos emergentes

COMECEI A VER PRIMEIRO O CONCEITO ridicularizado, pois a palavra emergente seria vulgarizada mais tarde pelos brasileiros. Notei quando era jovem, talvez nos anos sessenta do milénio anterior. Aplicado com sarcasmo aos ricos norte-americanos que iam à Europa para hotéis de luxo e a vestirem roupas caríssimas mas de discutível gosto, sobretudo porque ao fato ou sobretudo mais requintado juntavam botas de cowboy e respetivo chapéu. Os europeus, vaidosos pela sua cultura secular, gozavam a mania americana de comprar pedra a pedra castelos da Provença ou da Escócia, para os recomporem nos ranchos do Texas ou da Louisiana. Na época seriam chamados de novos-ricos, assim uma espécie de boçais com dinheiro, os quais amarfanhavam com chorudas gorjetas os snobes europeus exaustos de guerra e de bolsos rotos. Os mal-agrados recebiam as gasosas e ainda riam nas costas dos turistas. O argumento era sempre o mesmo: os americanos eram ricos mas não tinham História. À Europa, pelos vistos, restava a História, que ia sendo vendida ao retalho... Os americanos, com o passar do tempo, sempre se sofisticaram alguma coisa e deixaram de ser chamados de emergentes.

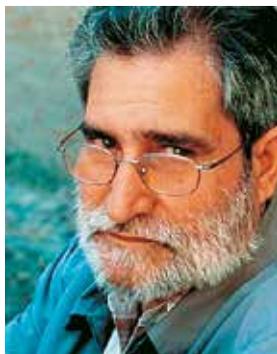
Mais tarde, assisti ao surgimento dos emergentes japoneses, já curados das feridas da guerra, invadindo os espaços com as suas máquinas de filmar ou apenas fotográficas. Eram mais discretos, no entanto. Só chamavam a atenção quando se juntavam aos cachos, por exemplo em frente a uma montra famosa de Berlim ou Londres, não tanto para registarem para a posteridade os componentes do grupo, mas sim os produtos expostos e a arte de os exhibir. Vim a saber que muitos empresários japoneses encorajavam os seus trabalhadores a turisticarem e dispararem flashes em profusão catatónica, pois isso podia contribuir para melhor conhecimento do marketing ocidental. Emergentes mas sempre trabalhando para a firma, portanto.

Quando a União Soviética implodiu, o foco mudou para os emergentes russos. Uma série de magnatas apareceu nas praias e salões do mundo, comprando ilhas e vontades, com o espólio público previamente saqueado. Eram emergentes boçais, como os americanos no meio do século, mas com modos piores, mais

rudes, sem respeitarem filas nem prioridades alheias. Continuam na mesma, levando a cultura do bulldozer para todo o lado, atropelando velhinhas, pisoteando crianças, só para se chegarem à frente de qualquer coisa. Produto da educação socialista, dirão os europeus do lado mais ocidental. Só resta provar o que é que o socialismo tinha a ver com o assunto! E com estas emergências coroadas, recebidas no entanto por todas as rainhas, que até encorajam a venda de clubes de futebol e catedrais em ruínas, novos castelos cobiçados da Europa.

Os emergentes chineses são demasiado recentes para chamarem a atenção, mas não se iludam, também se mostrarão em toda a cintilação dos seus arranha-céus.

Uns emergentes que têm dado nas vistas, pelo menos nalguns países mais periféricos, são os angolanos. Os nossos novos-ricos transbordam de exuberância em compras e em gestos de arrogância para com os hospedeiros. Os americanos, ao menos, tinham sacado as fortunas no petróleo do Texas ou no ouro da Califórnia e os japoneses na sua indústria supercompetitiva. Os nossos, ainda ontem meio esfomeados a carpir nos corredores do poder, hoje levantam a voz e berram seus tesouros, quanto custa?, eu compro. E compro-te a ti também, seu vendedor miserável. Isto em lojas de produtos de luxo, em hotéis de 6 estrelas ou nos Casinos mais sofisticados. A darem uma de boçal. Sem educação suficiente para perceberem a própria despolidez. Complicado! 



Os nossos novos-ricos, ainda ontem meio esfomeados a carpir nos corredores do poder, hoje levantam a voz e berram seus tesouros, quanto custa?, eu compro

MAIS 760 MIL ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO ≡ ATÉ ≡ 2017



PND

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Um plano grandioso para um país que pensa em grande.

Estimular e desenvolver um ensino de qualidade a todos os níveis do sistema educacional é uma das metas do Plano Nacional de Desenvolvimento. Nos próximos quatro anos, a acção abrangente do Governo de Angola vai permitir, entre outros objectivos, a formação de professores, a expansão e o apetrechamento das escolas, a garantia de educação gratuita até ao 1º ciclo do ensino secundário e o reforço no programa de alfabetização de adultos. É assim que o PND vai contribuir para o futuro dos nossos jovens e de todos os angolanos.

GOVERNO DE
ANGOLA

“Pirataria” ou simulação?

O desvio de um petroleiro ao serviço do grupo Sonangol perto da costa de Luanda pode não ter sido obra dos piratas que atuam no Golfo da Guiné, mas, sim, um ato de simulação por parte do agente do navio e de parte da tripulação. A teoria é da Marinha de Guerra angolana.

CARLOS SEVERINO



NA ALTURA DO FECHO DESTA EDIÇÃO, o navio petroleiro grego de bandeira liberiana MT Kerala, ao serviço da Sonangol Shipping, associada da estatal angolana Sonangol, desaparecido da costa de Luanda desde 18 de janeiro, havia sido localizado na Nigéria. Continuava sem saber-se, no entanto, quem foram os autores desse desvio e quais as suas motivações.

A britânica Reuters foi o primeiro órgão a divulgar, em 22 de janeiro, que o petroleiro tinha sido desviado, atribuindo a ação a piratas que atuam habitualmente no Golfo da Guiné. «Esse deve ter sido o ataque efetuado mais a sul do continente africano já realizado pelos piratas», escreveu a agência, lembrando que os mesmos estão confinados especialmente a uma área próxima da Nigéria, o maior produtor subsariano de petróleo.

O MT Kerala, com um peso bruto de 75 mil toneladas, estava apenas a sete milhas de Luanda quando perdeu contacto com a empresa Dynacom, proprietária do mesmo, em Atenas. A empresa acusou os piratas do Golfo da Guiné pelo desvio do navio, embora sem confirmação. O ataque mais afastado da Nigéria realizado pelos piratas, note-se, ocorreu no ano passado nas águas do Gabão, a centenas de milhas da costa de Luanda.

Uma fonte disse à Reuters que o navio transportava gasóleo. Habitualmente, os navios capturados pelos gangues nigerianos são libertados depois que a carga é transferida para pequenas embarcações. Por vezes, as tripulações são sequestradas, como «garantia».

Os navios internacionais não costumam realizar ações de contra-pirataria na região, ao contrário do que acontece na Somália. «Caso não seja isolado, este incidente demonstra uma extensão significativa da ação dos gangues nigerianos e representa uma ameaça ao comércio internacional numa região tradicionalmente segura», comentou Ian Millen, diretor de inteligência da empresa Dryad Maritime.

Dois dias depois da notícia divulgada pela Reuters a partir de Atenas, capital da Grécia, a Sonangol Shipping confirmava, a 24 de janeiro, que desde o dia 19 de dezembro tinha perdido o paradeiro

do navio MT Kerala, que prestava serviços à empresa, em regime de «afretamento a tempo». A bordo seguiam 27 tripulantes de nacionalidade indiana e filipina. A empresa confirmou também que, por altura do último contacto, o MT Kerala encontrava-se fundeado ao largo da costa de Luanda.

Em Luanda, contudo, fontes bem informadas ligadas ao setor da energia disseram à ÁFRICA21 que o ataque ao MT Kerala «não se trata de um ato de pirataria clássica, mas sim de um desvio efetuado por angolanos». Isso explica a dificuldade, acrescentaram as fontes, de obter mais detalhes acerca dessa acção, passada quase uma semana da sua ocorrência. O facto de, transcorrido igualmente esse prazo, nenhum grupo internacional ter reivindicado o ataque ao petroleiro parecia corroborar essa hipótese. O Presidente José Eduardo dos Santos, encarregou a Casa de Segurança, chefiada pelo general Helder Vieira Dias “Kopelipa”, de esclarecer o incidente.

No dia 27, o porta-voz da Marinha de Guerra angolana, capitão-de-mar-e-guerra Augusto Alfredo, confirmou que o desvio do MT Kerala não foi um ato de pirataria, mas avançou com outra hipótese: o desaparecimento do navio foi uma simulação do agente e de parte da tripulação. Segundo revelou, no dia 18, à noite, um carregador nigeriano aproximou-se do MT Kerala, tendo entrado em contacto com este último, o qual, em seguida, desligou o sistema de comunicações e rumou para a Nigéria, acompanhado pelo rebocador. No dia 26, as duas embarcações foram localizadas atracadas no porto de Lagos.

O porta-voz da Marinha de Guerra angolana assegurou que não existe qualquer atividade de pirataria nas águas locais. Seja como for, fontes ligadas a esse ramo das forças armadas confiaram à ÁFRICA21 que há muito tempo têm alertado para a necessidade de equipar a Marinha de Guerra Angolana com meios mais capazes de garantir a inviolabilidade das águas territoriais angolanas, bem como a segurança das instalações petrolíferas em águas profundas, mas, até agora, ninguém lhes deu ouvidos. 

**Desaparecimento
do petroleiro MT
Kerala pode ser ato
de simulação**

Primeiro censo pós-independência realiza-se em maio

O primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação em Angola desde a realização do último Censo no longínquo ano de 1970 vai decorrer no próximo mês de maio. Embora a ONU preconize que o Censo seja feito a cada dez anos, o país não conseguiu cumprir essa determinação principalmente por causa da guerra.

ALBERTO SAMPAIO



Camilo Ceita, diretor-geral do Instituto Nacional de Estatística

DESDE 1970, naturalmente, o retrato do país foi bastante modificado. É, pois, esse novo retrato que o Recenseamento vai revelar a todos, com informações detalhadas de cunho demográfico, socioeconómico e habitacional, consideradas fundamentais para a distribuição de investimentos públicos e privados.

De acordo com Camilo Ceita, diretor-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Censo 2014 deverá contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida da população em Angola. Sem saber ainda quantas pessoas vivem no país e nem tão pouco quais as condições em que vivem, é muito difícil, de facto, planear devidamente o crescimento e o desenvolvimento do país.

«A nossa geração, mais velhos, menos velhos, mais jovens, menos jovens, tem a chance de marcar absolutamente

Censo é fundamental para planificar o desenvolvimento

nas nossas vidas profissionais este facto que vai ficar para sempre na história deste país», disse Ceita.

Campanha

O Censo 2014 começa a partir das zero horas do dia 16 de maio e prossegue até ao dia 31 de maio. Na segunda quinzena de janeiro começou a ser veiculada a campanha publicitária, cujo objetivo é fazer com que a palavra Censo esteja na ponta da língua de adultos e crianças a partir dos próximos dias.

O desconhecimento sobre o assunto, no entanto, leva muitos angolanos a perguntarem-se o que, afinal de contas, o Censo 2014 quer saber de cada um deles. «A maioria não percebe por que razão terá de responder a um estranho qual a sua idade, quantos filhos tem, qual o estado das paredes da habitação em que vive», diz Salvador Ferreira, coordenador da Subcomissão de Formação do Gabinete Central do Censo. «Por isso vamos explicar a cada angolano, através dos diversos meios de informação, que o Censo pode ajudar a melhorar as políticas públicas do

país, para além de contribuir também na atração de investimentos privados que irão refletir-se na vida de cada cidadão», acrescentou.

Ao mesmo tempo, segundo Ferreira, o Censo 2014 está a oferecer uma excelente oportunidade de experiência profissional e curricular para todos os angolanos. Desde novembro de 2013, o Gabinete Central do Censo está a recrutar milhares de pessoas para participar na formação e na recolha de dados. O INE já selecionou 21 Assistentes Técnicos Provinciais (um em cada uma das 17 províncias e quatro em Luanda, a capital do país foi subdividida em quatro áreas censitárias).

A campanha de recrutamento de Assistentes Técnicos Comuns e Locais foi intensificada em dezembro de 2013 e ampliada neste primeiro trimestre para receber as candidaturas de assistentes técnicos locais e de motoristas até 31 de janeiro. Já o recrutamento dos Agentes de Campo (recenseadores e supervisores) teve início em janeiro de 2014 e decorrerá até 31 de março.

«Os candidatos devem ter idade superior a 16 anos, possuir um mínimo de 8.ª classe, ter facilidade de comunicação, escrever com caligrafia legível, para além de serem rigorosos, empenhados e terem elevado sentido de responsabilidade e organização», explica Ferreira.

Objetivos

A recolha de dados junto dos agregados familiares será realizada pelos Agentes Recenseadores. O Censo 2014 vai utilizar dois tipos de questionários: o da Habitação e do Agregado Familiar (HAF) e o das Habitações Coletivas (HC). O primeiro está composto de dois módulos, um da Habitação e Agregado Familiar e o outro do indivíduo.

A primeira secção de perguntas do questionário de Habitação e do Agregado Familiar diz respeito à identificação geográfica da habitação e do agregado familiar. O entrevistado será indagado

Lançada campanha massiva para explicar o censo às populações

inicialmente sobre a condição da habitação em que vive, ou seja, se ela é permanente ou não permanente. Para ambos os casos, serão solicitadas informações sobre as características específicas do tipo de habitação em que a pessoa vive.

O Recenseador questionará também sobre o estado de ocupação da habitação: se é de uso habitual, se é de uso ocasional ou se a residência está vaga. Serão solicitadas também informações sobre o regime de ocupação da habitação, se é arrendada, se é própria ou se está em processo de pagamento.

Depois serão colocadas questões sobre as características das paredes exteriores da habitação, da cobertura, do tipo de chão e sobre o número de divisões existentes na habitação.

Na terceira secção do questionário, serão abordadas questões relacionadas



Realização do censo dá emprego a milhares de jovens

Milhares de viaturas serão utilizadas durante a campanha do Censo

com o principal tipo de iluminação que o agregado usa, a principal fonte de energia utilizada para cozinhar, local de deposição do lixo, tipo de sanitário que utiliza normalmente e a principal fonte de água e práticas relacionadas com o tratamento ou não da água.

Ainda sobre as características do agregado familiar, serão colocadas questões relacionadas com as atividades agrícolas e pecuárias realizadas nos últimos 12 meses por algum membro do agregado familiar, bem como a condição de posse e uso da terra, além de questões relacionadas com a prática de atividade pesqueira. Serão feitas perguntas também sobre o uso de computador e internet pelos membros do agregado nos últimos

12 meses, bem como a posse de telemóvel, rádio, televisão, carro, motorizada, bicicleta, geleira e arca frigorífica.

Ao agregado familiar ainda será solicitada uma listagem de todos os membros que compõem o agregado familiar diferenciando o sexo e a idade. Serão também colocadas questões sobre maternidade e mortalidade para as mulheres com idades compreendidas entre 12 e 49 anos.

A lei angolana, note-se, estabelece que o fornecimento das informações estatísticas solicitadas pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais é «obrigatório e gratuito» e que os dados estatísticos individuais recolhidos pelos referidos órgãos «são de natureza estreitamente confidencial».

FOI A PENSAR EM
GRANDE
QUE CONQUISTAMOS
A INDEPENDÊNCIA,
A PAZ,
OS AVANÇOS SOCIAIS,
E O CRESCIMENTO
ECONÓMICO.

AGORA, UMA NOVA
HISTÓRIA
TEM INÍCIO.



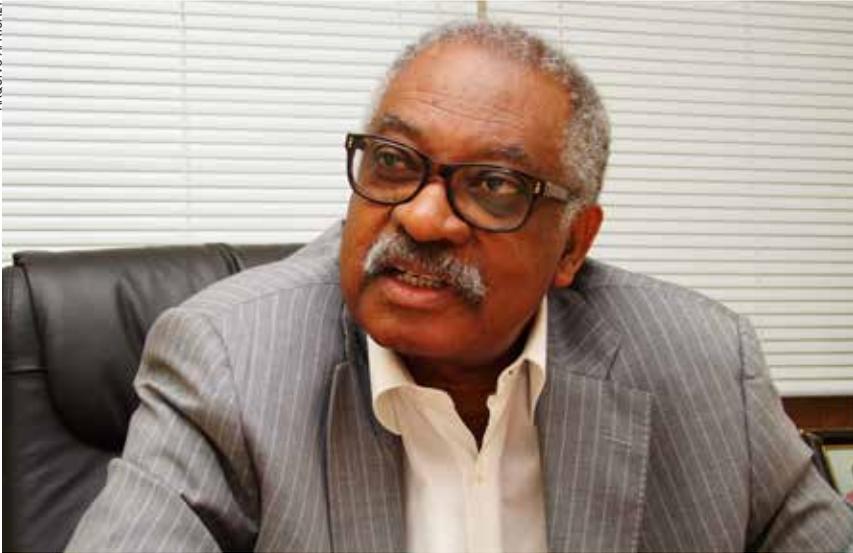
PND

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Um plano grandioso para um país que pensa em grande.

O Governo de Angola criou o PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, um conjunto de acções importantes, com metas e objectivos claros para serem alcançados nos próximos quatro anos. Resultado de um estudo profundo das necessidades do país e do nosso povo, o PND vai investir fortemente para melhorar a saúde, fortalecer a agricultura e a produção de alimentos, ampliar a geração de energia e o fornecimento de água e garantir educação de qualidade para todas as nossas crianças e jovens. De Cabinda ao Cunene, o PND vai gerar empregos e preparar Angola para um futuro de mais oportunidades e de uma vida melhor para todos os angolanos.

GOVERNO DE
ANGOLA



Lopo do Nascimento retira-se do Parlamento

Foi uma decisão acolhida com simpatia por toda a sociedade. O histórico militante do MPLA deixou a Assembleia Nacional com um discurso de estadista, que não pode ser ignorado. Foi, talvez, a derradeira lição de um dos últimos Mais-Velhos.

CARLOS SEVERINO*

O DEPUTADO DO MPLA Lopo Ferreira do Nascimento, 71 anos, despediu-se em 23 de janeiro do Parlamento, pondo assim, aparentemente, fim à política ativa, após uma trajetória de mais de 50 anos pelos caminhos da luta contra o colonialismo e da governação da pós-independência.

Lopo do Nascimento foi um dos três dirigentes do Governo de Transição (com J. Pinnock Eduardo da FNLA e António Ndele da UNITA) constituído após a assinatura dos Acordos de Alvor com Portugal em 1975 e o primeiro primeiro-ministro do Governo que tomou posse em Luanda

após a proclamação da Independência por Agostinho Neto a 11 de novembro de 1975. Foi também secretário-geral do MPLA em 1993, ministro da Administração do Território e governador da Huíla.

O seu discurso de despedida do Parlamento, aplaudido de pé pelas bancadas do MPLA e da oposição, foi dedicado à juven-

Os jovens têm de encontrar novos rumos para África, sem serem meros papagaios do Norte

tude angolana e africana, que Lopo do Nascimento convidou a pôr de lado as divergências e trabalhar junta para dar um novo rumo ao continente.

«Hoje em muitos países o importante para subir na vida é a cor do cartão do partido, é o vir de onde vêm ou a raça da pessoa e vocês, jovens africanos, têm de preparar-se para ajudar a mudar esses critérios a favor da educação, da formação e da competência», enfatizou Lopo do Nascimento.

Ao mesmo tempo, Lopo não hesitou em fazer um discurso «politicamente incorreto», apontando os limites da democracia ocidental em resolver os problemas africanos. «As eleições em África são importantes, mas não são suficientes. As eleições são um processo de exclusão e precisamos, em África, de processos de inclusão. Vocês, jovens, têm de estudar em conjunto novos rumos para África e não serem meros papagaios repetindo o que vem do Norte», enfatizou.

Segundo explicou, a maioria dos partidos políticos africanos assenta numa base étnico-linguística-cultural, pelo que, quando as eleições excluem um partido, não é uma organização política que está a ser excluída, mas sim um grupo étnico-linguístico-cultural. «É esta exclusão, resultado de processos eleitorais fomentados do Norte, que está na base de muitas situações que temos no continente», sublinhou o ex-deputado.

Para Lopo, a sua geração conquistou a independência, criando os estados e formando os governos, mas cabe aos jovens africanos edificar as nações. Afirmou ele: «Quanto mais um país africano avançar na construção da nação, menor será a possibilidade de surgirem as crises que têm afetado o nosso continente».

ÁFRICA21 sabe que Lopo do Nascimento irá dedicar-se sobretudo à atividade empresarial, em especial em Angola e outros países do continente africano, onde tem interesses em várias áreas. Um dos seus negócios de estimação é um grande projeto de formação que ele pretende lançar em Angola. 

*com João Belisario

Luzes e sombras sobre os Grandes Lagos



FRANCISCO BERNARDINO/JORNAL DE ANGOLA

José Eduardo dos Santos assumiu a presidência da CIRGL

O Presidente José Eduardo dos Santos sucedeu ao ugandês Yoweri Museveni na presidência da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) numa altura crítica, em que os conflitos na República Centro-Africana e Sudão do Sul, membros da organização, criam tensões acrescidas na África Central

NICOLE GUARDIOLA

A QUINTA CIMEIRA DA CIRGL, realizada na capital angolana em meados de janeiro, era aguardada com grandes expectativas. A ascensão de Angola à presidência da organização criada em 1994 era vista como um virar de página e o ponto de partida para uma nova era de colaboração, solidariedade e codesenvolvimento entre Estados e povos da região.

O acordo-quadro para a paz no Leste da República Democrática do Congo

(RDC), assinado há um ano em Adis Abeba, e a vitória militar das tropas congoleesas, bem apoiadas pela Brigada de Intervenção Rápida africana da Força de Paz da ONU (Monusco) sobre a rebelião do M23, permitiam augurar que doravante os esforços poderiam concentrar-se no desenvolvimento económico e humano após duas décadas de guerra e sofrimentos indescritíveis, que causaram seis milhões de vítimas só na RDC. A eclosão de guer-

ras civis na República Centro-Africana (RCA) e no Sudão do Sul (o mais jovem membro da CIRGL, independente há dois anos) e novos sinais de violência na RDC vieram baralhar a agenda e os esforços da diplomacia angolana.

A «sabedoria», que o Presidente Eduardo dos Santos recomendou aos seus homólogos da região no discurso inaugural da cimeira, foi sempre a primeira vítima das violentas convulsões que agitam o coração de África há mais de 40 anos e é o que volta a acontecer.

Em vez da «neutralidade ativa» aconselhada e praticada por Luanda, que reafirmou a sua vontade de não enviar tropas para os novos cenários de guerra, o Uganda reconheceu estar a participar em grande escala no conflito em curso no Sudão do Sul, sem mandato da UA ou das organizações regionais. E mais de 800 soldados ruandeses partiram para Bangui a bordo

de aviões norte-americanos para reforçar a MISCA (*Missão internacional de apoio de comando africano à República Centro-Africana*), enquanto as tropas francesas tratam (sem sucesso aparente) deter a ameaça de genocídio que paira sobre a RCA desde o derrube do ex-Presidente François Bozizé, em março de 2013.

Por outro lado, o último relatório da missão da MONUSCO – que denuncia indícios de reativação do M23 – veio reforçar o clima de desconfiança existente em torno dos compromissos assumidos pelo Uganda e o Rwanda em relação aos bandos armados que operam no Leste da RDC, desconfiança que dificulta a implementação dos acordos assinados em Nairobi.

Surto de violência em Kinshasa e noutras cidades da RDC em dezembro de 2013, com ataques contra alvos estratégicos e rumores de Golpe de Estado, o assassinato do coronel Mamadou Ndalu, herói popular da vitória das Forças Armadas da RDC (FARDC) sobre o M23, e o clima de insegurança criado por rebeldes locais no Katanga vieram mostrar que a paz e a estabilidade são ainda metas distantes na RDC e deram novos argumentos para os adversários do Presidente Joseph Kabila, que o acusam de ser responsável por todos os males do país.

Finalmente, o assassinato em Joanesburgo do coronel ruandês Patrick Karegeya, ex-chefe dos serviços secretos e colaborador íntimo do Presidente Paul Kagamé, refugiado na África do Sul desde 2007, chamou a atenção sobre os méto-

dos do regime de Kigali para reduzir ao silêncio toda a veleidade de oposição, agravando o mal-estar criado pelas ameaças do Presidente e do governo ruandês.

Duas visões em confronto

Existem, de facto, duas maneiras de encarar a pacificação da Região dos Grandes Lagos: uma que dá a primazia às intervenções/ingerências militares, outra que insiste sobre a necessidade do diálogo e da reconciliação nacional e regional.

O desacordo latente estalou numa reunião à margem da cimeira sobre o 50.º aniversário da UA na presença do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e da sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma, presidente da Comissão da UA, quando o Presidente tanzaniano Jakaya Kikwete defendeu a necessidade de um diálogo global envolvendo não só o regime de Kinshasa, a oposição e as sucessivas rebeliões na RDC, mas também os governos de Kigali e Kampala e as suas respectivas oposições e rebeliões, nomeadamente as FDLR para o Rwanda e as ADF-NALU e a LRA para o Uganda. Ao que o ugandês Yoweri Museveni respondeu que «negocia-se com aqueles que querem negociar, os outros devem ser erradicados». Silencioso face a uma proposta que a chefe da diplomacia ruandesa Louise Mushikiwabo qualificou de «aberração», Kagamé não deixou de ameaçar com uma rara violência todos os que «aconselham a negociar com as FDLR» e a declarar-se «preparado para a guerra». Kikwete não lhe ficou atrás, prometendo «sinistras

consequências» a quem quer que seja que ameace a integridade da Tanzânia e lembrando o fim do ditador ugandês Idi Amin Dada, derrubado em 1979 após uma incursão militar ugandesa na Tanzânia.

Desde então, as duas partes têm procurado deitar água na fervura e Angola, SADC e UA têm apelado aos antagonistas

A eclosão de guerras civis na República Centro-Africana e no Sudão do Sul e novos sinais de violência na RDC vieram baralhar a agenda e os esforços da diplomacia angolana

pelo respeito do espírito e da letra do Pacto sobre a Paz, a Estabilidade e o Desenvolvimento da Região dos Grandes Lagos, constitutivo da CIRGL, e do Acordo Quadro de Adis Abeba para o Leste da RDC. Mas as novas ameaças que os conflitos da RCA e do Sudão do Sul representam para a paz e estabilidade dos países vizinhos e a proposta de Museveni à ONU para deslocar para o Sudão do Sul a brigada de intervenção africana de 3000 homens (essencialmente tanzanianos e sul-africanos) da MONUSCO, que permitiu às FARDC derrotar o M23 e abrir reais perspectivas de paz no leste da RDC, provam que a batalha está longe de ser ganha.

Segundo Colette Braeckman, especialista belga da região, desguarnecer a frente do Kivu do Norte ainda frágil anularia os efeitos positivos da única vitória militar conseguida em mais de uma década de onerosa intervenção dos Capacetes Azuis na RDC.

A equação angolana

José Eduardo dos Santos reafirmou na conferência de imprensa final da cimeira de Luanda, que o apoio de Angola aos países em conflito se cingirá à ajuda humanitária, descartando a possibilidade de envio de forças militares e enfatizou que o seu papel no processo de pacificação e transição para a democracia, em curso na região, será «de



ARQUIVO ÁFRICAZI

Os confrontos armados regressaram à República Democrática do Congo



ISAAC KASAMANA/FP

Campos Dzaipi, no Uganda, com capacidade para 400 pessoas, mas ao qual têm chegado milhares de refugiados do Sudão do Sul

coordenação e orientação» no sentido do reforço das «instituições e formação de quadros, sejam militares, policiais e administrativos, e outros aspetos específicos para os quais Angola pode ser útil».

Em relação à solução dos novos conflitos, o Presidente angolano considerou que na República Centro-Africana «as coisas estão mais adiantadas», não sucedendo o mesmo no Sudão do Sul, onde «se confrontam duas partes do exército nacional, fortemente armadas, com material letal pesado, que estão a realizar uma guerra de posições, regular e com unidades compactas. São partes do mesmo exército que participaram na luta de libertação, têm uma longa experiência de guerra e também pertencem à mesma família política e partidária».

Poderia ter acrescentado que o afluxo de novos refugiados e de novos grupos armados oriundos da RCA e do Sudão torna mais aleatório o regresso da estabilidade na

RDC mas José Eduardo dos Santos preferiu insistir sobre a necessidade de atuar «nos marcos do Direito, das nossas instituições sub-regionais e da União Africana, evitando-se a atuação paralela e a interferência nos assuntos internos dos países vizinhos» e sobre o dever de cada país de «garantir a sua segurança interna, a paz e a estabilidade política e de promover a reconciliação e a unidade nacional».

«Nas nossas relações bilaterais e sub-regionais devem prevalecer os princípios do respeito mútuo, da solidariedade e da não-agressão, que excluem, em absoluto, qualquer espécie de apoio à subversão. A solidariedade e a sabedoria ou 'o ser sensato em todas as circunstâncias', são valores e atitudes que decorrem da nossa cultura», disse o Presidente angolano, que assegurou que a posição de Angola «será sempre a de manter o diálogo e obter consensos entre os países da região, para a concretização da estratégia comum que visa restabelecer e consolidar a paz e a estabilidade política e promover o progresso e a prosperidade na região dos Grandes Lagos».

Terá Angola os meios de realizar as suas ambições e de estar à altura das expectativas que a sua presidência da CIRGL criou sobretudo em Kinshasa? Tem a seu favor, além do poderio militar e económico, o facto de ser um país-charneira entre várias

Terá Angola os meios de realizar as suas ambições e de estar à altura das expectativas que a sua presidência da CIRGL criou sobretudo em Kinshasa?

organizações sub-regionais (SADC, CEEAC) e de ter relações apaziguadas com todos os membros da CIRGL, ao contrário da anterior presidência do Uganda (desde 2011) acusada pela RDC e a comunidade internacional de ser ao mesmo tempo juiz e parte nos conflitos da região. O papel estabilizador de José Eduardo dos Santos é reconhecido pelas instâncias internacionais e incentivado pela comunidade internacional. Mas de lá a pensar que será capaz de «emprender a liquidação de todos os contentiosos», incluindo os fronteiriços, e de avançar na realização dos grandes projetos de infraestruturas transnacionais (caminho de ferro de Lobito a Kinshasa e Lusaka, complexo hidroelétrico do Grande Inga) para dar conteúdo ao desenvolvimento solidário da região, vai uma grande distância. Tão longa como a que separa Angola do pleno desenvolvimento das suas potencialidades em matéria de democracia política, económica e humana.

José Eduardo dos Santos reafirmou no final da cimeira de Luanda que o apoio de Angola aos países em conflito se cingirá à ajuda humanitária



A hora da mulher rural?

O Presidente da República anunciou para 2014 uma especial atenção à mulher rural, o que incluiria um diálogo à semelhança do que aconteceu em 2013 com a juventude. Estranhamente, não fez nenhuma alusão ao facto de as Nações Unidas terem considerado este como o Ano da Agricultura Familiar.

FERNANDO PACHECO

ESTA CIRCUNSTÂNCIA MERECE alguns comentários. O diálogo com a juventude, motivado pela contestação ao Presidente por parte de um grupo de jovens, e que tinha tudo para ser um sopro de mudança no modo de governação em Angola, foi na verdade um *flop*. Salvo uma ou outra exceção, o diálogo juvenil constituiu um exercício de propaganda coordenado pela JMPLA, amarrado a um formalismo inadequado e traduzido num enunciado de problemas vividos pelos jovens que, genericamente, coincidem com os de todos os angolanos. Como não se tratou de modo distinto os diferentes segmentos da juventude como se impunha, os problemas específicos dos jovens rurais não mereceram a atenção devida.

O principal resultado do diálogo juvenil foi a elaboração de um Plano Nacional da Juventude (PNJ), que ainda não é conhecido nos seus detalhes, mas que fere a conceção do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) um ano após a sua aprovação. Se o PND tivesse sido elaborado como mandam as regras de planeamento, auscultando os atores devidos, a diversos níveis, como muitas vezes, incluindo a minha, têm vindo a sugerir, os tais problemas da juventude teriam sido equacionados – e desse modo o PNJ não se justificaria. Por outro lado, o modo como se

processou o diálogo contraria o discurso do Presidente na cimeira de agosto de 2013 com os seus homólogos da África do Sul e da RDC, sobre democracia participativa e inclusão, condições fundamentais, segundo ele, para evitar o descontentamento dos jovens e a instabilidade que vem crescendo em muitos países nos últimos anos.

Diálogo com a mulher rural

Tudo indica que o mesmo se passará com o anunciado diálogo com a mulher rural. A OMA, organização feminina do MPLA, que muito provavelmente dominará esse «diálogo», desde há muito revela pouca sensibilidade para os gravíssimos problemas das mulheres rurais e não se conhece qualquer tomada de posição sua sobre eles. Já manifestei várias vezes a minha opinião sobre o paradoxo dos efeitos dos dividendos da paz e da atual política agrícola nas mulheres e famílias rurais: os jovens maridos vão para as cidades e elas ficam com trabalho redobrado, não apenas na agricultura, mas também nos lares, e as meninas passam a estar à mercê dos idosos que as violam e engravidam, fazendo com que, a par de outras causas, a maior parte delas tenha de abandonar a escola demasiado cedo, o que as torna ainda mais vulneráveis. As estatísticas do ensino nas aldeias são suficientemente reveladoras.

A situação da mulher rural não pode ser analisada sem se ter em conta a condição da mulher em geral, nem a problemática da vida rural de modo holístico. Isto é tão óbvio que me assusta o silêncio ensurdecido da sociedade sobre esta preocupante distorção no discurso presidencial. Igualmente espantosa é a ausência de qualquer menção ao Mi-

Não podemos estranhar que as áreas rurais fiquem cada vez mais carentes e as mulheres em situação mais desesperada

nistério da Agricultura como protagonista do diálogo pretendido. Como é possível que o abandono a que tem sido votada a agricultura chegue a tal ponto? Como aceitar que tal encargo se atribua apenas aos Ministérios da Família e Promoção da Mulher, da Administração do Território e ainda ao do Trabalho e Segurança Social, como se o número de mulheres rurais assalariadas tivesse algum significado, na medida em que o modelo agrícola dominante em termos de investimento relega essas mulheres para a exclusão?

Os problemas rurais mais imediatos são suficientemente conhecidos. Analisemos dois exemplos, referentes à educação e à agricultura, para se ter uma ideia da sua dimensão, com recurso ao conteúdo do recente documento do OPSA e da ADRA sobre o OGE para 2014.

Uma grande parte dos professores colocados nas escolas rurais não exerce a sua atividade ou tem elevados índices de absentismo, alegadamente por falta de condições para viverem nas aldeias (incluindo os serviços mais elementares, como o comércio), falta de incentivos (ganham o mesmo se trabalharem em Luanda ou noutra cidade), falta de transporte e falta de condições para pros-

seguirem os seus estudos como o fazem os colegas nos centros urbanos. Por isso, os alunos são tremendamente prejudicados. Ao mesmo tempo, os professores «locais», não tendo as qualificações mínimas exigidas, não podem ser recrutados ou dão confiança às famílias, o que faz com que estas, quando têm possibilidade, mandem os seus filhos estudar para a cidade, de onde não voltam.

A Estratégia de Longo Prazo 2025 sugere que a resposta aos problemas nacionais «não pode deixar de estar centrada na agricultura familiar-camponesa e no desenvolvimento das comunidades rurais» e salienta que a agricultura familiar «é essencial para assegurar o abastecimento, em larga escala, de alimentos», e ainda que «a prioridade na afetação de recursos, nomeadamente públicos, não pode deixar de estar concentrada na economia familiar-camponesa, fator determinante da coesão social e nacional».

Apesar deste enunciado, a percentagem do OGE atribuída à agricultura bem como o seu valor nominal têm vindo a diminuir desde 2008, ano anterior à decisão da aposta na diversificação da economia, como se pode ver no gráfico. Em 2014, sofreu um novo corte, agora de 20,7% em relação a 2013, para

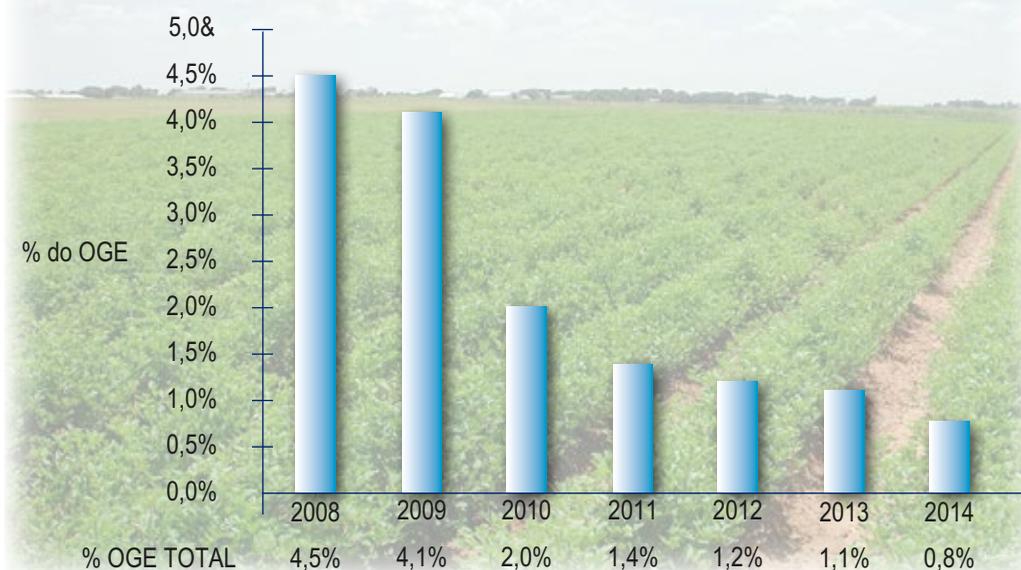
Grande parte dos professores colocados nas escolas rurais não exerce a sua atividade

As mulheres rurais angolanas estão abandonadas



ARQUIVO ÁFRICA21

PERCENTAGEM DO OGE ATRIBUÍDA À AGRICULTURA (2008-2014)



o equivalente a cerca de 592 milhões de dólares, correspondentes a 0,8% dos gastos totais do Estado, talvez a mais baixa percentagem de África. Além disso, as verbas do setor são canalizadas fundamentalmente para projetos que nada ou pouco têm a ver com as famílias rurais. Igualmente, as dotações atribuídas pelo OGE à função Família e ao Desenvolvimento Rural (que inexplicavelmente foi retirada do Ministério da Agricultura) são muito pouco significativas. Com este tipo de políticas, não se aumenta a produção de alimentos, não se criam empregos, não se diversifica a economia, não se combate a pobreza.

Se ligarmos isto ao que disse sobre a educação – e poderíamos fazer o mesmo em relação a outros setores –, não podemos estranhar que as áreas rurais fiquem cada vez mais carentes e as mulheres, particularmente, em situação mais desesperada.

O êxodo dos jovens rurais para a cidade

A marcha de tais jovens para a cidade, por sua vez, cria outro tipo de problemas, e por mais que as autoridades queiram combater o comércio informal e de rua, ele terá tendência para aumentar, pelo que algumas medidas recentemente enunciadas, incluindo a obrigatoriedade de faturação por parte dos vendedores, têm muito pouco realismo. Para se saber isto e corrigir, não precisamos de esperar pelo diálogo prometido.

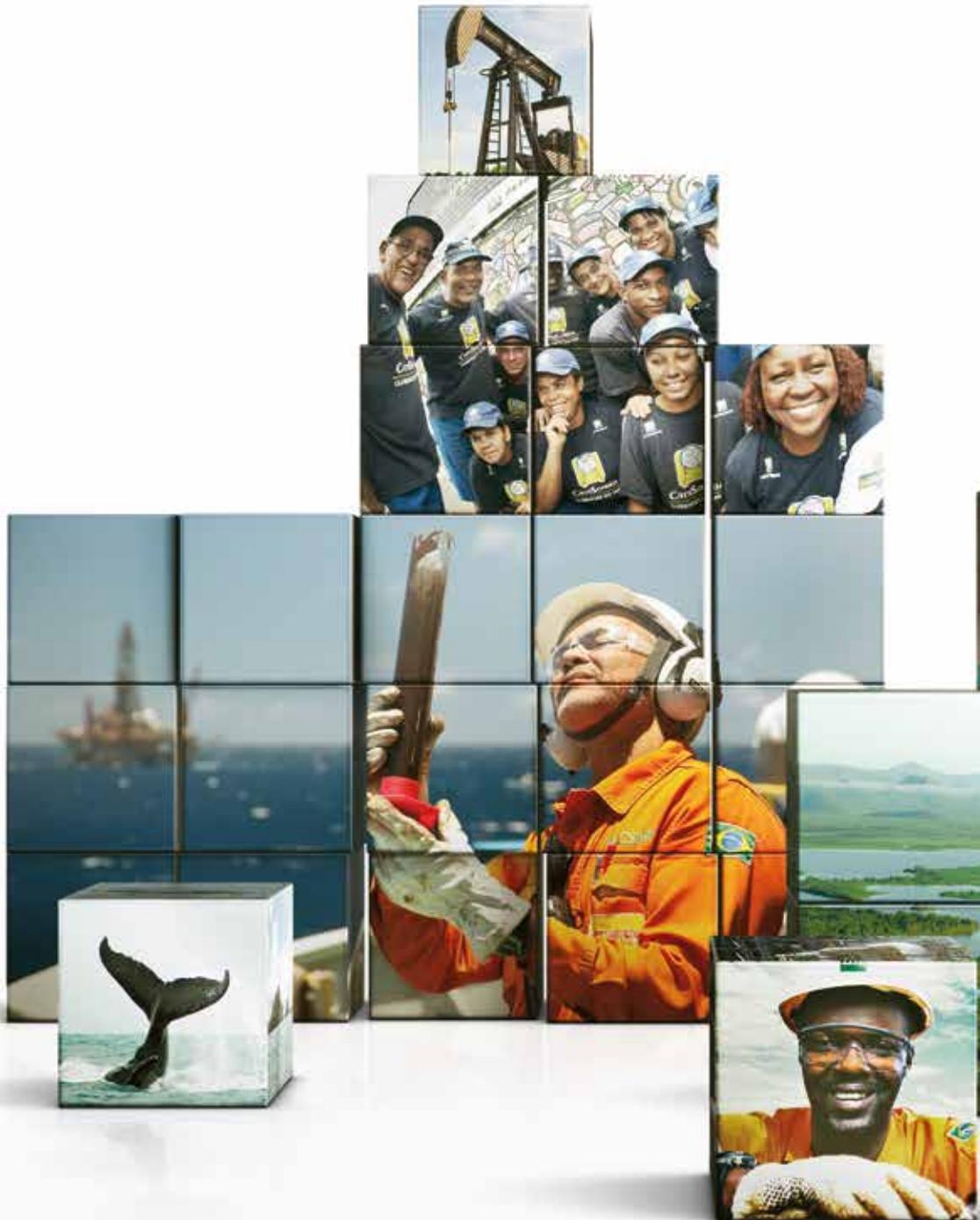
O MPLA e seu Executivo estão a mostrar muitas dificuldades para darem respostas aos

problemas rurais e aos da diversificação da economia. O Programa Angola Investe, quase dois anos depois, aprovou apenas 187 projetos (dos quais apenas 13% para a agricultura) que permitiram criar menos de três mil postos de trabalho (estimados), dos 300 mil previstos até 2015. Outros programas e atividades, entre os quais o crédito de campanha e a implantação dos BUE, para promoção do empreendedorismo, também muito pouco progrediram. Pelo contrário, alguns incompreensíveis retrocessos são notórios, como se pode ver pelos dados do Ministério do Trabalho, que mostram que em 2013 foram criados apenas pouco mais de 47 mil empregos, contra quase 193 mil em 2012. Por outro lado, segundo o estudioso Paulo Filipe, citando estudos recentes, uma em cada três crianças angolanas sofre de má-nutrição crónica, com níveis de consumo de microelementos que põem em causa a sua capacidade de aprenderem matemática e física, por exemplo.

Diálogo? Sim, mas em moldes muito diferentes. E sobretudo, mais investimento no conhecimento e na investigação científica, de modo a sustentarem políticas mais adequadas.

O ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Nigéria foi para a revista *Forbes* o homem africano de 2013. Ainda que se ponha em causa esse tipo de escolhas, será que em Angola se entende o que isto significa? 📌

Uma em cada três crianças angolanas sofre de má-nutrição crónica que põe em causa a sua capacidade de aprendizagem



**TER RESPONSABILIDADE SOCIAL
E AMBIENTAL É INSPIRADOR.
E DÁ RESULTADO:
PELO OITAVO ANO CONSECUTIVO,
INTEGRAMOS O ÍNDICE DOW JONES
DE SUSTENTABILIDADE.**



O Índice Dow Jones de Sustentabilidade é um importante indicador que reúne as melhores empresas do mundo em relação à rentabilidade com responsabilidade social e ambiental. Em 2013, recebemos a nota máxima nos critérios Transparência, pela sétima vez, e Liberações ao Meio Ambiente. Renovamos também a nossa participação no Índice Dow Jones de Sustentabilidade de Mercados Emergentes. Tão importante quanto crescer é atuar com responsabilidade social e ambiental.

Gente. É o que inspira a gente.

BR PETROBRAS 60anos

o desafio é a nossa energia

Ministério de
Mina e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

Agroindústria com matéria-prima do Paraguai

Projeto de meados da década de 1980 começa a dar frutos e promete ser um pontapé de saída para industrializar o país

GLÁUCIA NOGUEIRA PRAIA

CABO VERDE RECEBEU EM FINAIS DE 2013 um carregamento de 15 mil toneladas de milho proveniente da exploração agrícola do projeto Ilha Verde, um empreendimento agroindustrial situado no Paraguai, maioritariamente propriedade de cabo-verdianos. Essa quantidade de milho é aproximadamente o que o país consome num ano e foi a primeira vez que um porto nacional recebeu um carregamento de tal dimensão.

Os dinamizadores do projeto pretendem abastecer o arquipélago em larga escala com este produto que é a base da alimentação dos cabo-verdianos. Nesse sentido, uma unidade de armazenamento de cereais com capacidade para 20 mil toneladas, composta por um conjunto de cinco silos, foi construída no porto da Praia no ano passado para receber estas remessas. Dentro de um ano e meio deverão estar construídos mais 18 silos, já que a aposta é sobretudo na transformação das matérias-primas produzidas no Paraguai.

Assim, o país – que quanto a produtos industrializados tem pouco mais do que atum enlatado, em quantidade reduzida – passará a fabricar óleo de soja, farinhas diversas, rações e aguardente, entre outros produtos. Quanto ao milho, por exemplo, prevê-se o transporte anual para Cabo Verde de 200 a 250 mil toneladas, sendo que apenas 10% desse total será para venda ao consumidor, já que a maior parte irá para as unidades industriais que deverão estar a operar dentro de quatro a cinco anos.

O total do investimento na criação das fábricas deverá ascender a 100 milhões de euros (137 milhões de dólares), refere o seu responsável, Adriano Bettencourt Pinto, apostando na industrialização de Cabo Verde, o que o transformará também num país exportador, tendo em mira a CEDEAO e a Europa.

Nesta fase de implantação do empreendimento em Cabo Verde, estão já criadas a Agrícola Ilha Verde e a Silos Marangatu Segurança Alimentar.

O projeto Ilha Verde é o resultado, quase 30 anos depois, de uma iniciativa que teve início em 1986, com a compra pelo Estado de Cabo Verde de uma propriedade rural com 10.759 hectares no Paraguai, próximo à fronteira com o Brasil. A ideia foi de Adriano Bettencourt Pinto, engenheiro agrônomo radicado naquele país, que propôs essa parceria aos responsáveis económicos da altura, depois de estudar as potencialidades da região. «O projeto nasceu da preocupação de garantir a segurança alimentar», refere o empresário.

O plano era, a partir do desmatamento de parte do terreno, explorar a madeira através da implantação de serrarias e a seguir passar à agricultura. Percalços nesse processo levaram ao abrandamento das atividades e, mais tarde, o Estado cabo-verdiano veio a desligar-se do empreendimento, ficando o seu idealizador, a partir de 2000, com a totalidade do negócio e a partir daí procurando novas parcerias. É assim que nasce o atual projeto Ilha Verde, que conta com produção agrícola mecanizada, e cujas colheitas começam agora a chegar a Cabo Verde. Trigo, arroz, milho, soja e cana-de-açúcar são alguns dos vegetais cultivados tendo como destino o arquipélago.

O projeto da EMPA no Paraguai

Em setembro de 1986, a Empresa Pública de Abastecimento (EMPA) adquiriu uma propriedade rural no Paraguai com cerca de 10 mil hectares por 100 mil contos (um milhão de dólares), segundo uma notícia do jornal *Voz di Povo* que dá conta do investimento feito nessa época. O objetivo inicial era ex-

Os países da CEDEAO e da Europa estão na mira do projeto Ilha Verde



Silos no porto da Praia para receber as remessas de produtos agrícolas vindas da Ilha Verde

plorar madeira, já que se tratava de uma área de mata a ser derrubada, prevenindo-se a instalação de serrarias para produção de 20 mil metros cúbicos por ano.

O mercado cabo-verdiano receberia uma pequena parcela, sendo que a maior parte do produto teria como destino o mercado externo. Previa-se, nos primeiros cinco anos, um investimento de seis milhões de dólares. A EMPA, na época, tinha um volume de negócios anual de cerca de 3,5 milhões de contos (44 milhões de dólares), conforme indica o jornal.

A Sociedade Agrícola Armistício, gestora da propriedade, fora criada com capital social à volta de 120 mil contos (1,5 milhões de dólares), na qual a EMPA era a principal acionista, tendo como parceiro o engenheiro Adriano Bettencourt Pinto. Uma notícia no *Voz di Povo* de 31 de agosto de 1988 refere que há paraguaios e brasileiros a trabalhar na propriedade, mas admite a possibilidade da ida de trabalhadores cabo-verdianos para o local. Ainda nesse ano chega a Cabo Verde a primeira remessa de madeira.

É com otimismo que se encara o projeto, que previa também agricultura e pecuária, anunciando-se em 1989 a intenção de se adquirir cinco mil cabeças de gado bovino. Pelo jornal *Tribuna*, em 15 de abril de 1989, sabe-se que houve propostas de comercialização da madeira no Brasil e na Eu-

Só 10% do milho recebido do Paraguai irá para o consumo; a maior parte abastecerá a nascente indústria cabo-verdiana

ropa. Inicialmente, as dificuldades no transporte pareciam ser o único percalço a enfrentar. Contudo, o programa de investimentos não foi cumprido pela EMPA, entraves burocráticos emperraram o processo e a seguir a mudança política complicou ainda mais a situação, deixando o empreendimento em *stand by*.

A EMPA foi a primeira empresa estatal cabo-verdiana, criada logo após a independência, para garantir o abastecimento de produtos alimentares, de materiais de construção e outros em todas as ilhas, a preços controlados. Naquela época, os stocks de produtos alimentares constituíam uma das maiores fragilidades do novo Estado. Mantendo o monopólio da importação de vários produtos, a empresa geria também as doações de alimentos feitas por vários países.

Se a sua gestão foi um sucesso durante toda a década de 1980, com a liberalização da economia e o aparecimento de importadores privados, na década de 1990, sob o governo do Movimento para a Democracia (MpD), a empresa entrou em decadência, num processo que durou toda uma década, com acusações de teor político e protestos dos trabalhadores pelo meio. Acabou por ser liquidada em janeiro de 2003. 



Hotel Continental



"Sinta-se em casa"

Vista panorâmica sobre a baía;
a um quilómetro da Ilha de Luanda
e a cinco minutos do Aeroporto
Internacional 4 de Fevereiro.



83 quartos, incluindo 8 suites climatizadas.
Telefone digital directo com DDI.
TV satélite, rádio, mini bar e cofre individual.



Restaurante *Caravela* com cozinha internacional, regional e serviço de catering.
Espianada *O Navio*, sala de reuniões e Business Center.
Internet banda larga gratuita.



Rua Rainha Ginga, 18 / 20 - Cx.P. 5150
Luanda - Angola

Tel.: +244 222 334 241/42/43/44
Fax: +244 222 392 890

E-mail: reservas@hotelcontinentalluanda.com
www.hotelcontinentalluanda.com

Viagem à Suíça

PARA PRENDA DE NATAL, a Ana unicamente quer que lhe conte aquela estória da vez em que fui a Genebra como bagagem não acompanhada do Luís Cardoso. Digo-lhe que sim, fica-me mais barata essa lembrança, vou contar tudo tintim por tintim, é uma longa estória tipo mil e uma noites sem Sherazade...

Mas na verdade não cheguei a ir, estive para ir, a dificuldade surgiu com o *modus operandi* que depois acabou tramando a execução.

Tudo começou porque ninguém se lembrou que a Suíça não é União Europeia e eu francamente ignorava que ter um visto Schengen não era salvo-conduto suficiente para entrar na cidade de Calvino. Claro que sei que os suíços são malucos e com eles as coisas mais evidentes transformam-se em mistérios, mas ia agora passar-me pela cabeça que a Suíça pudesse não pertencer à União Europeia, ela que é uma espécie de cofre-forte de toda a fortuna do mundo e da Europa?

Mas o certo é que não é, e eu soube-o à última hora, quando já não tinha qualquer hipótese nem de obter um visto nem de não viajar para lá. Tem um visto de entrada, pergunta-me alguém da organização que nos convidava. Claro, respondo displicente, tenho um visto Schengen, sem ele sequer poderia entrar em Portugal. Mas não era isso, explicaram-me, precisava ter um visto do próprio país porque ele não faz parte dos Estados que acordaram o tratado de livre circulação.

Muito bem! Estou em Lisboa viajado de Cabo Verde e em trânsito para Genebra, já estou a antecipar as longas degustações de queijo, chá, vinho e chocolate, sonhava inclusivamente fazer uma demorada visita a Calvino no Muro dos Reformadores (não se pode estar em Genebra e não visitar a Praça dos Bastiões, tinham-me avisado), mas eis que tudo ficava em águas de bachelau, regressar a Cabo Verde é a única solução.

E foi aqui que o Luís Cardoso teve a brilhante ideia: eu ir a Genebra como sua bagagem não acompanhada! Estávamos a Rosa, a Teresa, ele e eu a tentar inventar um esquema por onde eu pudesse furar a segurança da fronteira e entrar na Suíça sem ser visto, quando ele sugeriu que uma hipótese boa seria eu viajar como um tronco de sândalo que ele diria ser da sua propriedade, melhor, uma oferta especial da República de Timor Lorosae à República Helvética.

Talvez ele tenha proposto isso a brincar, mas a verdade é que precisávamos de uma solução urgente e todos concordamos que a ideia era engenhosa e até aparentemente factível. Sobretudo porque naqueles dias Timor era o mais jovem país do mundo e ainda vivia em estado de graça internacional, nenhum polícia, por zeloso que fosse, iria agora suspeitar ou ver maldade num país tão «recém» no concerto das nações.

Sim, mas e como fazer? Luís Cardoso foi quem teve a ideia, ele que diga como acha que se deve fazer, dissemos em coro. Mas ele defendeu-se prontamente: Tinha dado a opinião como forma de colaboração, já que tanto Timor como sândalo estavam na moda, mas isso não lhe cometia qualquer responsabilidade especial, já bem bastavam as chatices que seguramente ia ter no aeroporto de Genebra para desembarçar o caixão. Caixão, ex-

clamei abismado, acham que vou viajar dentro de um caixão como se fosse um defunto vivo? Todos os demais concordaram comigo, podia ser de mau agouro eu chegar na Suíça dentro de um caixão. Mas terá que ser um caixote, insistiu Luís, se ao menos fosses uma múmia! Múmia não, quase gritou a Rosa, estás lembrado dos problemas que o Fradique Mendes teve para despachar a sua múmia que a alfândega de Lisboa queria taxar como arenque defumado? Não, não podemos submeter o nosso amigo a essa humilhação.

Concordei e disse que preferia o caixote ao caixão. Mas bem almofadado, com comodidades. E muitos buracos para ele respirar. E bem agasalhado para ele não morrer de frio no porão do avião. E uma cómoda almofada para ele repousar a cabeça porque são três horas de viagem. E uma garrafa d'água para quando ele tiver sede...

Tantos cuidados comoveram-me. E se tentássemos o visto à chegada a Genebra, sugeri. Resultou! 



galmeida@cvtelecom.cv

Exclamei abismado, acham que vou viajar dentro de um caixão como se fosse um defunto vivo?



GUINÉ-BISSAU

Restrições à liberdade de expressão na

Com eleições gerais à porta, persistem sérias limitações à liberdade de expressão e de manifestação, o que leva os protagonistas políticos a silenciar os assuntos incómodos, para não beliscar as autoridades de transição, em particular a cúpula militar

ALMAMI JÚLIO CUIATÉ BISSAU

ENQUANTO SE APROXIMA O DIA 16 DE MARÇO, data escolhida para a ida às urnas que deve restaurar a legalidade, o país permanece tenso e imprevisível, embora calmo. Sinal do nervosismo reinante, foram retomados os controlos de viaturas pelas forças de segurança, aos quais nem as Nações Unidas escapam. Foi o que sucedeu em janeiro a uma coluna de veículos da organização mundial vinda do sul do território e da qual fazia parte o próprio Ramos-Horta, o representante em Bissau do secretário-geral da ONU. Poucos dias depois, uma conhecida figura dos serviços de propaganda do PAIGC foi detida pela Guarda Nacional cerca de uma dezena de

horas para interrogatório. O motivo do assédio ao militante do ex-partido governamental, assim como das operações de revista de carros nas estradas, em pelo menos três localidades do território, não é conhecido, mas suspeita-se que possa estar relacionado com o hipotético regresso do deposto primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, o candidato favorito às presidenciais, que as atuais autoridades não querem ver nem pintado.

Apesar do antagonismo que o opõe ao general António Injai, o chefe de Estado-Maior e líder do golpe militar que o derrubou há cerca de dois anos, Cadogo Júnior, como também é conhecido o popular líder do PAIGC exilado em Portugal,



Os controles pelas forças de segurança reforçam-se em Bissau

véspera de eleições

reiterou em agosto a sua decisão de voltar e de concorrer à disputa presidencial. E tudo indica que os seus apoiantes no país estão a preparar ativa e discretamente a sua vinda.

Com essa finalidade, o próprio candidato deslocou-se a Cabo Verde, onde se recenseou no consulado guineense na Cidade da Praia, para ter o direito de votar e ser votado no próximo escrutínio, situação que apanhou os seus inimigos desprevenidos.

Cadogo vem ou não?

A presença ou não do ex-chefe de Governo na corrida presidencial permanece uma incógnita, e constitui um dos principais desafios do processo de normalização política na Guiné, bem como um teste crucial à justeza, liberdade e transparência das futuras eleições, já adiadas duas vezes. Na primeira volta das presidenciais interrompidas pelo golpe de força de abril de 2012, Cadogo Jr. ganhou largamente aos seus adversários, e está convencido de que sairá vencedor no próximo pleito presidencial.

APOIO À IMIGRAÇÃO ILEGAL ABRE CRISE INSTITUCIONAL

Dois meses depois da controversa viagem de 74 refugiados sírios, com falsos passaportes turcos, num voo da TAP de Bissau para Lisboa, o assunto continua a envenenar as relações entre Portugal e a Guiné e abriu um diferendo judicial sem precedentes entre o Governo e a justiça guineense. Em virtude deste episódio de tráfico de pessoas, a TAP suspendeu as suas ligações com o país. Por outro lado, o chefe da diplomacia guineense pediu demissão, e o seu colega do Interior, que forçou a tripulação da transportadora a embarcar os sírios, pôs o seu cargo à disposição. Contudo, ambos os governantes continuam em funções, mesmo depois do Ministério Público ter solicitado a detenção do ministro do Interior, António Suca Ntchmá. Este, um oficial general da Aviação, processou o Procurador-Geral da República, por difamação e violação do segredo de justiça. Por seu lado, o procurador, um advogado e ex-governante, prometeu levar o caso à barra do tribunal, não obstante ter sido alvo de sucessivas ameaças. E os diplomatas guineenses em Marrocos, que concederam aos imigrantes sírios os vistos de trânsito e de turismo, sem prévia autorização da tutela, continuam tranquilamente nos seus lugares, e um deles até pode ser promovido. Entretanto, um alegado empresário, que acolheu e instalou os sírios por algumas horas, e chegou a ser detido cerca de duas semanas, já foi libertado. E tudo indica que, neste caso, tal como noutros, que desferiram uma forte machadada na reputação do já bastante desacreditado regime de transição, a culpa vai morrer solteira.

Carlos
Gomes Júnior
recenseou-se
no consulado
guineense
na Cidade da
Praia para ter o
direito de votar
e ser votado
no próximo
escrutínio



ARQUIVO AFRICA21

Carlos Gomes Júnior está exilado em Portugal desde 2012

Com a condição de lhe ser garantida segurança pessoal. E aqui é que reside o problema. O porta-voz do atual governo já declarou que Carlos Gomes não terá direito a quaisquer medidas particulares de proteção, e ameaçou que este poderá

mesmo ser detido se voltar, para responder a alguns processos judiciais abertos contra si e contra personalidades do seu regime.

Os partidários do oposicionista estão divididos sobre esta questão. Uns acham que devia permanecer onde está, porque se vier, arrisca-se a ser assassinado pelos militares, como aconteceu em 2009 ao antigo Presidente Nino Vieira. Outros, pelo contrário, alimentam a esperança de que a comunidade internacional esteja a criar condições para a vinda de Cadogo Jr. e de outros exilados políticos, entre os quais o ex-Presidente interino, Raimundo Pereira. Contudo, nada indica que será enviado o tal contingente multinacional para o efeito, como se chegou a pensar.

O mais provável é que a ONU contribua com recursos financeiros para o reforço da ECOMIB, a missão militar e policial da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)*, a fim de se dotar de meios humanos e materiais para assegurar a tranquilidade e a regularidade dos atos eleitorais, tal como defendeu o secretário-geral das Nações Unidas, o sul-coreano Ban Ki-moon, na apresentação ao Conselho de Segurança do seu último relatório trimestral sobre a Guiné-Bissau.

*A organização reúne 15 países, entre os quais Guiné-Bissau e Cabo Verde, e está sediada em Abuja, Nigéria

CANDIDATOS PARA TODOS OS GOSTOS E FEITIOS

Como tem acontecido desde a instauração do multipartidarismo integral, em 1994, são numerosos os protagonistas das próximas eleições gerais. Surgiram mais algumas formações, entre elas uma chamada a mobilizar especificamente o universo juvenil. Foi também constituído o chamado Fórum Guiné-Bissau, uma tentativa de coligação eleitoral, que reúne uma vintena de pequenas organizações partidárias, quase todas sem representação parlamentar, e que têm em comum o facto de terem apoiado o Governo proporcionado pelo golpe militar de abril de 2012. O ex-Presidente Kumba Yalá (2000/2003), presente em todas as presidenciais, incluindo a quinta (em 2012, interrompida pelo golpe de Estado), optou por não participar desta vez na corrida, mas sem abandonar a política. Polémico como sempre, anunciou que vai apoiar a candidatura de Nuno Nabian, um gestor de aviação civil pouco conhecido no mundo político, e que não é a escolha do PRS, o partido de Kumba Yalá e a segunda maior força política do país. Atitude oposta à de Yalá tiveram o antigo diretor-geral da CPLP Helder Vaz e a advogada Antonieta Rosa Gomes, que decidiram voltar a concorrer à magistratura suprema, após uma prolongada pausa. Terão pela frente, entre outros adversários, o economista Paulo Gomes, ex-administrador do Banco Mundial, o sociólogo Cherno Djaló, docente da Universidade Lusófona, o bastonário da Ordem dos Advogados Domingos Quadé, sem excluir o primeiro-ministro deposto, Cadogo Jr. (*ver texto principal*), apesar do seu contencioso com os militares.

Paralelamente, Ramos-Horta foi dizendo, em jeito de aviso à navegação, que o país está tranquilo, e que os guineenses forçados ao exílio por motivos políticos estão no seu direito de regressar e de tomar parte nas consultas eleitorais, que se pretendem inclusivas e livres. No entanto, em Bissau, os poderes instalados, em especial os militares, não dão mostras de querer acatar estes princípios e não é visível quem possa obrigá-los a tal. Talvez a CE-DEAO, que monitoriza a transição na Guiné e é conivente com este regime, o possa fazer, por via da ECOMIB. Mas esta força, instalada em Bissau desde maio de 2012 e composta essencialmente por elementos da Nigéria e do Burkina Faso, limita-se sobretudo a proteger a Presidência e as sedes de outros órgãos de soberania.

Há alguns meses, passaram também a vigiar as residências de dirigentes, quando se sucederam mais casos violentos de intimidação e de perseguição políticas, levadas a cabo, tal como em 2012, por um grupo de polícias e militares até aqui não identificados, e que culminaram no espancamento, no início de novembro, do próprio ministro de Estado dos Transportes e Telecomunicação, desde então em tratamento no exterior.

Repara-se que os responsáveis desses atos nunca foram identificados e muito menos sancionados. E para o cúmulo da impunidade, meia dúzia de pessoas detidas pela Polícia Judiciária por suspeita de agressão ao governante, foram libertadas por determinação de misteriosas «ordens superiores». Nestas condições, em que a liberdade de expressão e de manifestação continua bastante condicionada, nem só Carlos Gomes se queixa da falta de segurança. A menos de dois meses da ida às urnas, os principais atores políticos parecem ter adotado, por isso, a regra da contenção verbal e do discurso insípido, para não entrarem em choque com essas forças ocultas, resguardando-se para melhores dias, após as eleições.

A sombra do general Injai

Os candidatos receiam em particular o general António Injai e a sua guarda pretoriana. Enquanto estes estiverem na Amura, a sede do Estado-Maior das Forças Armadas, ninguém sabe o que se passará neste país. Duvida-se mesmo que haja eleições no prazo indicado, do mesmo modo que não se espera o julgamento dos crimes políticos de 2009.

Admite-se que as duas visitas efetuadas a Bissau pelos seus homólogos da África Ocidental

PAIGC À ESPERA DO CONGRESSO

O ex-partido governamental está há quase dois anos sem uma liderança eleita, desde o Golpe de Estado que condenou ao exílio o seu presidente, o deposto primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. O golpe deu-se cerca de um mês antes do VIII congresso, que devia precisamente designar a nova direção, sem a qual a organização não estará habilitada a tomar parte nas eleições gerais de março. De então para cá, o conclave foi sendo sucessivamente adiado, devido à perseguição política movida pelas autoridades de transição, mas também por causa de dificuldades financeiras próprias, sem esquecer a cacofonia e a bicefalia instaladas, com uma parte dos dirigentes em Lisboa e outra em Bissau. Reabriram-se as feridas provocadas pela corrida presidencial de março de 2012, em que dois dissidentes rivalizaram contra o candidato partidário. O ressurgir das divergências entre as fações e a proliferação de candidatos à sucessão de Carlos Gomes ameaçaram fraturar ainda mais o PAIGC. Por isso, ganhou corpo a iniciativa Plataforma, para reestruturar e unificar o partido. A sua figura-chave é Carlos Correia, três vezes primeiro-ministro, e provável futuro presidente do partido, cargo que não poderá ser acumulado com o de chefe de Governo, se vingar a proposta de separação de águas entre a presidência do partido e a chefia do Executivo. A ideia deu lugar a uma aliança, a que aderiu o ex-secretário executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, um dos favoritos à disputa pela liderança, e contra a qual apenas se opõe o seu maior adversário, o empresário Braima Camara.

foram para o convencer a retirar-se, em troca de um exílio dourado algures na sub-região. Esta solução, à semelhança da decisão do ex-Presidente Kumba Yalá, outro fator de instabilidade, que anunciou no início do ano a renúncia à política ativa (*ver caixa nesta edição*), continua em aberto, apesar da dificuldade em encontrar-lhe um substituto provisório, capaz de evitar a instalação do caos nas casernas.

Até lá, o líder militar guineense passa muito tempo em Potchessinho, a sua ponta (fazenda), a cerca de 70 km da capital, impossibilitado de viajar para o estrangeiro, por causa de sanções internacionais e da perseguição que lhe é movida pela justiça norte-americana. Injai tomou as suas disposições para não ser surpreendido e as suas reais intenções são um enigma. Os seus homens estão em todo lado. Nas estradas, nos postos fronteiriços, nas brigadas de recenseamento, na atribuição de licenças de pesca, na fiscalização das receitas públicas, nos negócios da madeira com os chineses e das areias pesadas. A sua posição é obviamente insustentável, e não deve passar noites tranquilas, mas, aparentemente, tem tudo sob controlo, até às eleições, após as quais, inevitavelmente, deverá ficar clarificada a sua situação e os destinos do país. 

António Injai não pode viajar para o estrangeiro devido à perseguição que lhe é movida pela justiça norte-americana

ABRIL				
24 - 27		FIMA 5ª Feira Internacional de Minas de Angola		Local: FILDA Organização: Ministério Geologia e Minas - FIL
MAIO				
15 - 18		EXPO TIC ANGOLA 3ª Feira Internacional de Tecnologia e Comunicação de Angola		Local: FILDA Organização: Ministério Telec. e Tec. de Inform. - FIL
28 - 01.06		EXPO CABINDA 2ª Feira Agro-Pecuária e Industrial de Cabinda		Local: Cabinda Organização: Governo Provincial de Cabinda - FIL
29 - 01.06		EXPO LWINI 2ª Salão Internacional de Saúde, Bem-Estar e Ajudas Técnicas para pessoas com Deficiência em Angola		Local: FILDA Organização: Fundação Lwini - FIL
A Definir		I LOVE KUDURO 3ª Festival de Kuduro		Local: FILDA Organização: Semba Produções - FIL
JUNHO				
05 - 08		AMBIENTE ANGOLA 4ª Feira Internacional de Ambiente, Equipamentos, Serviços e Tec. Ambientais		Local: FILDA Organização: Ministério Ambiente - FIL
23 - 26		IMOURBE ANGOLA 3ª Feira Internacional do Imobiliário e Urbanismo		Local: FILDA Organização: Ministério Urb. e Habitação - FIL
JULHO				
03 - 06		EXPO UÍGE 5ª Feira Agro-Pecuária e Industrial do Uíge		Local: UÍGE Organização: Governo Provincial do Uíge - FIL
15 - 20		FILDA 31ª Feira Internacional de Luanda		Local: FILDA Organização: FIL - Feira Internacional de Luanda
SETEMBRO				
25 - 28		AGRO ANGOLA 2ª Feira Inter. da Agricultura, Pecuária, Alimentação e Florestas de Angola		Local: FILDA Organização: Ministério Agricultura - FIL
OUTUBRO				
09 - 12		OKAVANGO 3ª Feira Internacional de Turismo de Angola		Local: FILDA Organização: Ministério Hotelaria e Turismo - FIL
23 - 26		PROJEKTA ANGOLA (By Constroi) 12ª Feira Internacional de Construção Civil e Obras Públicas		Local: FILDA Organização: FIL - EVENTOS ARENA
NOVEMBRO				
06 - 09		EDUCA ANGOLA 4ª Feira de Educação, Formação e Qualidade Profissional		Local: FILDA Organização: Ministério Educação - FIL
20 - 23		EXPOTRANS 4ª Feira Internacional dos Transportes e Logística de Angola		Local: FILDA Organização: Ministério Transportes - FIL
DEZEMBRO				
04 - 07		BAZAR DE NATAL 1ª Feira de Natal de Angola		Local: FILDA Organização: FIL



VISITANTE



PÚBLICO



PROFISSIONAL



PROFISSIONAL E PÚBLICO

FIL - Feira Internacional de Luanda | Estrada de Catete | Km 12 | CP. 6127 Luanda | Angola

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: Tel.: 00 244 926 405 978/70 / 923 676 731

(*) Agradecemos reconfirmação - As Feiras e as datas poderão sofrer alterações

V.05/2014

<http://www.fil-angola.co.ao>
<http://www.facebook.com/filangola>

A busca da reconciliação

UM **DITADO MANDINGA** diz que nenhuma guerra é nova, que todas as guerras são guerras velhas porque há sempre um problema que não se resolveu a seu tempo. Essa questão mal resolvida permanece na mente das pessoas, quiçá na sociedade, como uma espécie de fogo de monturo, com cinzas frias por cima e chamas ardentes no seu interior. E o fogo reacende a cada aragem. Um pequeno sopro é capaz de espalhar as cinzas e reavivar a labareda.

Este adágio foi-me dito no meio duma conversa com um velho amigo, com o qual, juro-vos, já não contava que estivesse entre os poucos que nos restam, pois cheguei a pensar que ele tinha sido engolido pelos solavancos sociopolíticos. E seria uma pena, porque é um amigo que já tinha virado parente e até família...

Na conversa com esse irmão, veio à tona o tema como reconciliar os guineenses. Ele falou na hipótese de um diálogo nacional por meio do qual todos poderiam lavar as suas mágoas, porque crê, e eu também, que há muitas mágoas em cada um de nós, recalcamientos por as pessoas se sentirem oprimidas, sem espaço para um desabafo sequer.

Para esse amigo, muitos foram vítimas da intriga palaciana e de intrigas domésticas entre companheiros. Situações em que o delator, na busca de ascensão, faz duma *passada* um atentado à soberania do Estado, vendendo os próprios amigos e a alma.

Perdi um irmão em circunstância idêntica e conhecia os mentores, contou com mágoa o meu interlocutor! Porém, senti-me animada porque não pressenti raiva nem rancor na sua fala. Teria ele se conformado, ou terá superado a dor?

Ele repetiu-me: há muita dor guardada no fundo de cada um. Calamos a dor e ficamos à espera duma oportunidade para vingarmo-nos da pessoa que nos fez mal.

Todas essas guerras têm origem numa velha raiva que se guardou, um ressentimento que foi sendo temperado com rancor e cozinhado no silêncio do medo.

Foi numa manhã de dezembro. Estava naquele momento para escrever a minha crónica do mês, mas qual quê... de repente surgiu aquela conversa com o meu quase

ex-amigo. Cada um contando a sua experiência em desgostos nacionais e decepções pessoais.

Senti-me reconfortada naquela manhã porque, para além de termos falado da forma como grandes amigos podem virar inimigos viscerais, do cinismo rodeado de abraços e sorrisos circunstanciais, surgiu a ideia de como os guineenses podem lavar as mágoas causadas por anos de mentira e de intriga.

Aventamos a hipótese de um *sinta kombersa* (1), um diálogo nacional que poderá ser passos na via da reconciliação: um *Bantabá di kombersa*, lugar onde as pessoas terão a liberdade de falar daquilo que lhes vai na alma.

A todos deverá ser dada a oportunidade de contar a sua verdade, a sua versão da história, mencionando, publicamente, factos e nomes dos construtores de *estratagemas*.

Os que cometeram crimes deverão ter palavra

nesse *Bantabá di kombersa*, para reconhecerem os seus erros.

Não estamos a falar da tão conhecida Comissão sul-africana da Verdade e Reconciliação, mas de algo similar!

Refletindo sobre tudo isso, sinto que a Guiné-Bissau necessita de se reconciliar consigo mesma, pois nos dias que correm o povo não sabe o que vai acontecer amanhã. Nada é prenúncio de nada! Cada um tenta viver o presente como pode, fazendo de tudo para não pisar o *risco* em termos de confronto de ideias e posicionamentos.

Acreditem ou não, tudo parece reduzir-se à mais ínfima partícula da humanidade, enquanto o mundo olha emudecido. E uma ação aqui e acolá vai sendo feita, para se dar o ar da graça e manter a devida aparência.

No seio do povo, a desconfiança e a autocensura: Não fale! Não opine, nem desafie! *Ibô, bai papia di pulitika lá... ka bu tisinu mufunesa!* Apela-se no seio da família e entre amigos.

O melhor que se deve fazer é ir tomar um copo com os amigos, falar de futebol, de bolas e botas de ouro, mas... e a crónica?

Logo! 



odetecsemedo@hotmail.com

**Os que cometeram crimes
deverão ter palavra nesse
Bantabá di kombersa
para reconhecerem os seus erros**

Sinta kombersa em crioulo guineense, significa dialogar, sentar-se para conversar com a finalidade de resolver um problema.

Bantabá di kombersa em crioulo guineense, significa lugar de diálogo. **Ibô, bai papia di pulitika lá, ka bu tisinu mufunesa!** Ei, você, vá falar da política em outro lugar, não nos traga problemas/azar!

Refugiados na Gorongosa em janeiro



MOÇAMBIQUE

Violência agrava-se sob o gelo

O alastrar dos conflitos armados à região sul de Moçambique dissipou as perspectivas mais otimistas sobre um possível entendimento, a curto prazo, entre a Renamo e o Governo. As autoridades dão conta de um crescente número de deslocados das regiões afetadas pelos conflitos.

EMANUEL NOVAIS PEREIRA MAPUTO

CONCLUÍDO O PROCESSO das eleições autárquicas de novembro, nas quais a Resistência Nacional Moçambicana não participou, a ideia de um possível cessar-fogo por parte dos ex-guerrilheiros do antigo movimento rebelde da Renamo ganhou dimensão quando Afonso Dhlakama garantiu, em entrevista a alguns meios de comunicação social, que o partido que dirige iria participar nas próximas eleições presidenciais, legislativas e provinciais, que se disputam em outubro (*ver caixa*).

O diferendo entre a Renamo e o Governo moçambicano dura há mais de um

ano, estando a legislação eleitoral do país na origem do desentendimento, que eclodiu, primeiro, a nível parlamentar, evoluindo, em abril de 2013, para ações armadas na região centro de Moçambique, que têm sido atribuídas a ex-guerrilheiros do movimento rebelde.

Até ao final de 2013, os confrontos entre os homens da Renamo e as forças de defesa e segurança de Moçambique, uma unidade mista com elementos do Exército e da unidade policial Força de Intervenção Rápida (FIR), estiveram essencialmente circunscritos à província de Sofala, no centro do país. Também na

província de Nampula, na região norte, se verificaram incidentes armados, ainda que não sejam comparáveis ao cenário vivido nos distritos de Gorongosa, Chibabava e Maríngué.

Nestas regiões, e segundo notícias avançadas pela imprensa moçambicana, o número de mortos em consequência dos confrontos ascenderá a mais de cinco dezenas de pessoas, entre civis, agentes das forças de defesa e segurança e ex-guerrilheiros da Renamo.

Causando uma certa perplexidade nos circuitos sociopolíticos nacionais e internacionais, o alastrar dos conflitos, nos primeiros dias de 2014, à região de Homoine, palco de um violento massacre na década de 1980, na província marcadamente turística de Inhambane, sul de Moçambique, fez ruir as hipóteses mais otimistas sobre um possível entendimento entre a Renamo e o Governo, pelo menos a curto prazo.

Apelo ao diálogo

Depois de confirmada oficialmente a presença de homens armados da Renamo no



do diálogo

distrito de Homóine, a cerca de 400 quilómetros da capital moçambicana, a Alta Representante da União Europeia, Catherine Ashton, condenou «o uso da força como meio de atingir fins políticos», apelando ao diálogo entre as partes e ao «fim imediato dos ataques armados a civis e às forças de segurança governamentais».

Em reação, o porta-voz da presidência da Renamo, António Muchanga, criticou as declarações de Ashton e desafiou a representante da UE a apresentar provas de que o seu partido «ataca civis». Numa outra declaração, Douglas M. Griffiths, embaixador dos Estados Unidos em Maputo, considerou «altamente perturbadora» a presença dos homens da Renamo no sul do país.

Entretanto, a Renamo argumenta que o objetivo da presença dos seus «seguranças» armados na zona sul de Moçambique passa por travar o avanço das forças de defesa e segurança para a região centro, segundo avançou à imprensa local o porta-voz do partido, Fernando Mazanga.

«Entendemos que concentrar todos os seguranças na província de Sofala poderia

parecer que a ação do Governo é apenas contra o centro do país, quando, na verdade, no sul e no norte há problemas», justificou Mazanga.

Enquanto as ações armadas da Renamo vão dando provas de que o Acordo Geral de Paz, assinado em 1992, mais do que suspenso, terá chegado ao fim, vários representantes do partido têm feito declarações que apontam para um possível recrudescer da violência no país.

Durante um programa de debate político na Televisão Independente de Moçambique, Rahil Khan, assessor da Renamo para a região sul, admitiu que o seu partido nunca se desmilitarizou por comen-

O alastrar dos conflitos, nos primeiros dias de 2014, fez ruir as hipóteses mais otimistas sobre um possível entendimento entre Renamo e Governo

pleto, detendo os seus homens «armas em todo o país».

Ao mesmo tempo, o responsável adiantou que Afonso Dhlakama estaria a apelar aos antigos guerrilheiros para que «não se concentrassem na região centro», e se organizassem «nos locais onde estão».

Notícias não confirmadas pelas autoridades têm dado conta da presença de homens da Renamo nas províncias de Maputo, Nampula, Tete e Niassa.

No sentido do alastrar dos conflitos a outras regiões, o Ministério da Defesa Nacional de Moçambique garantiu que a Renamo está «a recrutar jovens para engrossar as suas fileiras», acusando Afonso Dhlakama – que se mantém «em parte incerta» desde outubro, quando as forças de defesa e segurança tomaram a base de Sadjundjira, em Sofala, na qual se encontrava a residir – de ser o estratega do conflito armado.

Negociações continuam suspensas

Congeladas há cerca de quatro meses, as negociações entre a Renamo e o Executivo moçambicano estão agora condicionadas à



O Governo moçambicano recusa a participação de mediadores estrangeiros, exigidos pela Renamo

exigência da participação de mediadores nacionais e internacionais, que o partido de Dhlakama reclama, alegando quebra de confiança no Governo, em resultado dos ataques militares de outubro às bases da Renamo na província de Sofala.

Embora tenha acedido à reivindicação da presença de observadores nacionais, o Governo moçambicano recusa a participação de estrangeiros. À semelhança da introdução da paridade partidária nos órgãos eleitorais do país, o Presidente Armando Guebuza classificou como «incompreensível» esta imposição da Renamo.

Enquanto o diálogo permanece ausente, as autoridades moçambicanas começaram, no início do ano, a apresentar os primeiros dados dos impactos do conflito sobre as comunidades residentes nas áreas de maior tensão. Na vila-sede da Gorongosa, em Sofala, pelo menos 3845 pessoas deram entrada em três centros de abrigo temporário, que as autoridades criaram. Já na província de Inhambane, onde se deram confrontos nos distritos de Homoine e de Funhalouro, o número de afetados, ainda não apurado, deverá ascender a várias centenas. 

SUCCESSOR DE GUEBUZA ESCOLHIDO EM OUTUBRO

Com as eleições gerais marcadas para 15 de outubro, as quintas do país, a sociedade moçambicana deverá, nos próximos meses, conhecer os candidatos à sucessão do Presidente moçambicano, Armando Guebuza, que cumpre o seu segundo mandato enquanto Chefe de Estado e que, no último pleito, em 2005, conquistou mais de 75% dos votos.

Até ao momento, o Movimento Democrático de Moçambique, que, de certo modo, alterou o mapa do poder autárquico nas eleições municipais de novembro, conquistando três importantes centros urbanos do país, Nampula, Quelimane e Beira, foi o único partido que anunciou oficialmente o seu candidato: Daviz Simango, líder do MDM e atual presidente do município da Beira.

Num anúncio considerado tardio e algo polémico, a Frelimo, no poder, apresentou, em dezembro, três pré-candidatos presidenciais. Alberto Vaquina, José Pacheco e Filipe Nyussi, respetivamente, os atuais primeiro-ministro, ministro da Agricultura e ministro da Defesa Nacional, foram as escolhas da Comissão Política do partido. No final de fevereiro, o Comité Central da Frelimo deverá pronunciar-se sobre estas nomeações e escolher o candidato oficial do partido.

A Renamo já anunciou que iria participar nas próximas eleições, e, embora não tenha revelado quem será o seu candidato, Afonso Dhlakama deverá, sem surpresa, encabeçar as listas do partido.

Em termos de candidaturas independentes, a presidente da Liga dos Direitos Humanos de Moçambique, Alice Mabota, manifestou, recentemente, intenções de «querer chegar à Ponta Vermelha», o palácio presidencial moçambicano.



Ar Condicionado para automóveis

Mini autocarros Furgões Camiões
Máquinas Obras Máquinas Agrícolas

Representante em Portugal das marcas:



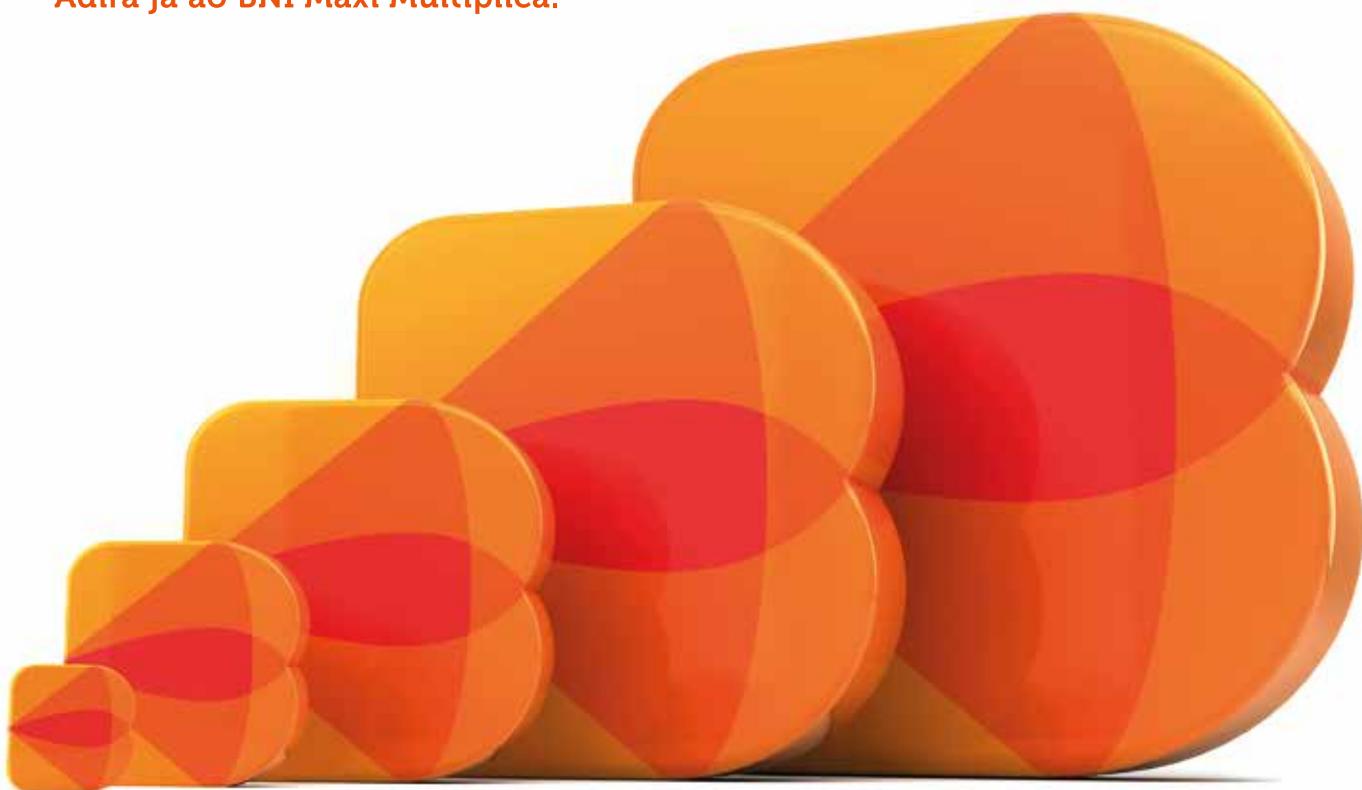
www.rplclima.com

O dinheiro que aplica, o BNI multiplica.

RECEBA JUROS DE 6 EM 6 MESES.

A Conta BNI Maxi Multiplica é um depósito a prazo, que lhe dá juros até 10% e prémios de permanência crescentes. De 6 em 6 meses, tudo o que ganhar em juros, é depositado na sua conta à ordem. Quanto mais tempo a sua conta a prazo permanecer no BNI, mais o seu dinheiro vai render.

Adira já ao BNI Maxi Multiplica.



CONTA
**BNI MAXI
MULTIPLICA**

Saiba mais em www.bni.ao



BancoBNI
Paixão pelo futuro

Crianças abandonadas ou em situação de risco têm esperança em STP

Os espaços de certas instituições que lidam com crianças abandonadas ou em situações de risco têm testemunhado histórias que amarfanham o coração ou provocam revolta. Mas aparecem igualmente casos de esperança, de superação. Seja como for, não há lugar para a indiferença.

JUVENAL RODRIGUES SÃO TOMÉ

SÃO CRIANÇAS APANHADAS NA RUA ou no mato, abandonadas ou rejeitadas pelos pais. As causas são várias: conflitos inultrapassáveis no relacionamento, falta de recursos para dar de comer a muitas bocas e garantir a sua educação ou porque necessitam de acompanhamento especial.

No Centro de acolhimento da Cáritas há um menino que «foi apanhado com cerca de oito meses. Tem hoje seis anos e não sabe quem são os pais», como conta a diretora do Centro. «Há dois gémeos que a Cáritas teve que receber, porque estavam em situação de risco, com doenças e raquíticos», acrescentou Maria do Rosário Tem-jua. A instituição cuida neste momento de 30 crianças. Entram lá com um, dois anos de vida. Os rapazes podem permanecer até aos 6/7 anos. As raparigas até aos 14/15 em média. Atualmente a mais velha tem 18 anos, mas necessita de cuidados especiais.

As possíveis opções para a maior parte dessas crianças são: adoção para os mais pequenos, transferência – sobretudo rapazes – para a Associação para a Reinserção de Crianças Abandonadas em Situação de Risco (ARCAR), tutela e reintegração familiar.

Até aos dois anos, há muita procura de crianças para adoção. A decisão final pertence aos pais. O processo pode levar vários anos, por causa das etapas que devem ser cumpridas e envolve instituições judiciais, como o Ministério Público e os Tribunais para assegurar o bem-estar futuro dos menores na nova família. A prioridade é dada aos são-tomenses e depois aos estrangeiros. Do exterior, os pedidos são canalizados através das embaixadas e vêm de alguns países vizinhos como o Gabão, mas também da Europa: Portugal e França.

A ARCAR tem uma estrutura mais complexa. A sede em Mesquita recebe rapazes em regime de internato, alguns dos quais provenientes da Cáritas. São cerca de 50, neste momento, e originários de todas as regiões do país. O foco tem sido tirar

O centro de Mulundo foi criado para facilitar, sobretudo, a inserção das meninas da comunidade piscatória

crianças da rua. Com o êxodo rural, muitas crianças iam vender nas ruas para ajudar os pais. Contudo, a instituição tem igualmente cidadãos da primeira infância, a partir dos quatro anos, que podem permanecer até aos 18.

Lixeira é agora espaço socioeducativo

Há uma pré-primária para os mais pequenos, na comunidade de Mulundo, nos arredores da capital e perto da sede. O terreno que albergava uma antiga lixeira foi adquirido pela associação e transformado num espaço socioeducativo para aproximadamente 100 crianças que o frequentam em regime externo. Elas passam o dia no centro, com refeições e diversas atividades. A partir das 16 horas vão para as respetivas casas.

Este centro nasceu para facilitar, sobretudo, a inserção das meninas da comunidade piscatória. Elas eram responsáveis pelos irmãos mais pequenos e pelas tarefas domésticas. Na gravana, período seco e fresco, é também o tempo da «chada». Vários pescadores migram, sobretudo para o norte da ilha de São Tomé, para a pesca e salga do pescado. As crianças eram obriga-





Balbina Trindade, diretora da ARCAR, em Mesquita

das a acompanhar os pais, o que tinha reflexos no insucesso escolar. As mães reclamam por falta de vagas.

Outro local, gerido pela ARCAR no Bairro da Liberdade com a mesma filosofia, é frequentado por cerca de 70 adolescentes. O terreno foi cedido pela comunidade. As crianças e adolescentes frequentam o ensino formal, têm refeições e lanches, bem como o acompanhamento escolar nos centros. Desenvolvem ainda atividades lúdicas. Para enriquecer a dieta alimentar, há um campo de horticultura e um galinheiro em Mesquita. O excedente, depois de abastecer os centros, é vendido.

Assim, o nível de escolaridade aumentou em cerca de 99% nas duas comunidades.

Se, por um lado, o objetivo da ARCAR é tirar crianças da rua, por outro «é facilitar a sua reintegração familiar, nomeadamente dos que chegam sem qualquer referência de paternidade. O tempo de busca às vezes é longo», como explicou Balbina Trindade, diretora da ARCAR. O processo de aproximação é paulatino, porque é necessário criar ou restabelecer laços de

confiança. Começa com visitas às famílias nas férias, onde passam um período e levam um cabaz.

Além de assumirem a matrícula das crianças no ensino formal e assistirem às reuniões nas escolas para o acompanhamento da evolução dos meninos e meninas, o trabalho dos responsáveis dessas instituições abrange também os pais e encarregados de educação. Promovem encontros de sensibilização sobre a importância das crianças, da família e da comunidade. Outros temas abordados são: violência doméstica, importância da escola, valorização da criança e paternidade responsável. Alguns sociólogos entendem que essas crianças sofrem por falta de afeto e consideram que o acompanhamento do pai e da mãe é insubstituível. Mesmo que sejam bem tratadas e acompanhadas em instituições como a Cáritas e a ARCAR, à medida que vão evoluindo, vão percebendo que são diferentes das outras. Mesmo que tenham êxito escolar, existe a possibilidade de transportarem consigo sequelas psicológicas pelo resto da vida.

«É um problema social, porque tem a ver com responsabilidade. Uma sociedade

Para enriquecer a dieta alimentar em Mesquita há um campo de horticultura e um galinheiro

que quer ser equilibrada, a partir do momento em que os progenitores não têm responsabilidade pelos seus filhos, esta sociedade terá dificuldade em responder a todos os problemas sociais que tem», considerou o sociólogo Olívio Diogo num programa na televisão local.

O facto é que se registam casos de sucesso. Seylino Neves é um deles. Viveu a experiência nos dois regimes que a ARCAR oferece: externo e interno. Admitiu à nossa reportagem que era «muito malcriado», apesar de ter sido sempre bom aluno desde a primeira classe. É da cidade de Neves, capital do distrito de Lembá, no norte da ilha de São Tomé. Vivia com a mãe e quando esta decidiu viver na capital, ficou com a avó. Juntou-se à mãe, algum tempo depois, mas esta viajou e ele foi acolhido pela ARCAR.

«Estava quase sempre metido em confusões quando criança, por causa da minha deficiência. Mas a partir dos 16 anos comecei a tolerar as provocações. Na ARCAR aprendi com muitas pessoas. Entrei num novo ritmo», confessou. Terminou o 12.º ano e neste momento estuda no Instituto Superior Politécnico. No seu período livre, foi recrutado pela instituição para dar explicações aos mais novos. «Sou sempre bem-vindo aqui. As crianças gostam de mim. Gosto de Mesquita e do trabalho que a diretora e outros funcionários desenvolvem».

Seylino considera que a ARCAR é uma boa instituição, porque «ajuda os mais necessitados. E luta pelo desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, porque contribui para diminuir o número de analfabetos». É um dos três que entrou numa instituição de ensino superior no país.

A Cáritas e a ARCAR contam com o apoio da cooperação portuguesa e dão trabalho a mais de 50 pessoas. Os centros têm autonomia para mobilizarem apoios, particularmente em alimentos e vestuário. 

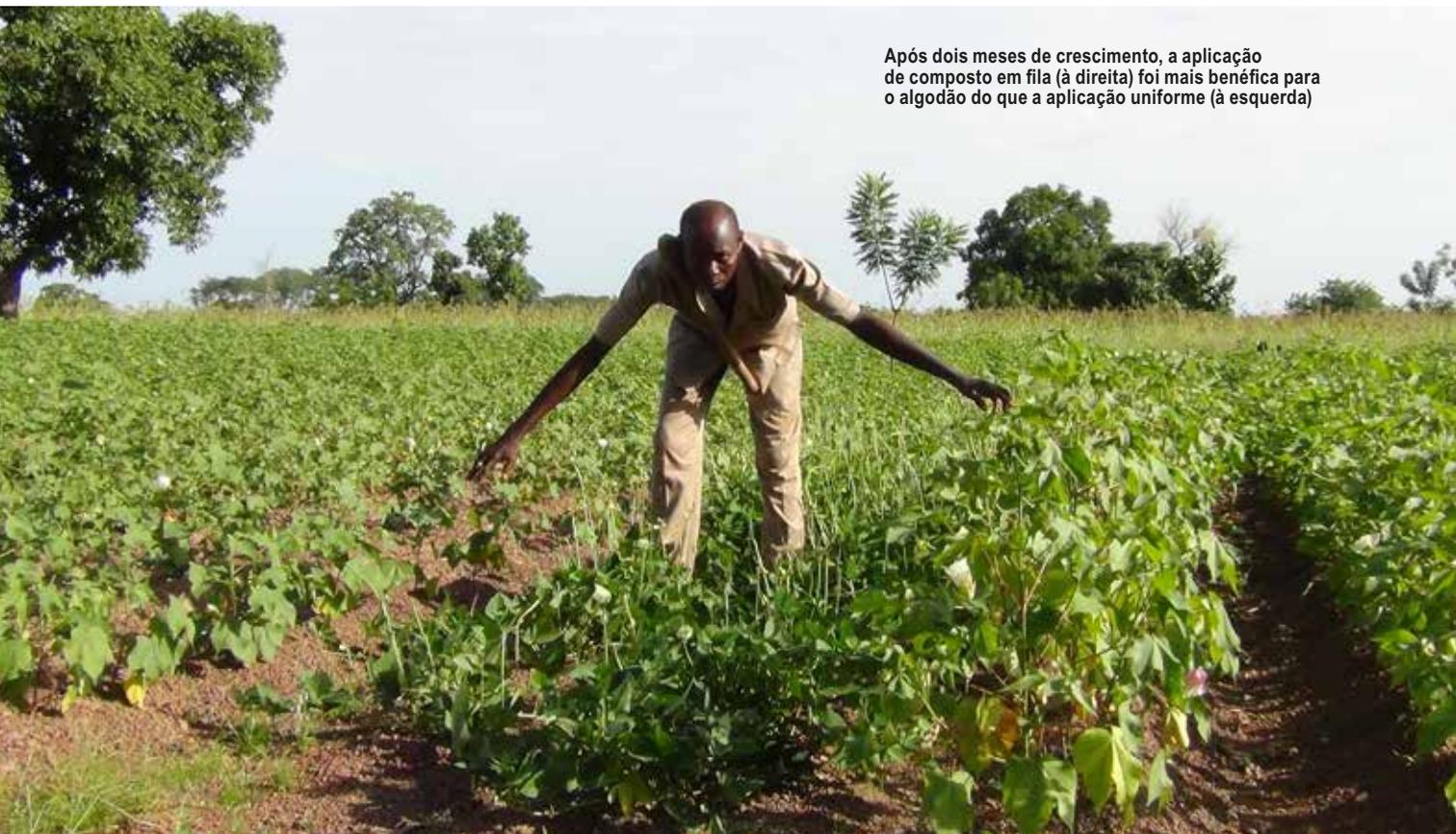
É preciso recuperar o saber dos antigos

Um dos próximos grandes desafios da África Subsariana será alimentar uma população em rápido crescimento de uma forma sustentável e ecológica. No entanto, muitos temem que os esforços para melhorar a performance da agricultura biológica e de outras práticas agrícolas sustentáveis sejam insuficientes. A investigação agrícola participativa e facilitada por pequenos agricultores pode ajudar a inverter esta tendência, e contribuir para uma produção alimentar mais justa e ambientalmente responsável.

FERNANDO NAVES SOUSA*, TEXTO E FOTOS

AS TERRAS DA FAMÍLIA SOMDA, no Sul do Burkina Faso, são as mesmas há muitas gerações. Mas já foram mais férteis. «No tempo dos nossos avós a terra dava tudo. Agora, se não pusermos alguma coisa, não dá nada», conta Maxime Somda, para quem é hoje mais difícil cultivar milho e algodão do que para o seu pai ou avô. Uma estação agrícola após a outra, o uso intensivo desta terra que alimentou todas essas gerações deixou-a mais pobre, e Maxime herdou também um problema.

O jovem agricultor, 34 anos, investiu também numa pequena loja na aldeia onde vive. É a única, e é ali que os vizinhos se abastecem de sabão, chá, açúcar ou pilhas quando precisam. Mas o comércio não é o centro da sua vida. «É apenas



Após dois meses de crescimento, a aplicação de composto em fila (à direita) foi mais benéfica para o algodão do que a aplicação uniforme (à esquerda)

um complemento, é a terra e o nosso suor que nos alimentam», diz ele.

A savana densa e húmida que envolve as terras dos Somda é rica em verdes. É a estação das chuvas que está a acabar. Nos campos, as mulheres e as crianças curvam-se para arrancar as ervas daninhas que sufocam as culturas de milho, sorgo e milheto. Homens e mulheres vão a caminho da aldeia com os molhos de cereais já colhidos. À noite vão debulhá-los em conjunto; é um momento para contar novidades, histórias e planear o amanhã.

Do milho e do milheto as mulheres fazem o *to*, um pudim de cor esbranquiçada e sabor quase neutro, a que se junta o molho de amendoim ou quiabo, que o transforma na refeição mais apreciada. Do sorgo fazem o *dolo*, a cerveja local. É à volta dela que os agricultores se juntam todas as tardes para conviver, antes do pôr-do-sol.

Mas é o algodão, o «ouro branco» do país, que dá a todos mais dores de cabeça. É uma cultura exigente, sedenta de solos férteis e vulnerável a pestes. Para esta e outras famílias da região, é também a principal fonte de rendimento.

As dificuldades de Maxime são talvez maiores do que as dos vizinhos que praticam agricultura convencional, e que usam fertilizantes industriais. «Mas os fertilizantes são uma solução a curto-prazo, não curam a terra a longo prazo», explica o produtor, que se dedicou à agricultura biológica para proteger a saúde das duas mulheres e seis filhos, e restaurar a fertilidade dos seus campos.

Maxime faz hoje parte de um grupo de agricultores africanos, coordenados pelo projeto Syprobio (*ver caixa*), que acreditam que a agricultura biológica não é algo do passado, mas do futuro. Tal como os outros 99 agricultores que participam no projeto, está empenhado em criar novos métodos e técnicas que permitam ultrapassar as dificuldades da agricultura biológica em África, entre as quais se destaca o declínio da fertilidade do solo. Agricultores locais e vários especialistas concordam que este é talvez o maior desafio do futuro da agricultura africana, e particularmente no contexto da agricultura biológica, onde o uso de fertilizantes minerais não é admitido.

«Se funcionar, vão copiar»

O jovem agricultor está a testar diferentes formas de aplicar composto no seu campo de algodão. É este o recurso determinante para as plantas que cultiva, e para manter a fertilidade dos solos. Mas é também um recurso cuja quantidade fica quase sempre aquém das necessidades. A experiência, espera ele, vai



O caldo de Cassia e malaqueta requer apenas recursos locais e é de fácil preparação, estando ao alcance de qualquer agricultor

ajudá-lo a perceber que formas de aplicação de composto podem melhorar o crescimento das plantas.

Dividiu o campo em parcelas, numa espalhou composto uniformemente pela terra, noutra colocou-o em pequenos montes junto às sementes, e noutra ainda em fila, acompanhando os sulcos onde cresce o algodão, que já mostra algumas cápsulas. «Até agora parece que em fila dá mais força às plantas, mas é preciso esperar até ao fim da estação.» Às suas terras vêm vizinhos agricultores ver como vai a experiência. «Se funcionar, vão copiar.»

Seydou, mais ao sul do país, debruça-se sobre outro problema: as pestes. Decidiu participar no projeto pois quer melhorar as colheitas, sem recorrer a químicos e fertilizantes industriais.

Do alpendre da casa onde mora com a mulher e os quatro filhos, avista-se um grupo de casas redondas feitas de terra. No espaço entre as casas, mulheres pilam milho para fazer o *to*, enquanto outras espalham tapetes de palha onde colocam farinha de milho, feijão, quiabo e folhas comestíveis para secar ao sol. Ao lado dos alimentos está um molho de plantas selvagens que Seydou e outros habitantes da aldeia conhecem muito bem: já eram usadas pelos seus antepassados para repelir bichos indesejados.

O produtor experimenta agora um caldo feito de cassia, arbusto conhecido dos agricultores, e malaqueta para prevenir estragos de lagartas e outros inse-

Seydou e a grande maioria dos produtores da região conhecem os perigos da aplicação de herbicidas e pesticidas para a saúde e ambiente

* Fernando Naves Sousa é investigador em agricultura sustentável do FiBL, Instituto de Investigação em Agricultura Biológica (Suíça)

Syprobio (*Systèmes de Production Biologiques*) é um projeto de investigação-ação participativa desenvolvido pelo FiBL, Instituto de Investigação em Agricultura Biológica, em parceria com associações de agricultores do Mali, Burkina Faso e Benim, representando um total de 10.000 produtores. O projeto é financiado pela EuropeAid e tem a duração de cinco anos, tendo começado em 2011. Os principais objetivos são a capacitação dos agricultores locais no processo de investigar e desenvolver técnicas biológicas que promovam a soberania alimentar e aumento dos rendimentos através da melhoria da fertilidade dos solos, gestão de pragas e adaptação às alterações climáticas.

tos, que destroem as cápsulas de algodão. Teve ainda a ideia de colocar um pouco de óleo de karité, que as mulheres produzem a partir da noz de uma árvore que abunda nos seus campos. A sua teoria é que assim a mistura vai aderir melhor às plantas, o que pode ser decisivo na época das chuvas, que coincide com a fase inicial do seu crescimento. «Os resultados até agora são animadores, e não são muito diferentes dos pesticidas convencionais.»

Seydou e a grande maioria dos produtores da região conhecem os perigos da aplicação de herbicidas e pesticidas, tanto para a saúde como para o ambiente. A maior parte dos agricultores aplicam estes agrotóxicos sem qualquer proteção, e muitos sabem de casos de doença e morte associados ao uso contínuo e desprotegido destes agrotóxicos, ou pela ingestão de água ou comida contaminada. A outra grande vantagem é que recorrendo apenas a plantas locais não dependem de produtos importados para proteger os seus campos, reduzindo assim os custos económicos.

Regressar ao passado

«Por vezes inovar significa regressar ao passado», nota Tiémoko, outro participante. Como agricultor mais velho da pequena aldeia de casas de lama e palha onde vive, é ele que decide o que cultivar. Este ano apostou no milho e no amendoim, já que o preço do algodão baixou o ano passado. Ele e os seus filhos deslocam-se todos os dias ao campo para recolher amendoim, inhame e umas maçarocas de milho mais precoces.

Embora já com décadas de experiência, admite que se negligenciaram técnicas que os antigos usavam, como as associações de culturas praticadas pelos avós. Experimenta agora algumas delas, para ver que

Com décadas de experiência, Tiémoko admite que se negligenciaram técnicas que os antigos usavam, como as associações de culturas praticadas pelos avós



ASAVOLVOPENTA@AUTOSUECO.CO.AO



**POTÊNCIA
E PRAZER
AO MÁXIMO**

/AutoSueco

MOTORES MARÍTIMOS

+244 928 898 489

**VOLVO
PENTA**



Um campo de sorgo cresce entre árvores, que enriquecem os solos com as folhas que caem. Na foto a espécie *Faidherbia albida*, fixadora de nitrogênio

plantas se dão melhor quando cultivadas juntas. Esta inovação ganha peso perante a crescente escassez de terras na sua região. «Com o crescimento populacional, há cada vez mais bocas para comer mas a terra não expande. Se pudermos semear feijão em conjunto com o sorgo em vez de separados, aproveitamos melhor a terra. Para além disso o feijão que cultivamos é rasteiro e previne o desenvolvimento de ervas daninhas; são dois bons companheiros.»

Outra tendência que acompanhou o declínio da fertilidade dos solos desta zona de África foi a deflorestação. A paisagem agrícola do Burkina Faso mostra campos de cereais pontuados com copas de árvores, como o karité, o neré e algumas espécies de acácia. Mas o número diminuiu ao longo dos últimos anos, devido à crescente procura de madeira para construção e para cozinhar. A falta de árvores aumentou a erosão dos solos e anulou o efeito de «bombas de nutrientes», ou seja, o fluxo de nutrientes de camadas inferiores dos solos, das raízes às folhas. Estas, quando caem, enriquecem a camada superior, o que beneficia as culturas num raio de vários metros em redor das árvores. Poula, uma agricultora participante no projeto diz ainda que à volta de algumas, especialmente das acácias, que têm a particularidade de fixar o azoto da atmosfera, as culturas «crescem como se tivessem sido aplicados fertilizantes». Para além disso, da árvore de karité faz-se um óleo comestível, e de algumas acácias usam-se os frutos e

A paisagem agrícola do Burkina Faso mostra campos de cereais pontuados com copas de árvores, como o karité, o neré e algumas espécies de acácia

sementes para a gastronomia e alimentação de animais domésticos. A família planta agora árvores nos seus campos, de modo a restabelecer as vantagens que estas proporcionam.

Os esforços de Maxime, Seydou, Poula e Tiémoko já mostram resultados, a que se vão juntar os dos restantes participantes. Os desafios dos sistemas agrícolas locais são porém muitos.

Além do declínio da fertilidade do solo e forte crescimento da população, os agricultores africanos têm ainda que enfrentar alterações na quantidade e periodicidade das chuvas, causadas pelas alterações climáticas. Os sistemas agrícolas locais sofrem ainda o ataque de corporações de biotecnologia, que, com o aval dos seus governos, e na ausência de uma massa crítica que exija mais direitos sobre a soberania alimentar, testam já variedades transgênicas de culturas locais importantes, como o niebé, uma importante leguminosa.

Mesmo com agricultores empenhados na pesquisa de soluções para estes problemas e já na presença de resultados animadores, falta dar o próximo passo para estas inovações: a sua disseminação, cujo veículo mais eficiente é provavelmente a comunicação produtor-produtor.

Cabe a estes e outros agricultores na linha da frente da inovação mostrar que as tecnologias biológicas, por vezes tão semelhantes às que os seus antepassados praticavam, são sinónimo não de passado, mas de futuro. 



YASUYOSHI CHIBANA/AF

Um «rolezinho» no Plaza Shopping, em Niterói, subúrbios do Rio de Janeiro

Do rolezinho às eleições

2014 poderá ser para os brasileiros o ano de todas as emoções. A emoção do futebol na Copa do Mundo, que mobilizará o país em junho e julho, e, mais adiante, em outubro, as eleições gerais, com destaque para a disputa presidencial.

ALFREDO PRADO BRASÍLIA

A **SENSAÇÃO DO INÍCIO DO ANO** foi o «rolezinho». Uma «moda» social que preocupa os empresários dos shoppings, os políticos e o Palácio do Planalto. Pelas redes sociais, jovens marcam encontros coletivos nos grandes shoppings. Juntam-se às centenas, riem, paqueram e quase não fazem despesa, o que parece perturbar os lojistas e administradores dos shoppings que chamam a polícia.

Depois das manifestações e protestos populares que incendiaram o país em meados do ano passado, o «rolezinho» já causa preocupação em alguns meios políticos e empresariais. Os participantes são, na sua maioria, jovens oriundos dos bairros periféricos das grandes capitais.

O movimento começou em São Paulo, em finais do ano passado, e pode alastrar a outras cidades. Inicialmente foi apenas isso: dar um «rolé», uma volta neste ou naquele shopping. Foi a resposta dos «funkeiros» à proibição decretada pela Prefeitura de se exibirem nas ruas. Os «rolezinhos» começa-

ram a ser reprimidos pelos seguranças dos shoppings e pela polícia. Alguns jovens foram detidos sob a acusação de desacatos e hoje eles dizem que se trata de uma forma de protesto contra a discriminação, pela indumentária ou pela cor da pele, de que seriam alvo nos espaços comerciais mais sofisticados das áreas ricas.

Em meados de janeiro, o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o especialista da presidente Dilma Rousseff para as questões sociais, lançou o alerta: «Não considero a repressão o melhor caminho, porque tudo o que for feito nessa linha vai ser como colocar gasolina no fogo». Para o ministro, tirar conclusões neste momento é «temerário e pode incorrer em erro». «Estamos na fase de tentar entender melhor esse fenômeno, que é uma manifestação por abertura de espaços para a juventude, que mostra que cada vez mais não aceita a discriminação e o fechamento de espaços reservados a uma ou outra classe social», disse.

As palavras do ministro revelam que, em ano de eleições, todas as cautelas são poucas e os caminhos dos «rolezinhos» ainda não se deixam adivinhar, nem a sua amplitude, nem o seu grau de politização.

A vergonha prisional

Apesar da situação relativamente confortável em que se encontra a presidente Dilma Rousseff – de acordo com pesquisa realizada no início de dezembro de 2013 o seu índice de aprovação está em torno de 56%, enquanto 43% aprovam a gestão do seu governo, o que mostra recuperação significativa após a acentuada queda verificada por ocasião dos protestos –, o acúmulo de problemas sociais e de indicadores econômicos pouco animadores para o crescimento da economia nacional coloca uma

Os nomes apontados como principais adversários de Dilma Rousseff parecem não ter conseguido surfar em qualquer onda popular

O grau de violência reinante no Presídio de Pedrinhas é ilustrado pelas três decapitações registradas pelas autoridades

nuvem cinzenta sobre o céu do Palácio do Planalto.

Uma crise com repercussão internacional eclodiu no nordestino estado do Maranhão, governado por Roseana Sarney, filha do senador e ex-presidente da República, José Sarney, ambos do PMDB, o grande aliado do Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos primeiros dias de janeiro, dois presos foram assassinados dentro do Presídio de Pedrinhas, em São Luís, a capital de um dos estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, governado pela família Sarney há décadas. Foram mortos, segundo se sabe, por outros reclusos, em mais um dos habituais ajustes de contas naquela prisão. As duas mortes somaram-se aos 60 reclusos assassinados no mesmo complexo prisional ao longo de 2013. O grau de violência reinante em Pedrinhas pode ser ilustrado pelas três decapitações registradas pelas autoridades.

O governo do estado do Maranhão responsável pelo complexo prisional deixou ao abandono Pedrinhas. Grande parte das verbas federais para o sistema prisional no estado não foi utilizada.

O resultado foi o colapso e a transformação de Pedrinhas numa casa de horrores. Situação que, aliás, não é exclusiva das prisões do Maranhão, conforme relatórios de comissões especializadas da Organização dos Estados Americanos (OEA), de direitos humanos da ONU, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Justiça, entre outras entidades que têm denunciado a situação naquele estado do nordeste e em muitos outros.

Peças no tabuleiro

É neste cenário de tensões políticas e sociais que a pré-campanha eleitoral – oficialmente, a propaganda para os vários órgãos em

disputa só começará em agosto – segue o seu curso. De um lado a presidente da República, Dilma Rousseff, candidata à reeleição, apoiada pelo Partido dos Trabalhadores e por uma ampla coalizão de partidos, entre eles o influente e pragmático PMDB, com quem partilha o governo federal; do outro, partidos oposicionistas, cobrindo um espectro que vai da esquerda à direita, do neoliberal Democratas (antigo PFL) ao social-democrata PSDB, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, passando pelos socialistas do PSB, pela Rede, da ex-senadora petista Marina Silva, ou pelo PPS, liderado pelo antigo senador comunista Roberto Freire, entre outros.

Os nomes até agora apontados como os seus principais adversários, nomeadamente Eduardo Campos, do PSB, apoiado por Marina Silva, da Rede, e Aécio Neves, senador do PSDB pelo estado de Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral do Brasil depois de São Paulo, parecem não ter conseguido, até ao momento, surfar em qualquer onda popular que ameace seriamente Dilma Rousseff no primeiro turno.

Dilma Rousseff conta, à partida, com a máquina do poder, preparada para dezenas de visitas e inaugurações em todo o país, e com pesada lista de programas sociais como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida – que deverá distribuir ainda este ano mais de dois milhões de habitações –, além do recentemente lançado Mais Médicos, que contratou cerca de três mil médicos cubanos para atenderem em áreas carentes. Os trunfos nas mãos de Dilma, sempre aconselhada por Lula, são fortes, mas Aécio Neves (PSDB) poderá ter do seu lado a maioria dos eleitores de Minas Gerais e uma parte do eleitorado de São Paulo, enquanto Eduardo Campos (PSB) parece ter garantido o apoio de Marina Silva (Rede), que representa cerca de 20 milhões de votos, obtidos pela ex-senadora ambientalista nas últimas eleições.

Neste cenário, a realização do segundo turno parece ser bastante provável, o que deixaria em aberto, até novembro, a definição de quem irá subir a rampa do Palácio do Planalto, em 1 de janeiro de 2015, para receber a faixa presidencial. 

São milhões os brasileiros cuja qualidade de vida melhorou devido a programas como o Brasil sem Miséria ou o Minha Casa, Minha Vida, entre muitos outros na área da educação e saúde. Os bons resultados podem contribuir para a manutenção de Dilma Rousseff na presidência após as eleições de outubro.

JOÃO BELISARIO RIO DE JANEIRO

Programas sociais devem garantir vitória de Dilma

PARTIDOS POLÍTICOS E GRUPOS CONTRÁRIOS à permanência do PT e seus aliados por mais quatro anos no poder já começaram a organizar manifestações de protesto e mobilizar a opinião pública contra a realização da Copa do Mundo, procurando tirar dividendos dessas ações. Mas a julgar pela retomada do crescimento da popularidade da presidenta, e a paixão do brasileiro pelo futebol, esse intento dificilmente deverá ter êxito.

Mesmo com a prisão de alguns dirigentes históricos do PT envolvidos no processo do chamado «mensalão» e o desgaste que este fato significa; mesmo com o afastamento do PSB da base aliada para lançar candidato próprio, segundo as últimas pesquisas de opinião cresce uma espécie de convencimento nas diferentes classes sociais de que a presidenta deve ser reeleita.

Apesar das turbulências causadas pelas grandes manifestações do ano passado, e em que pese de alguma forma o desgaste causado pela postura de alguns aliados regionais mais questionáveis, a presidenta soube manter o controle da situação política, impedindo a deterioração das relações socioeconômicas no país e aprofundando o programa iniciado nos dois governos de Lula da Silva.

O desemprego continua a diminuir, a economia continua a crescer e a inflação permanece sob controle, a despeito dos arautos do mau agouro,

replicados constantemente pela mídia conservadora, insistirem no contrário. Independentemente das conjunturas que venham a se gestar nos próximos meses, seja produto de algumas de suas debilidades, de seus aliados ou do «poder de fogo» político e econômico dos seus mais aguerridos e astutos adversários, Dilma deve ser reeleita.

Além do incondicional apoio e suporte do ex-presidente Lula da Silva, que mantém praticamente intacta a sua liderança junto à maioria dos eleitores brasileiros e o seu prestígio internacional, ela conta sobretudo com o desenvolvimento e a melhoria dos exitosos programas sociais direcionados para os mais pobres e para a classe média, para garantir a vitória nas urnas. Seguido de perto pelo programa Minha Casa, Minha Vida, considerado um dos maiores do mundo neste gênero, sem dúvida o mais importante destes programas é o Bolsa Família, atualizado pelo Brasil sem Miséria, tratado pela ÁFRICA21 na edição passada, que retirou milhões de brasileiros da pobreza extrema e hoje alcança cerca de 50 milhões de pessoas.

Educação

Associados sobretudo aos beneficiários do Bolsa Família, os principais programas na área da educação destinaram-se até agora à incorporação de milhões de crianças e jovens no sistema educacional, desde o



ROBERTO STUCKERT/FILHO PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Dilma Rousseff em visita inaugural ao Complexo Estádio Arenas das Dunas

pré-escolar ao ensino universitário do qual se encontravam excluídos até então. Com o programa de construção de creches, por exemplo, o governo já entregou até agora 1300 creches. Está construindo 3100 e pretende fechar este ano chegando a 6000 creches.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destinou o equivalente a cerca de um bilhão de dólares só em 2013 para as próprias escolas investirem na melhoria e conservação da sua estrutura física e também na melhoria da gestão. Segundo informações veiculadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também foram destinados recursos para a construção de 6116 novas quadras esportivas em escolas públicas estaduais e municipais e para a cobertura de outras 4000 quadras já existentes. O Programa de Ensino Integral, que aumenta para dois turnos o regime escolar, já atinge 49 mil escolas públicas em todo o país e até ao final do ano deve chegar a 60 mil escolas.

O Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) já beneficiou mais de cinco milhões de jovens e adultos com cursos técnicos e de qualificação profissional. Em parceria com o Senai, o Senac, o Senar e o Senat – e também com os institutos técnicos federais e as escolas esta-

duais – o governo quer chegar a oito milhões de vagas no final de 2014. Até dezembro serão implantadas no interior do Brasil 208 novas escolas técnicas federais.

Atualmente já chega a um milhão o número de matrículas nas universidades federais. Só no governo Dilma já foram criadas quatro novas universidades federais: a Universidade Federal do Oeste Baiano, a Universidade Federal do Sul da Bahia, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e a Universidade Federal do Cariri. Em 2014 foram oferecidas mais de 170 mil vagas nas universidades federais, 25% reservadas pelo sistema de cotas para os estudantes provenientes de escolas públicas, para os negros e indígenas. Em 2013, com o PróUni, programa que concede bolsas de estudo a quem não tem condições de pagar uma faculdade particular, foram oferecidas 177 mil bolsas de estudo, chegando em 2014 a um total de 1,2 milhão de bolsas. Neste programa o estudante só começa a pagar 18 meses após a conclusão do curso. O prazo para pagar tem três vezes o tempo do curso mais um ano. Se for médico ou professor, cada mês de trabalho no serviço público reduz um mês da prestação. Neste ano a meta é oferecer o financiamento a 400 mil estudantes.

O Ciência sem Fronteiras, desde que foi criado, em 2011 já concedeu 60 mil bolsas para estudantes brasileiros cursarem um ano da sua faculdade ou da

O desemprego continua a diminuir, a economia continua a crescer e a inflação permanece sob controle

Com o programa de construção de creches o governo entregou 1300 creches



O programa Bolsa Família tirou milhões de brasileiros da pobreza extrema

pós-graduação, nas melhores universidades do mundo. Até ao final deste ano, o governo quer chegar a 101 mil bolsas concedidas.

Saúde

Algumas debilidades do Sistema Unificado de Saúde (SUS), permanentemente atacado pela mídia, têm sido os alvos prediletos dos adversários do governo, que fazem de alguns pontuais problemas existentes, tanto na manutenção inadequada de algumas estruturas físicas como no atendimento precário em alguns dos grandes hospitais da rede, o seu «cavalo de batalha». Nada, no entanto, que uma rigorosa fiscalização e uma intervenção séria e imediata não possa resolver em pouco tempo, tirando da oposição uma das suas mais sensíveis bandeiras.

Na área da saúde, o programa Mais Médicos, inicialmente alvo de inúmeras ações preconceituosas da parte de alguns setores dos médicos brasileiros, mas atualmente bastante apoiado pela população beneficiada é, sem dúvida, o maior «trunfo» do governo. Até agora já foram colocados 6658 novos médicos em 2177 cidades, beneficiando cerca de 23 milhões de pessoas. Até março, está previsto um total de 13 mil médicos, devendo beneficiar cerca de 45 milhões de pessoas.

O Saúde Não Tem Preço, programa que oferece remédios de graça para a população, está completando três anos. Nesse período de tempo foram fornecidos medicamentos para quase 18 milhões de pessoas que sofrem de diabetes e de hipertensão.

Desde 2012, o governo de Dilma Rousseff também distribuiu gratuitamente remédios para o tratamento da asma. Desde então, 1,2 milhão de pessoas já foram beneficiadas, em especial, crianças e jovens, diminuindo drasticamente a necessidade de internação hospitalar – era a segunda principal causa de internação de crianças até cinco anos no SUS. Os medicamentos encontram-se disponíveis em todas as farmácias da rede Aqui Tem Farmácia Popular, que já soma quase 30 mil estabelecimentos em mais de quatro mil cidades. No total estão disponíveis, 14 tipos de remédios para asma, hipertensão e diabetes em cerca de 30 mil farmácias desta rede, além de se encontrarem em mais de 500 farmácias do governo, montadas em parceria com os estados e os municípios.

Além dos remédios gratuitos, o programa também garante descontos até 90% em diversos outros remédios para o controle do colesterol, glaucoma, rinite alérgica, osteoporose e doença de Parkinson, além de anticoncepcionais e fraldas geriátricas. 

O Programa de Ensino Integral que aumenta para dois turnos o regime escolar atinge 49 mil escolas públicas em todo o país

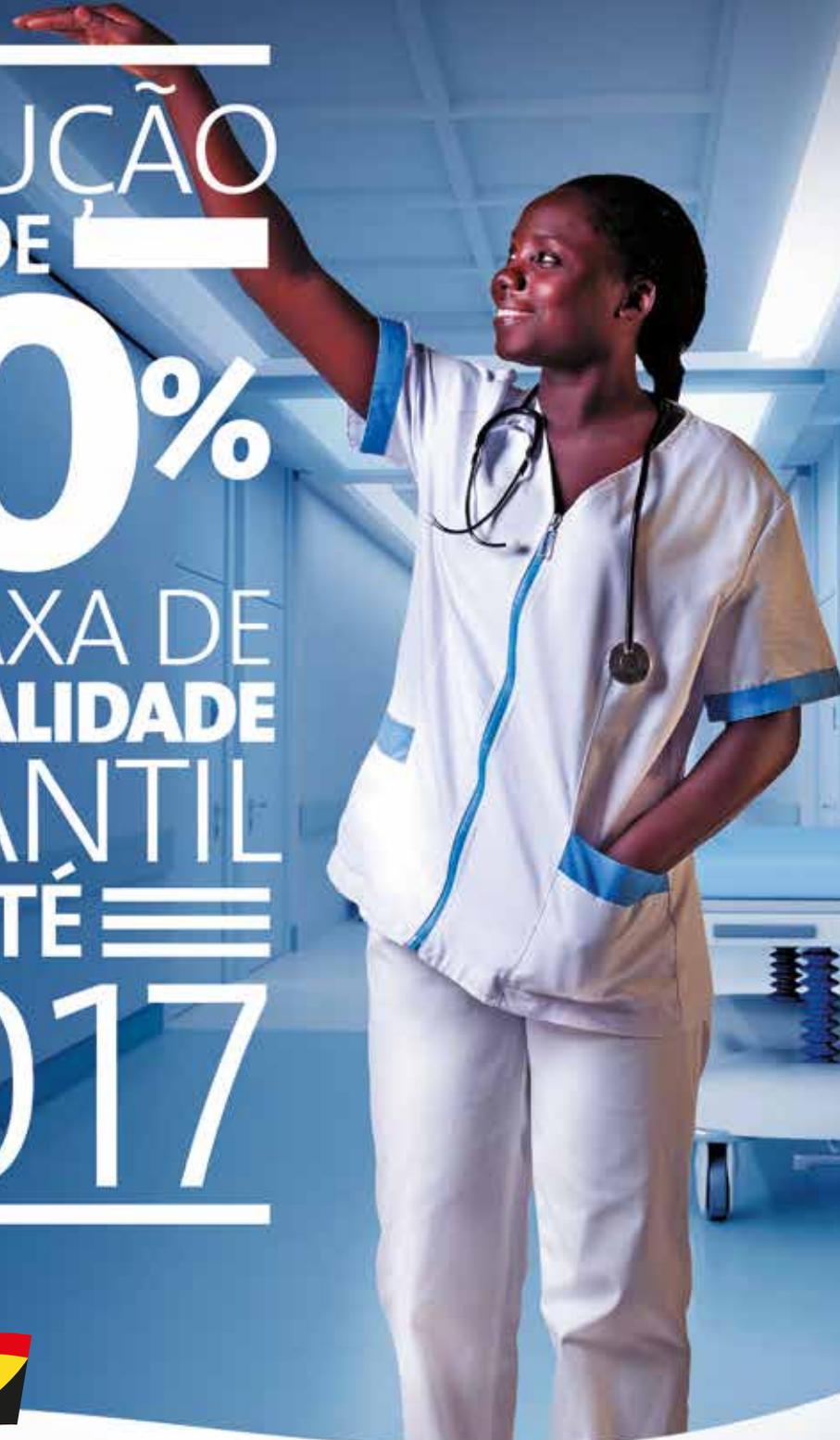
**O Censo vai mostrar
o país que somos.
E vai ajudar a fazer
o país que queremos.**



**Censo
2014**

**Responda e colabore.
Todos contamos para Angola.**

De 16 a 31 de Maio de 2014, Angola vai realizar o Recenseamento Geral da População e da Habitação, o Censo. É um acontecimento importante para o nosso país, pois vai permitir que saibamos com precisão, por exemplo, o número de habitantes, quantos são homens, mulheres, crianças e idosos, onde vivem e como vivem. Com essas informações, o país poderá planificar melhor a distribuição de serviços essenciais para todos os angolanos. Em apenas 15 dias, os recenseadores, devidamente uniformizados e identificados, irão a todos os bairros, aldeias, comunas, municípios e províncias, de casa em casa, para recolher os dados pretendidos. É importante dizer que cada dado fornecido por si será mantido no mais absoluto sigilo. Procure informar-se na administração do seu município, da sua comuna ou com as autoridades tradicionais da sua região. **Juntos vamos formar uma grande rede de apoio ao Censo.**



REDUÇÃO
DE
40%
NA TAXA DE
**MORTALIDADE
INFANTIL**
ATÉ
2017



PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Um plano grandioso para um país que pensa em grande.

Nos próximos quatro anos, o Plano Nacional de Desenvolvimento vai actuar para melhorar a qualidade e a esperança de vida dos angolanos. Para além disso, o Governo de Angola vai desenvolver uma série de acções para combater as grandes endemias, reduzir a mortalidade materna e infanto-juvenil, aumentar o número de médicos nos hospitais públicos e melhorar a prevenção de cuidados de saúde. Se actualmente 86% das crianças angolanas com menos de 1 ano são vacinadas, em 2017, com a acção do PND, serão 95%. É assim que o PND vai contribuir para melhorar a vida de todos os angolanos.



GOVERNO DE
ANGOLA

Meu maior prazer

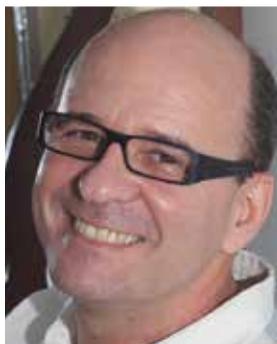
NA MANHÃ DO DIA 31 DE DEZEMBRO, mergulhado no calor de quase quarenta graus de Porto Alegre, no extremo sul do Brasil, anuncio, banhado em felicidade, que acabo de botar um ponto final em meu novo romance, *Flores artificiais*. Fruto de mais de dois anos de labuta, interrompido aqui e ali por viagens de trabalho e por solicitações paralelas de editoras, jornais e revistas, agora resta apenas cumprir o ritual de entregar os originais, revisar as provas, discutir estratégias de lançamento e aguardar a reação do público e da crítica. Inevitavelmente, meus amigos me fazem a pergunta: qual o maior prazer, começar ou terminar um livro? Complicada, abaixo segue uma tentativa de resposta.

1. Meu maior prazer, como escritor, é começar um livro. Após algum tempo de convivência, as personagens já têm nome, rosto, destinos; os cenários já estão desenhados, com sua arquitetura, paisagens, climas; posso, enfim, compor a história. Começam, então, as agruras. Os personagens, tão bem delineados, insistem em viver suas vidas. Rebeldes aos rumos inicialmente combinados, ganham autonomia: os mais afoitos sufocam os tímidos, aqui um não aceita o nome de batismo, ali outro mostra uma crueldade insuspeita, além outros ainda desaparecem sem deixar rastros, mais longe desconhecidos sequestram capítulos inteiros... Os cenários, tão bem arrançados, dissolvem-se numa chuva extemporânea, ou queimam num verão escaldante, ou, sem aviso, mudam-se em sendas nunca dantes percorridas... Instala-se o caos... Meu maior prazer, como escritor, é terminar um livro!

2. Meu maior prazer, como escritor, é começar um livro. Estou física e psicologicamente bem, depois de um período, em geral curto, longe dos teclados. Abro um novo arquivo, faço um alongamento muscular, acerto o porta-retrato onde sorri a namorada, e inicio a jornada que pode durar dois anos. Começam, então as agruras. Após longas horas sentado, as costas começam a reclamar. Os braços, estendidos em posição pouco confortável, doem. Os nervos, por causa do movimento repetitivo, inflamam. Já não há sossego. Personagens passam a ocupar a maior parte do meu tempo livre: uns querem expor suas razões para ganhar um lugar de relevância na história, outros insistem em denunciar as manobras de seus colegas, e até, aqueles mais insatisfeitos, reivindicam um autor mais competente. Já não durmo. Já não saio de casa. Já não atendo o telefone. No porta-retrato ainda sorri a namorada. Mas só no porta-

-retrato. Instala-se o caos... Meu maior prazer, como escritor, é terminar um livro!

3. Meu maior prazer, como escritor, é terminar um livro. Corrigida a última prova enviada pela editora, entro em recesso. Vou caminhar pela manhã, encher os pulmões de ar fresco. Não preciso mais tomar antiinflamatórios, relaxantes musculares, remédios para dor de cabeça e ansiolíticos. O escritório volta a ficar organizado. Coloco em dia as mensagens acumuladas na caixa postal eletrônica. Marco encontro com amigos. Frequento novamente o cinema. O porta-retrato emoldura outro sorriso. Convocado pela editora para divulgar o livro, viajo pelo Brasil participando de lançamentos em livrarias, de entrevistas para jornalistas, de mesas em feiras e festivais literários, de palestras em colégios e universidades, de leituras em clubes e penitenciárias. Sinto-me física e psicologicamente bem. Uma tarde, um homem bate à porta do quarto de hotel onde estou hospedado no Acre; uma manhã, uma mulher idosa senta-se ao meu lado num banco da praça de uma cidadezinha do interior de São Paulo, uma noite um adolescente liga para mim de um ponto perdido no interior de Minas Gerais – são personagens solicitando audiência para contar suas histórias. Começam, então, as agruras. Meu maior prazer, como escritor, é começar um livro! 



luizruffato@uol.com.br

Não preciso mais tomar antiinflamatórios, relaxantes musculares, remédios para dor de cabeça e ansiolíticos

O ADN do Chile



Sebastián Piñera e Michelle Bachelet, no Palácio de La Moneda (sede da Presidência da República), em janeiro

Os chilenos têm uma nova Presidente, que é uma velha conhecida. Michelle Bachelet esteve à frente da administração do país até há quatro anos e voltou a seduzir o eleitorado com as mesmas ideias que pôs em prática no seu anterior mandato. Por isso, os analistas falam do «gatopardismo de Bachelet», em alusão à figura criada em *Il Gattopardo* (O Leopardo) pelo italiano Giuseppe Tomasi de Lampedusa, para referir-se a quem parece tudo mudar para que nada mude.

MANRIQUE S. GAUDIN BUENOS AIRES

QUEM COMPETE E GANHA, logo festeja, tanto no desporto como na política. E assim fez Michelle Bachelet, no Chile, quando na primeira e na segunda voltas eleitorais derrotou a candidata de direita Evelyn Matthei e obteve o direito a ser, de novo, Presidente da República. Já o fora entre 2006 e 2010 e agora sê-lo-á a partir do mês que vem até março de 2018.

A 17 de novembro, as duas mulheres passaram à segunda volta com 22 pontos a favor da futura mandatária (47% contra 25%). A 15 de dezembro, a disputa saldou-se numa vantagem de 24 pontos (62% contra 38%). O processo foi de absoluta transparência e a ninguém ocorreu contestar a validade do resultado final.

Mas algo muito grave, como que para obscurecer o triunfo de Bachelet e minimizar a qualidade da democracia chilena, ocorreu em ambas as voltas. Na primeira, 50,3% dos cidadãos não foram às urnas. Na segunda, a abstenção foi de 59%. Fiel aos rituais de qualquer bom concorrente, Bachelet festejou à mesma, apesar das ausências e da democracia degradada, e de

ter vencido apenas no segundo turno, quando fizera tudo para ganhar no primeiro, o que lhe teria assegurado maioria parlamentar.

Nas madrugadas pós-eleitorais, Bachelet assomou à mesma varanda do mesmo hotel de luxo onde montara o seu quartel-general político, e disse aos apoiantes que se sentia «plenamente feliz por ter recebido o mandato para fazer do Chile o país justo que todos desejamos». Na ocasião, enumerou: «Os chilenos votaram por uma educação gratuita e de qualidade, pelo fim do lucro na educação, por uma reforma tributária que nos permita melhorar a saúde pública, a educação e os benefícios sociais, por uma nova Constituição que garanta a presença das minorias no Congresso». Dias antes da segunda volta, um inquérito do direitista Centro de Estudos Políticos (CEP) tinha medido os desejos dos chilenos. Oitenta e cinco por cento querem mudanças profundas na redistribuição da riqueza, 83% pedem a renacionalização do cobre (motor da economia nacional), 74% reclamam ensino superior gratuito e 67% uma reforma tributária que assegure ao Estado a receita necessária para todos esses fins e ainda para restabelecer o sistema público de pensões.

Desafios de governação

Há algo que não foi medido pelo CEP e que provavelmente não é uma prioridade para o comum dos cidadãos, mas que é prioritário na essência política da Presidente eleita e para os países da região que aplaudem o seu regresso: uma política de promoção da integração. Com o governo de direita que agora sai, presidido pelo empresário Sebastián Piñera, o Chile manteve uma presença silenciosa nos organismos regionais mais recentes, como a União das Nações Sul-americanas e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e do Caribe, e continuou como membro observador, mas cada vez mais afastado, do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Durante a administração Piñera, o Chile estreitou relações com os governos direitistas da região (Peru, Colômbia e México) para dar forma à Aliança do Pacífico (AP), uma entidade que integra as economias dos quatro países, «com a premissa de que nos seus territórios não habitam cidadãos mas sim consumidores», segundo afirmou o equatoriano Rafael Correa. Para Bachelet, esta herança que lhe é deixada pela direita não é de fácil resolução. Com o critério mercantilista com que foi criada, a AP é primordial para fazer bons negócios, embora politicamente a distancie dos governos progressistas que deveriam ser os seus aliados naturais.

Bachelet tem o mesmo plano de ação que ofereceu aos chilenos na campanha de 2006 e que em nenhum momento do seu primeiro mandato se propôs cumprir

Na primeira volta, 50,3% dos cidadãos não foram às urnas; na segunda, a abstenção foi de 59%

Na primeira volta, quando foram eleitos os membros do poder legislativo, Bachelet conseguiu uma maioria confortável (67 dos 120 deputados e 21 dos 38 senadores), mas esses números não lhe dão a amplitude necessária para impulsionar a plataforma que propôs ao eleitorado. Se quisesse desenvolver esse programa – a dúvida coloca-se porque se trata do mesmo plano de ação que ofereceu aos chilenos na campanha de 2006 e que em nenhum momento do seu primeiro mandato se propôs cumprir – necessariamente teria de fazer acordos com a direita. Com a vantagem obtida poderia impor a reforma tributária e criar uma administradora estatal dos fundos de pensões. Mas para aprovar uma educação universal e gratuita, que requer uma maioria especial de quatro sétimos dos

membros de ambas as câmaras (69 deputados e 22 senadores), os números não lhe chegam. A vantagem também não é suficiente para proceder a alterações na Constituição, como a modificação do chamado «sistema eleitoral binominal» – que consolida o bipartidarismo e limita o direito das minorias a aceder ao Congresso – para o que necessitaria dos votos de três quintos do Legislativo (72 deputados e 23 senadores). E nem falar em redigir uma nova Constituição, a sua principal promessa eleitoral, porque para tal necessitaria de dois terços das duas câmaras (80 deputados e 25 senadores).

Em geral os mais prestigiados analistas da região duvidam que Bachelet possa levar a cabo o governo progressista que propôs ao eleitorado. E, pior ainda, duvidam do futuro político do Chile. «Se há algo que pode esvaziar de conteúdo um plano democrático, é a combinação entre abstencionismo eleitoral, bipartidarismo e rejeição aos partidos políticos. E isto é precisamente o que ocorre no Chile desde o triunfo de Bachelet numas eleições em que quem verdadeiramente arrasou foi o abstencionismo», escreveu o ex-reitor da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Atilio Borón. «A indiferença dos cidadãos expressa-se no triunfo da antipolítica e esta, por sua vez, explica-se por um facto bem concreto: uma democracia que durante 24 anos se desinteressou sobre o destino dos cidadãos, apenas colhe apatia, desinteresse e, em alguns casos, repúdio de amplos setores», acrescenta Borón.

Nos dias anteriores à eleição foi conhecido o mais recente estudo da Latinobarómetro, uma empresa internacional de inquéritos e sondagens dirigida pela filha de Ricardo Lagos, o terceiro Presidente da pós-ditadura (2000-2006). A pesquisa assinala que, interrogados sobre quais as suas formas preferidas de governo, 34% dos chilenos dividiram-se entre «regime forte» (autoritário) e «é-me indiferente». Nesse terreno se moverá Bachelet. 

Tradução de Teresa Souto



FIB04

FEIRA INTERNACIONAL
DE **BENGUELA**

14 a 18 DE MAIO
Estádio Nacional
de Ombaka

4ª e Domingo
das 15h às 21h

5ª, 6ª e Sábado
das 15h às 23h

Participe na maior feira
Multi-Sectorial de Benguela.

Benguela

A 2ª Maior Plataforma de Desenvolvimento de Angola

Sectores

Agrícola • Agro-Pecuário • Alimentação & Bebidas • Automóvel • Banca & Finanças
Comércio Geral • Construção • Energia & Petróleos • Formação & Cultura • Saúde
Hotelaria & Turismo • Imobiliário • Indústria • Logística & Transportes • Pescas
Telecomunicações & Tecnologias de Informação

- Exposição Multi-Sectorial
- Conferências e Debates
- Animação Cultural

**Maioé**
Benguela
www.maioebenguela.com

Eventos Arena

T (+244) 226 433 360

M (+244) 943 029 497

F (+244) 226 433 361

geral@eventosarena.co.ao

www.eventosarena.co.ao

Organização
Organization



Apoio Institucional
Institutional Support



Empresa Oficial de Segurança
Official Security Company



Hotel Oficial
Official Hotel



Media Partners



Empresa Oficial de Montagem
Official Assembly Company



Economias africanas em alta

O crescimento económico do continente africano no seu conjunto deverá atingir os 4,7% em 2014 e os 5% em 2015, contra 4% em 2013, segundo um relatório da ONU publicado em janeiro e confirmado por todas as instâncias internacionais, que destacam, no entanto, a existência de grandes disparidades entre regiões e países. A África Ocidental regista as melhores perspectivas, com um crescimento previsto de 6,9% contra 6,7% em 2013, seguida pela África Oriental (6,4%).

As outras regiões crescem mais devagar, com a África Central a progredir 4,8% (contra 4,2% em 2013) e a África do Norte a obter 3,3% em vez dos 2,3% registados no ano anterior. Na África Austral a ONU prevê uma melhoria devido ao crescimento das atividades mineiras e dos investimentos estrangeiros e a uma ligeira recuperação da África do Sul que deverá registar um crescimento de 3,3% em 2014 contra 2,7% em 2013. Segundo o relatório da ONU, a África Austral deverá atrair o maior volume de investimento estrangeiro devido às enormes jazidas de carvão e gás descobertas em Moçambique, o aumento da produção angolana de petróleo, da produção de cobre na Zâmbia e da extração de urânio na Namíbia.

Criada em Cabo Verde empresa de consultoria aeronáutica

Foi criada no fim do ano passado a primeira empresa de consultoria e assessoria aeronáutica de Cabo Verde, a ACADL – Assessoria e Consultoria. Os seus fundadores, um inspetor aeronáutico e um engenheiro mecânico, têm em mira como clientes não só a companhia aérea cabo-verdiana TACV, onde ambos trabalharam, mas também operadores de países africanos que tiveram vetados os seus voos para a Europa.

O trabalho da empresa consistirá sobretudo em verificar, fazer o diagnóstico da frota e emitir pareceres, ajudando os operadores a organizar e rentabilizar o serviço de manutenção e engenharia das suas aeronaves. Certificados de manutenção, gestão de stocks e armazéns, controlo de qualidade e de aeronavegabilidade, aquisição e importação, registo e certificação de aeronaves são alguns dos serviços anunciados.

Os dois empreendedores pretendem organizar em Cabo Verde um encontro internacional sobre aviação civil, que deverá levar ao país autoridades aeronáuticas, empresas de transportes aéreos e respetivos proprietários.



Acordo de pescas entre Cabo Verde e UE em fase de renegociação

A União Europeia e Cabo Verde devem negociar este ano um novo acordo de pescas, já que o atual, em vigor desde setembro de 2011, expira em 31 de agosto próximo. Um relatório de avaliação da Comissão Europeia divulgado no fim do ano passado constata a captura de tubarões, que é uma espécie ameaçada, por palangreiros (navios de pesca a linha) da UE em vez do peixe-espada e atum acordados entre as partes.

O relatório considera «mais do que satisfatório» o acordo devido ao nível elevado das capturas no arquipélago. O acordo autoriza a pesca nas águas territoriais de Cabo Verde a 28 atuneiros europeus (16 de Espanha e 12 de França) e 35 palangreiros de superfície (26 de Espanha e nove de Portugal). O interesse da UE é renovar o acordo por mais seis anos.

Segundo o documento, citado pela Panapress, o valor acrescentado criado por este acordo é de 3,4 milhões de euros (4,6 milhões de dólares), dos quais 71% cabem à UE, 17% a Cabo Verde e 13% aos outros países da África Ocidental envolvidos, essencialmente devido a desembarques, transportes e abastecimentos nos portos de Dakar (Senegal) e de Abidjan (Costa do Marfim).

Angola reorganiza setor mineiro e diamantífero

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 aprovado pelo Governo angolano inclui entre as suas prioridades uma ambiciosa reorganização do setor de Geologia e Minas como suporte para o desenvolvimento de novos projetos de mineração, e o controlo e fiscalização eficiente das atividades geológicas e mineiras.



Constam também do Plano a inserção da atividade diamantífera nas diferentes fases da fileira do diamante (prospecção, extração, lapidação e joalheria), o desenvolvimento de parcerias estratégicas com grupos mundiais de reconhecida idoneidade nas áreas da lapidação, tendo em vista o desenvolvimento destas atividades no território nacional e a execução de programas básicos, visando a cartografia temática de cunho geológico, geotécnico e metalúrgico.

O documento prevê igualmente a reabilitação e apetrechamento dos laboratórios do Instituto Geológico de Angola, a criação da Escola de Especialização Mineira, a atualização do cadastro e o saneamento das concessões mineiras.

FMI-África em Maputo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou em janeiro a realização para maio, em Maputo, de uma Conferência Internacional sobre o Desenvolvimento da África Subsariana, com a participação de representantes de cinco dezenas de países e das instituições internacionais.

Foram convidados por Christine Lagarde, presidente do FMI, e Roger Nord, presidente adjunto do departamento África, todos os ministros das finanças e os governadores dos bancos centrais bem como as instituições regionais e sub-regionais e das organizações representativas dos agentes económicos.

A Conferência será essencialmente dedicada à questão do financiamento das infraestruturas para fazer frente às enormes carências do continente em matéria de transportes e energia, e a maneira de assegurar que os rendimentos das indústrias extrativas sirvam mais a satisfação das necessidades básicas das populações africanas.

Estes serão também os temas dominantes da cimeira EUA-África, que se realizará no mês de agosto em Washington e para a qual a Casa Branca convidou todos os Chefes de Estado africanos, com exceção dos da Guiné-Bissau, Egito, Madagascar, Sudão e Zimbábue.



Christine Lagarde, presidente do FMI

PETRÓLEO A Sonangol anunciou que vai licitar novas concessões dos blocos localizados na zona terrestre da Bacia do Congo (Con 1, Com 5 e Con 6) e da zona terrestre da Bacia do Kwanza (Kon 3, Kon 5, Kon 6, Kon 7, Kon 8, Kon 9 e Kon17). As licitações vão acontecer ao longo deste ano.

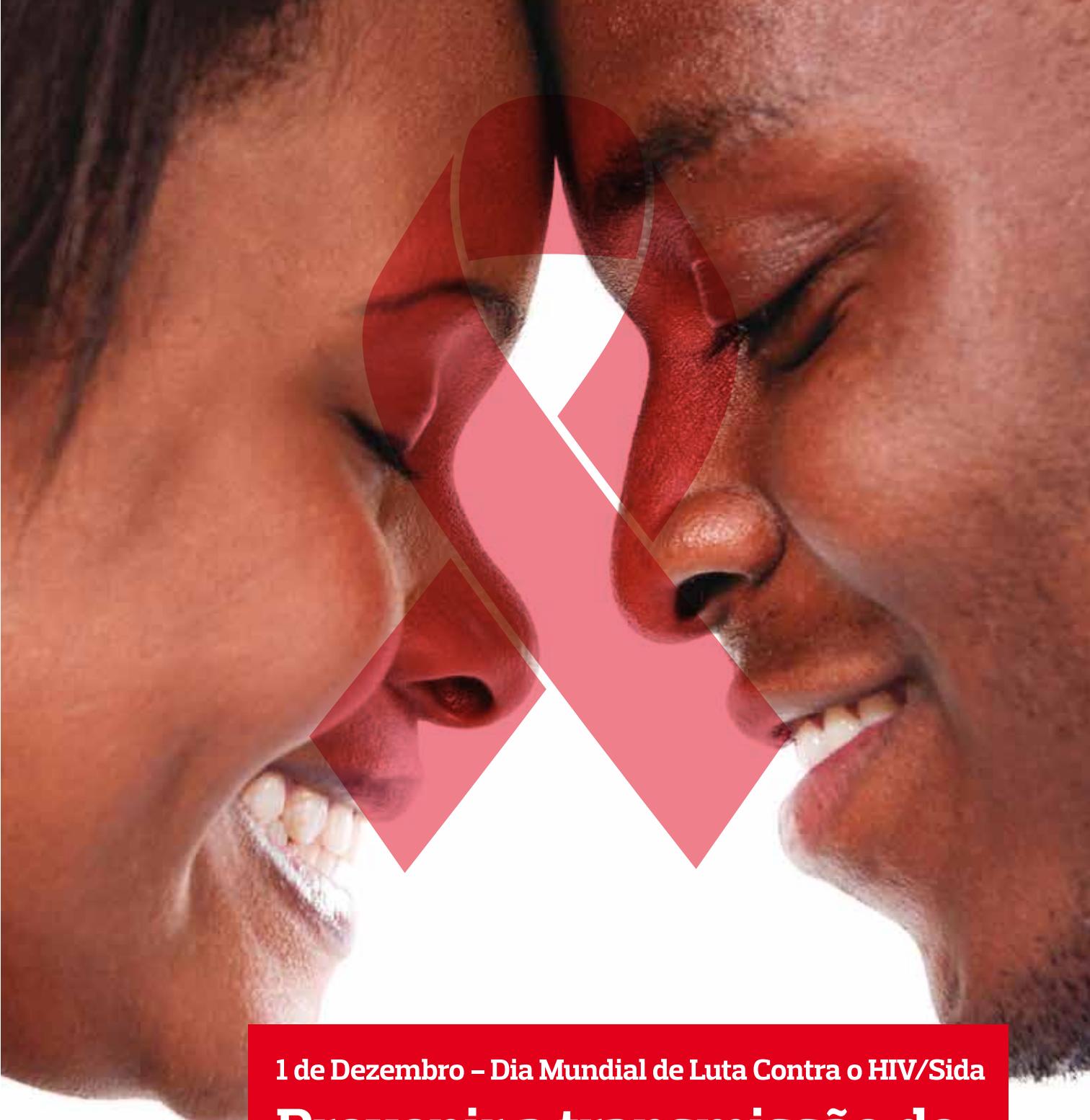
BANCA O banco britânico Standard Chartered vai abrir em Angola uma subsidiária, em conjunto com a seguradora ENSA, com um enfoque especial nas oportunidades de negócios com a China, por se estimar que Angola seja o principal parceiro do país asiático em África. O Banco Standard Chartered Angola terá uma participação de 60% do banco inglês e 40% da ENSA.

CAFÉ A Angonabeiro vai começar este ano a comercialização internacional da marca Ginga, estando em curso negociações com empresas da África do Sul, Namíbia e Moçambique para a entrada do café nestes mercados. A venda nestes três países funcionará como teste à expansão da marca para a Europa.

CONSTRUÇÃO A portuguesa Soares da Costa ganhou um contrato de 22,4 milhões de dólares para a construção de oito travessias ferroviárias e reforço de quatro pontes no corredor ferroviário de Nacala, norte de Moçambique. Este mercado constitui o quarto mais importante da empresa depois de Angola, Portugal e Estados Unidos.

COMPUTAÇÃO A IBM vai investir 1200 milhões de dólares na construção de 15 centros de dados, de modo a aumentar a sua oferta em *cloud computing*, um mercado que a empresa estima poder valer 200 mil milhões de dólares em 2020. Os centros serão construídos este ano em Washington, Cidade do México, Londres, Japão, Índia e Canadá. Em 2015 será a vez de África e Médio Oriente.

MINERAÇÃO A Mota-Engil anunciou a sua entrada num novo mercado, o Zimbábue. O grupo português assinou um contrato de *mining* no valor de 260 milhões de dólares, e com a duração de cinco anos, para a realização de trabalhos de perfuração, detonação, carga e transporte de minério da empresa Hwange Colliery.



1 de Dezembro - Dia Mundial de Luta Contra o HIV/Sida

**Prevenir a transmissão do
HIV Sida é proteger a vida.**

ODEBRECHT

Infraestrutura

www.odebrecht.com

■ ELITE RECRUTA EM LISBOA PARA ANGOLA E MOÇAMBIQUE

A Elite International Careers, empresa de recrutamento internacional e gestão de talento, vai organizar em março na cidade de Lisboa o 1.º Fórum de Recrutamento para Moçambique (dias 22 e 23) e o 6.º Fórum de Recrutamento para Angola (21 a 23).

Estes fóruns consistem numa forma eficaz de as empresas poderem identificar e recrutar os melhores candidatos naturais dos respetivos países onde operam, que estão disponíveis no mercado global. A participação obriga a uma inscrição prévia que terá de ser aprovada. Para se inscreverem, os interessa-



dos têm de responder aos seguintes requisitos: ter curso superior completo ou a terminar em junho de 2014 (licenciatura ou mestrado); ser um profissional com experiência (ter cursos técnico-profissionais ou com trajetória profissional claramente indicada). Os candidatos ao 6.º Fórum para Angola têm de fazer prova da sua nacionalidade angolana. Os candidatos ao 1.º Fórum para Moçambique podem ter nacionalidade moçambicana ou serem naturais de Moçambique, estando a tratar do processo de nacionalidade.

■ BPC ORGANIZA 4.ª EDIÇÃO DE CONSTRUÇÕES NA AREIA

A quarta edição do concurso infantil «Construções na areia» arrancou no mês passado em Luanda. O concurso, extensivo a todas as províncias de Angola, é organizado pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) e podem



participar crianças com menos de 15 anos. Na prova inaugural, saiu vencedor Inocêncio Chicoca, menino órfão que vive no lar de acolhimento Kuzola. Inocêncio esculpiu uma Palanca Negra Gigante e qualifica-se para a próxima etapa da prova. Na terceira edição do concurso foi vencedor Joaquim Kumena Tenda, de 13 anos, natural da província do Namibe, com a escultura de um golfinho e uma seareia enquanto o segundo lugar foi ocupado por César Jessi, do Cunene. Como prémio, o vencedor do concurso teve direito a um computador portátil e uma viagem para o Brasil ou Portugal (com direito a um acompanhante). Os outros participantes na final receberam uma bicicleta e uma conta BPC Crescer.

■ SEMINÁRIO SISTEMA LABORAL E SEGURANÇA SOCIAL ORGANIZADO PELO IIR ANGOLA

Após o sucesso das edições anteriores em Portugal, Moçambique e Angola, o iir Angola vai realizar em Luanda, a 27 e 28 de março, a 11.ª Edição do Seminário Sistema Laboral e Segurança Social. O evento é referência no mercado e mais de 270 profissionais já expe-



rimentaram o êxito desta formação. Serão abordadas questões relevantes como obrigações dos empregadores, contratação de trabalhadores nacionais e estrangeiros, remuneração e descontos, cessação do contrato de trabalho, procedimentos disciplinares, sistema de segurança social entre outros. Os conteúdos do Seminário foram especialmente elaborados para diretores de Recursos Humanos, Financeiros, Jurídicos, assessores jurídicos, diretores-gerais e todos os profissionais que queiram reciclar ou aumentar conhecimentos.

■ 3.ª TEKTÓNICA MOÇAMBIQUE

Realiza-se de 26 de fevereiro a 1 de março a TEKTÓNICA Moçambique 2014, feira profissional para os setores da construção e deco-



ração, que constitui uma oportunidade para as empresas moçambicanas e internacionais contactarem entre si e com os profissionais visitantes, potenciando negócios de sucesso. A TEKTÓNICA realiza-se em simultâneo com a INTERCASA Moçambique e irá decorrer no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo. Irão participar no certame empresas e profissionais dos setores da construção civil, obras públicas, imobiliário, energia, ambiente, arquitetura, engenharia civil, mobiliário e decoração. O evento resulta da parceria da Fundação AIP, através da AIP-Feiras, Congressos e Eventos, com as seguintes entidades: IPEX, CTA, CCMP, FME, AICEP, CPCI, Gazedá, CIMLOP, Ordem dos Engenheiros (Portugal), CIALP, Grupo Soico e Tropigalia.

■ MAIS VINHOS SUL-AFRICANOS CHEGAM A ANGOLA

As exportações de vinhos sul-africanos para Angola atingiram já 5 milhões de litros, um aumento de 5,2% em relação a 2011. Angola tornou-se o maior consumidor de vinhos sul-africanos no continente, seguido pela Nigéria e Tanzânia. «Temos expectativas muito elevadas para este ano. O objetivo é aumentar a visibilidade das marcas e colocar à prova a qualidade e variedade dos vinhos da África do Sul», referiu Matome Mbatha, responsável pela organização Wines of South Africa (WOSA). Uma das estratégias da WOSA é a realização anual de um evento de provas de vinhos, como a que juntou a 23 de janeiro em Luanda, mais de 400 pessoas, entre empresários, consumidores, produtores e comerciantes. A África do Sul produz anualmente cerca de 1200 milhões de garrafas de vinho, sendo o oitavo maior produtor do mundo.



Diáspora debate relações Portugal-Angola

A falta de quadros qualificados em vários setores continua a ser um dos constrangimentos no esforço de desenvolvimento de Angola. Esta carência em recursos humanos tem levado o país a investir consideravelmente no sistema de ensino e na qualificação profissional dos angolanos.

JOÃO CARLOS



«**H**Á UM MOVIMENTO de formação muito intenso em Angola, a todos os níveis», disse à ÁFRICA21 o professor universitário Luís Todo Bom, que leciona no país ao abrigo de vários projetos de cooperação. O docente português considera que Angola só vai conseguir acelerar a disponibilidade de quadros necessários ao seu desenvolvimento através da formação de executivos e melhoria da qualidade dos que já se encontram a trabalhar nas empresas e nas organizações.

Todo Bom foi um dos participantes no Congresso «Angola séc. XXI – Desenvolvimento, Cidadania e Cultura», que se realizou na Universidade Lusófona, a 9 de janeiro, por iniciativa da Associação Casa da Cultura Angolana –

Welwitschia (CCA-W), presidida por Eduarda Ferronha. «Para um país como Angola, a aposta na educação e na formação é um fator crucial para a implementação de uma estratégia de qualificação e desenvolvimento», disse o professor durante o painel em que se debatem a economia e o sistema financeiro angolano, cujo principal orador foi Luís Mira Amaral, presidente do Conselho Executivo do Banco BIC, congénere da instituição bancária angolana com forte expansão em Portugal.

Com um ativo de 5 mil milhões de euros (6,8 mil milhões de dólares), o BIC Portugal fechou o ano com resultados que rondam os 2 mil milhões de euros (2,7 mil milhões de dólares). Mira Amaral apresentou Angola como um país em fase de

crescimento, que continua a ser estratégico para Portugal. Entre as suas responsabilidades, o Banco BIC apoia oportunidades de investimento no país, onde atualmente operam centenas de empresas e vivem cerca de 200 mil portugueses.

Dos painéis que preencheram o dia, é de sublinhar o interesse despertado pelo debate sobre a justiça como serviço público, moderado por Onofre dos Santos, juiz conselheiro do Tribunal de Angola, e que contou com a intervenção de Rui Rangel, juiz desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa. «Só faz sentido falarmos de justiça se ela servir o cidadão», aludiu este luso-angolano, quando explicava sobre o ordenamento jurídico que em Angola segue o seu caminho no âmbito das reformas em curso.

Rangel recordou os recentes episódios alimentados pela imprensa, a propósito dos processos que estavam em fase de investigação pela justiça portuguesa envolvendo altas figuras da vida política e económica de Angola. Ao criticar a fuga de informação que põe em causa o segredo de justiça em Portugal, Rui Rangel lamentou que as relações entre Portugal e Angola ainda vivam na base de «muitas feridas por sarar» e referiu que as autoridades portuguesas foram «indiscutivelmente» as únicas responsáveis pela tensão que paira sobre as relações entre os dois países. «O que estas relações não precisam é, de facto, destes incidentes», advertiu o juiz, defensor quer em Angola quer em Portugal do modelo de separação do poder político e judicial.

Interessantes foram também os outros painéis, nos quais além de se evocar a Constituição, alargaram o âmbito da

Angola teria muito a ganhar se um dia pudesse recuperar todos os angolanos espalhados pelo mundo, disse Onofre dos Santos

conferência a propósito da leitura antropológica sobre a angolanidade, a participação da diáspora angolana no desenvolvimento de Portugal, mas também o papel da comunicação social na construção da democracia.

Diáspora angolana: um potencial

No dia anterior, Onofre dos Santos, também membro da CCA-W, recordou a dimensão da angolanidade afirmando que Angola tem um enorme potencial humano disperso. «Angola teria muito a ganhar se um dia pudesse recuperar to-

dos os angolanos espalhados pelo mundo», referiu na abertura das comemorações do Dia da Cultura Angolana, a 8 de janeiro, que contou com a presença da ministra da Justiça de Portugal, também ela natural de Angola. Paula Teixeira da Cruz exaltou a importância do aprofundamento das relações Portugal-Angola, orgulhando-se do esforço que as autoridades dos dois países estão a fazer em conjunto para encetar reformas com esse objetivo.

A cooperação «tem decorrido de forma muito intensa», adiantou, apelando a que se olhe para o futuro, fazendo e não falando apenas. «É preciso realçar aquilo que de positivo há e que em conjunto se consegue fazer», concluiu a ministra pouco antes de um momento cultural que marcou o primeiro de dois dias das comemorações abertas com uma exposição de artes plásticas de artistas angolanos. 

ESPUMA POLIURETANO
COLA BRANCA MADEIRA
COLA DE MOLDURAS
COLA E VEDA
COLA PVC
PREGO LÍQUIDO
SILICONE



A MARCA SEM
MAKA

flux

Apoio ao cliente 949 917 440



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA



CIANG

CENSO DA INDÚSTRIA DE ANGOLA

CONHECER
HOJE,
FAZER
AMANHÃ!



RECENSEAMENTO
INDUSTRIAL

www.mind.gov.ao

GOVERNO DE
ANGOLA

A Lagoa Misteriosa para o público infantil



Maria Celestina Fernandes lançou em Luanda, no Centro Cultural Português, o seu novo livro dirigido ao público infantil. *A Lagoa Misteriosa*, que venceu o Prémio Caxinde do Conto Infantil 2012, é editado pela Plural Editores e patrocinado pela Fundação ESCOM.

A escritora angolana, nascida no Lubango, é licenciada em direito, membro da União de Escritores Angolanos e da Associação Chá de Caxinde, e trabalhou no Banco Nacional de Angola, tendo-se reformado como subdiretora da Direção Jurídica.

A sua produção para o público infanto-juvenil começou com *A Borboleta Cor de Ouro*, publicada em 1990, a que se seguiram já mais 12 obras infantis, um livro de poesia para crianças (*A Estrela Que Sorri*) e outros títulos de poesia e ficção. Antes disso, os seus escritos tinham já sido publicados no *Jornal de Angola* e no *Boletim da Organização da Mulher Angolana* (OMA).

Com a estreia na literatura, veio também o reconhecimento público. Vencedora do Prémio do Livro Infantil, em 2010, obteve também uma menção da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil do Brasil, em 2009, ano em que recebeu igualmente o diploma de Mérito do Ministério da Cultura de Angola.

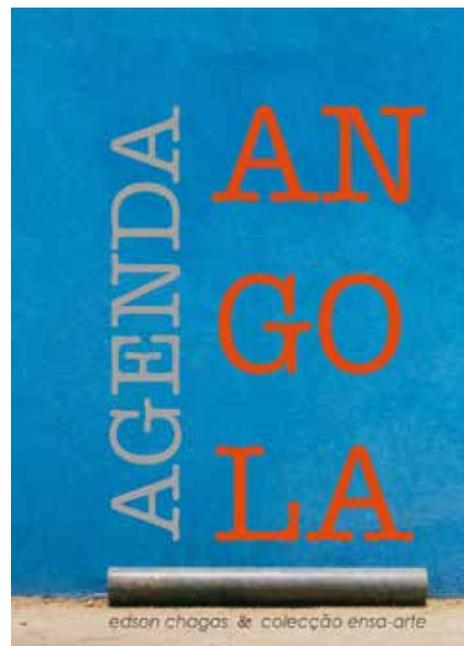
O lançamento do livro, a 28 de janeiro, foi seguido por uma sessão de homenagem para assinalar os 25 anos da Associação Cultural e Recreativa Chá de Caxinde.

Arte angolana em Itália

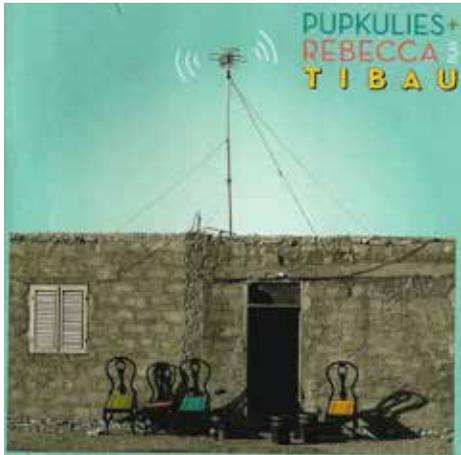
Chama-se «Agenda Angola» e está em exibição até 23 de fevereiro no Museu Pigorini de Roma, em Itália. Nesta exposição, apresentam-se os trabalhos de Edson Chagas, e obras de pintura e escultura de cerca de outros 20 artistas angolanos de várias gerações, que, ao longo dos últimos 22 anos, receberam o Prémio ENSA-Arte.

Entre eles, nomes como Massongi Afonso “Afó”, Costa Andrade “Ndunduma”, Zan Andrade, Hildebrando De Melo, António Gongá, Jorge Gumbe, Paulo Jazz, Marco Kabenda, Sozinho Lopes, Sónia Lukene, João Mabuaka “Mayembe”, Guilherme Mampwya, António Ole, Vítor Teixeira “Viteix”, Fineza Teta “Fist”, António Toko, Francisco Van-Dúnem “Van”, Telmo Váz Pereira, Amândio Vemba, Landa Yeto. Edson Chagas, nascido em Angola em 1977, foi o artista que esteve em destaque no pavilhão de Angola na última Bienal de Veneza, cuja representação ganhou um Leão de Ouro.

O nome da mostra resulta, segundo escreve no catálogo Guido Schlinkert, curador da exposição, da vontade de Angola em querer fazer a sua própria agenda e de se afirmar no mundo. Florêncio Almeida, embaixador angolano em Itália, «Agenda Angola» resulta do programa do Governo para a divulgação internacional da arte e cultura angolana, que passa por promover a participação ativa de Angola nos centros de decisão nas altas esferas mundiais.



Tibau grava CD com grupo alemão



Tibau, compositor cabo-verdiano da ilha do Maio, vem fornecendo temas para vários artistas nos últimos anos, como Lura, Gabriela Mendes, Isa Pereira, Zizi Vaz e Teté Alinho. Agora, teve o seu primeiro álbum como intérprete editado na Alemanha, com temas próprios e a acompanhar-se ao violão e cavaquinho.

O disco foi gravado com a banda Pupkulies, e o artista divide as participações vocais com Rebecca, a vocalista. Daí o título do álbum: *Pupkulies+Rebecca play Tibau*. A razão dessa parceria é que um dos fundadores deste grupo, filho de cooperantes que viveram na ilha do Maio após a independência de Cabo Verde, tinha sido amigo de infância de Tibau. Ambos se reencontram, mais de 30 anos depois, com afinidades musicais. Para as gravações, feitas na própria localidade onde reside o artista, Porto Inglês, foram deslocados equipamentos e equipa técnica da Alemanha.

Para Tibau, esta oportunidade veio a calhar, refere, pois «até agora não tinha encontrado nenhum produtor que me encarasse como intérprete, acabo sendo procurado unicamente como compositor de temas para outros gravarem».

O percurso artístico de Tibau começa na década de 1990, com pequenos concertos no Centro Cultural Francês, na Praia. Ligado ainda a atividades francófonas, em 2002 grava um tema seu num disco com outros artistas, *Cap vers les autres*. No final dos anos 1990, Tibau colaborou com a coreógrafa portuguesa Clara Andermat, num dos seus espetáculos de temática ligada a Cabo Verde.

Jimmy P estreia-se em alta

Com 14 temas, *#1 (Cardinal 1)* é o disco de estreia, a solo, do rapper Jimmy P, que inclui o single «O que vai ser», já a rodar nas rádios. As apresentações do disco começaram em meados de janeiro e as vendas ultrapassam as 600 cópias em pouco menos de um mês.

O álbum conta com as participações de Valete, Dengaz e Bezegol e foi editado com o apoio da Mega Hits a 9 de dezembro. Com este trabalho «muito pessoal e intimista», o músico luso-angolano «pretende dar-se a conhecer ao público, partilhar vivências e experiências de forma sincera e genuína para que os ouvintes se possam rever neste trabalho», segundo a promotora MediaSounds.

Jimmy P assume-se como cantor e compositor, com sonoridades que fundem o hip-hop, o reggae, o R&B e o rock, entre outros, mas é precisamente a fundir estes estilos sem nenhuma regra ou padrão de coerência aparente que se sente mais à vontade.

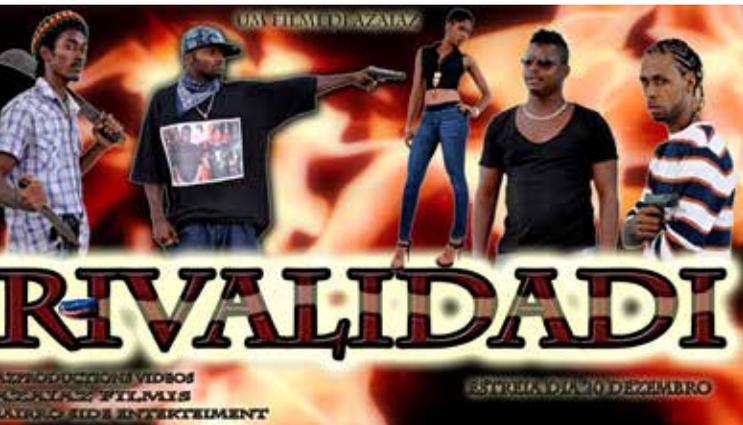
No seu percurso discográfico contabilizam-se participações em projetos de renome como a coletânea *Rascunhos* (produzida por Conductor dos Buraka Som Sistema) e o tema «Melhores Anos»



com Valete. Também colaborou com Chullage, Bezegol ou Expensive Soul, que confirmam o seu estatuto de artista independente aclamado e ouvido no panorama da música cantada em português, ao mesmo tempo que tem a marca de ser um dos artistas mais solicitados para atuações ao vivo.

O disco surge após a participação de Jimmy em eventos como o Festival Surf at Night ou Positive Vibes, e após ter esgotado duas das principais salas de espetáculos portuguesas, o Coliseu dos Recreios e o Hard Club. Não estão ainda previstos concertos para Angola, mas ÁFRICA21 sabe que têm surgido vários contactos nesse sentido.

Filme mostra violência juvenil em Cabo Verde



Rivalidadadi é o título de um filme de ficção que conta histórias do mundo juvenil da cidade da Praia, com situações de delinquência, a exposição à sida e às drogas, e as guerras entre gangues que nos últimos anos vêm causando mortos e feridos e

assustando a capital cabo-verdiana. O realizador, Azaiaz, também conhecido como cantor e produtor musical – já passou pelo hip-hop e pelo zouk –, assumiu praticamente tudo, desde o roteiro à edição (é profissional da área do vídeo e tem a sua própria produtora, onde costuma fazer videoclipes).

Nesta sua estreia no cinema, Azaiaz contou com a colaboração voluntária de amigos e vizinhos, como atores, e filmou quase todas as cenas nas ruas do seu bairro – o Bairro Craveiro Lopes, na Praia, um dos pontos «quentes» dos conflitos e rivalidades que mostra no filme. Usou casas particulares para as cenas de interior, conseguindo uma produção de baixo custo, mas valendo-se de recursos tecnológicos como 3D e outros efeitos especiais.

O filme estreou em dezembro, mas o realizador considera que está a ser boicotado pela comunicação social, pois a divulgação foi mínima, refere, possivelmente devido ao teor crítico do seu trabalho. Agora, Azaiaz pretende mostrá-lo noutras espaços, em Cabo Verde e no estrangeiro. E já se prepara para uma próxima produção: «Desta vez, uma comédia a falar dos políticos», promete.

Kachupada cantada em Portugal

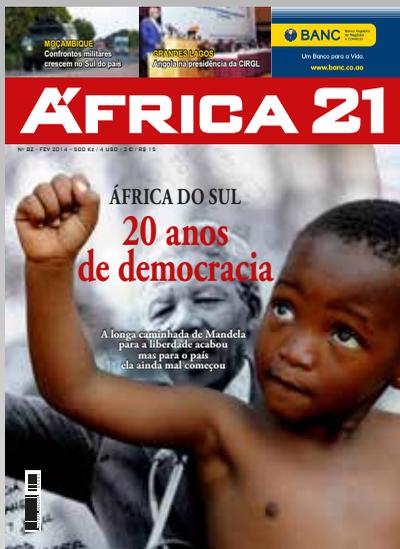
Carmen Souza começa o ano de 2014 com uma excelente exibição em palcos portugueses. A cantora de origem cabo-verdiana, nascida em Lisboa, voltou aos palcos com concertos em Lisboa e Viseu para apresentar o seu mais recente álbum *Kachupada*, após um ano de 2013 repleto de sucessos, com *tours* que passaram por alguns dos mais conceituados festivais mundiais, pela Europa, Estados Unidos, África, Japão ou Coreia.

Tanto na Culturgest como no Teatro Viriato, a voz e os cantos desta artista arrancaram os aplausos de muitos dos admiradores que ela tem em Portugal. «Aos poucos e de forma determinante, Carmen Souza tem-se afirmado globalmente como um dos mais vibrantes símbolos da lusofonia», refere a agência promotora Uguru.

A cantora transporta consigo referências nascidas de fusões rítmicas da música afro-cubana e do jazz, bem como da morna,



e pelas encruzilhadas da diáspora vai construindo um programa artístico que, segundo a agência, se afigura único no panorama internacional. «*Kachupada* marca o seu regresso numa luminosa, orgulhosa, irredutível e indissolúvel demonstração de como a radicalidade da sua proposta jamais tolda uma íntima beleza e uma exuberante comunicabilidade. E, fundamentalmente, de como se renova e reinventa a cada ensaio e cada espetáculo», sublinha a Uguru.



Seja assinante

A Nova Movimento – empresa angolana proprietária da ÁFRICA21 – montou um sistema de recolha de assinaturas regionalizado, a fim de poder atender melhor, com mais rapidez e de maneira mais vantajosa, os diferentes assinantes da revista.

Assim, as assinaturas serão recolhidas, conforme os casos, em três centros: Luanda, Lisboa e Rio de Janeiro. Com exceção dos assinantes angolanos, todos os demais receberão o seu exemplar a partir de Lisboa – onde a ÁFRICA21 é impressa – pelo correio.

Como os custos de envio também são variáveis, conforme as regiões, o preço das assinaturas é igualmente regionalizado.

Eis, a seguir, um quadro explicativo, com a tabela de preços das assinaturas e com os detalhes acerca dos centros onde os pagamentos deverão ser feitos, conforme os endereços dos assinantes.

TABELA DE ASSINATURAS							
REGIÃO	SEMESTRAL	ANUAL	BANCO	SWIFT	CONTA	IBAN / AGÊNCIA	AGENTE
Angola	KZ 6.000	KZ 10.000	Keve	BRDKAOLU	809026	AO 0600470000080902615124	Movimento
Brasil	R\$ 120	R\$ 200	ITAÚ		69854-5	Agencia 0532	BELISAN
Portugal	€ 20	€ 35					
União Europeia	€ 30	€ 55	Millennium BCP	BCOMPTPL	45371872997	PT 50003300004537187299705	Triangulação
Resto do mundo	USD 60	USD 100					

Para começar a receber as revistas, basta enviar a ficha de assinatura, juntamente com o cheque ou o comprovativo do pagamento bancário, para os endereços abaixo indicados. Se preferir, pode escanear a ficha e o comprovativo do pagamento e enviá-los para os endereços eletrónicos indicados para cada local.

Assinantes de Angola

Movimento, Lda
Rua Frederico Welwitschia, n.º 82
Bairro do Maculusso
Luanda
Angola
fernandaosorio@africa-21.com
Tlm: 912 442 453

Assinantes do Brasil

BELISAN EDITORA,
Comercio e Representação Ltda - Me
Estrada Rodrigues Caldas nº 291
CEP: 22713-372- Taquara – RJ
Rio de Janeiro – Brasil
jbelisario.movimento@gmail.com

Assinantes de Portugal, União Europeia e resto do mundo

Triangulação, Lda
Apartado 19059
1990-999 Lisboa
Portugal
marina.melo@sapo.pt
marinamelo@africa-21.com

Desejo assinar a revista ÁFRICA21 por 6 meses

Desejo assinar a revista ÁFRICA21 por um ano

Nome: _____

Morada: _____

E-mail: _____

Número de assinaturas: _____ Início da(s) assinatura(s) (mês) _____

Vou efetuar o pagamento através de:

Cheque n.º _____ do Banco _____ em nome de
 Movimento, Lda _____ BELISAN, Lda _____ Triangulação, Lda _____

Transferência Bancária para
 Movimento, Lda _____ BELISAN, Lda _____ Triangulação, Lda _____

No valor de _____ (por extenso: _____)

Assinatura _____ Data ____/____/____

O Rapto - Com os Kwachas até à Jamba, de Dora Fonte

Uma narrativa exemplar do papel da mentira no projeto savimbista

Após quase trinta anos do seu sequestro pela UNITA, em Sumbe, a professora portuguesa Dora Fonte conta a sua odisséia e dos companheiros, portugueses e um grupo de búlgaros, que durou vários meses, até à Jamba, e finalmente a libertação, num livro exemplar de contenção e de estilo narrativo

RODRIGUES VAZ

UTILIZANDO UM TOM TÃO OBJETIVO como credível, tão coloquial como correto em dados e informações várias, a autora não se exime de ir fazendo comentários a propósito, onde não se nota raiva mas que, por isso mesmo, acabam por ser tremendamente demolidores do projeto de Savimbi e da cegueira estranha dos seus apaniguados, que só na fase final saltaram da carruagem.

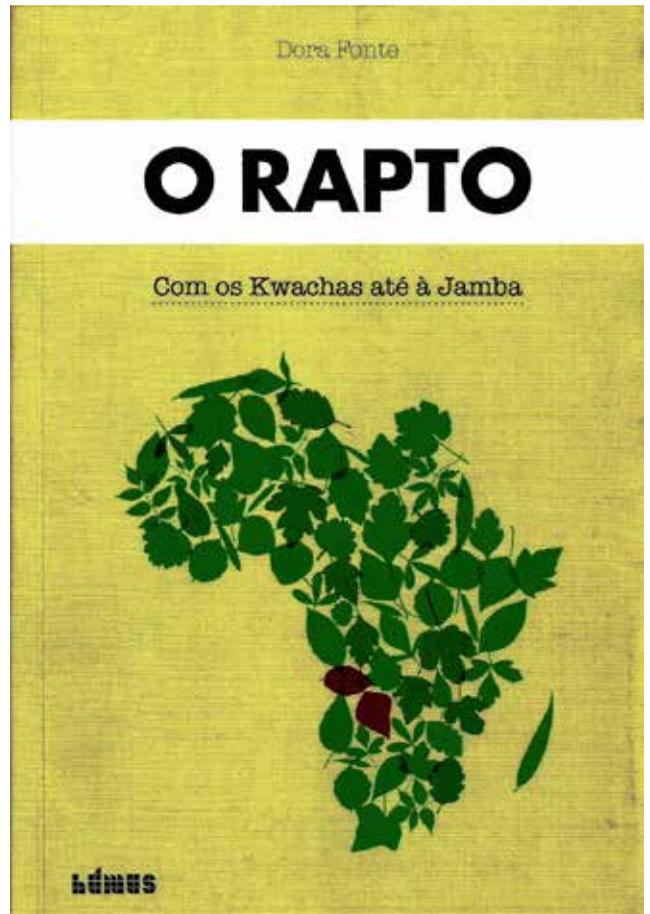
Raptados para servirem de meras peças de xadrez pela UNITA, os elementos deste grupo de sequestrados foram submetidos a vilanias inimagináveis, com o maior despudor e cinismo, enquanto jornalistas portugueses como José Manuel Barata Feyo, que «também andara pelas ‘Terras Libertadas’ a ver o que lá não estava», fazia reportagens na *Grande Reportagem* realçando a humanidade com que eles eram tratados, e José Eduardo Moniz entrevistava Savimbi, que lhe dizia seraficamente que os mesmos não tinham sido raptados, que seguiam a UNITA por livre vontade, eles é que pediam para se retirarem de Angola, e não lhe colocou alguma questão.

Professora por convicção e sentido de missão, cedo dá conta de uma realidade muito positiva em Angola, naqueles primeiros anos da independência: «enquanto no nosso país era preciso motivar as pessoas a aprender, lá, elas é que nos motivavam a ensinar».

Embora a ação de rapto tivesse ocorrido no dia 27 de março de 1984, o Estado português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, só passado mês e meio mandou um agente da PSP tocar à porta dos pais dos portugueses

raptados, com um aviso informando que os filhos tinham sido raptados em Angola e que não se sabia deles. Por sua vez, «a Secretaria de Estado da Cooperação demorou três meses a telefonar às famílias, não para as tranquilizar, mas... para inquirir dos seus paradeiros!»

Usando e abusando da propaganda como estratégia recorrente e da mentira como método, os carcereiros do grupo não conseguiram convencer os integrantes das suas razões, por mais convicção que demonstrem. Fazer a continência



sempre que se pronunciava o nome de Savimbi, e outras idiossincrasias próprias de regimes inclassificáveis, faziam realmente adivinhar as anormalidades e as fraquezas de um sistema concentracionário muito parecido com o de Pol Pot, do Kampuchea, pelo que ainda agora não se compreende muito bem como foi possível que um dos admiradores confessos do líder da UNITA tenha sido Mário Soares, que o chegou a receber no Palácio de Belém, ilegalmente, a nível diplomático, porque o Estado português já tinha reconhecido a República Popular de Angola.

Sempre que paravam nas bases tinham de ouvir discursos que versavam três temáticas, segundo a autora: «apresentar-nos como ‘cooperantes do MPLA’, denegrindo-nos, dizendo que vivíamos em casas boas e os angolanos em cubatas, que comíamos do bom e do melhor e os angolanos passavam fome, que estávamos na terra deles para os espoliar; que nos fazíamos transportar em automóveis de luxo e os angolanos andavam a pé ou de candongueiro; que comprávamos a saúde com o dinheiro deles e que eles até de paludismo morriam.» O que naquela altura era uma

No convívio com os carcereiros, dão conta que as crianças que fazem o trabalho de adultos tinham sido raptadas tal como a maior parte das mulheres que ali prestavam serviço

rotunda mentira, pois mesmo em Sumbe havia muito angolano a viver em casas urbanas e com acesso a tudo, a maior parte dos cooperantes que ali iam presos não possuía carro, e os alunos que iriam ser especialistas em petróleo eram todos angolanos.

Um episódio que marcará profundamente o grupo, para além de acusações vulgares de bruxaria, que dava origem a queima na fogueira, será um castigo cruel que viram aplicar a uma jovem, pela simples razão de que tinha ido para

o mato namorar com um «maninho». Namorar era proibido sem pedir autorização. Todos denunciavam tudo, porque lhes tinham feito crer que Savimbi via tudo e sabia tudo, pelo que, para estarem nas boas graças do chefe, era preciso denunciar.

Depoimento único e feminino

À medida que vão convivendo com os carcereiros, vão dando conta de muitas outras coisas: que as crianças que andam por ali a fazer serviços de adultos tinham sido raptadas, como raptadas foram a maior parte das mulheres que ali prestavam serviço. Por isso, quando antes de chegarem à Jamba ficaram boquiabertos a observar todo aquele esplendor da natureza, vendo elefantes, búfalos, hienas e mabecos, sentiram que quem estava no Jardim Zoológico eram eles, pois os animais selvagens gozavam da mais completa liberdade. «Agora estavam eles ali livres a olhar para uma jaula rolante. Dentro dela íamos nós, prisioneiros dos maninhos, os maninhos prisioneiros uns dos outros. Presos todos nós!»

Outro choque sofrido pelo grupo foi quando viram a entrega, nitidamente contra a vontade, das colheitas dos camponeses, que já pouco tinham, mas a propaganda nunca era abandonada: que era o povo a contribuir para o esforço da guerra. «Eles ficam felizes por poderem alimentar os militares que os vão libertar dos comunistas, dos russos, dos cubanos, do MPLA e de todos os estrangeiros que só querem as nossas riquezas.»

Enfim, trata-se de um depoimento único de uma estrangeira com um olhar obviamente feminino sobre um período crucial da recente História de Angola, marcado por muitos conflitos originados essencialmente pela intervenção estrangeira, e cujo papel do chamado Ocidente temos cada vez mais de questionar. Na verdade, por mais que digam que, atualmente, o Jaime Nogueira Pinto está muito próximo de Luanda, cada vez mais custa engolir uma afirmação dele no prefácio dos seus «Jogos Africanos», reportando-se ao período em que andou a fomentar de várias maneiras a cruzada savimbista: «Estes fo-



DORA FONTE

Dora Martins da Fonte nasceu no Porto, em 1953. Viveu a infância, adolescência e juventude entre o Minho e o Douro litoral. Frequentou o Colégio Alemão na primária, começou os estudos secundários no liceu Carolina Michaelis mas terminou-os no Garcia de Orta. Formou-se em Filologia Germânica na Universidade do Porto, na década de 70.

Em 1983, através de um contrato de cooperação entre Portugal e Angola, foi para o Sumbe (antigo Novo Redondo) trabalhar como professora no Instituto Nacional de Petróleos. Essa cooperação é a razão deste livro.

Foi professora por opção e paixão, até perceber que o seu objetivo não coincidia com o de quem mandava.

Nos anos noventa, regressou a Angola, que lhe ficou no coração, sendo autora de um manual de Língua Portuguesa que elaborou com colegas angolanos – *Outros Horizontes* – adotado pelo Ministério da Educação de então.

ram os melhores anos da nossa vida».», referindo-se também à esposa, entretanto falecida, fervorosíssima católica. Descaramento, mas tanto não! Como é que se pode falar em felicidade, a contribuir de vários modos para as centenas de milhares de mortes que a recente guerra provocou em Angola? 

O Rapto - Com os Kwachas até à Jamba

Dora Fonte
Edições Húmus, 2013

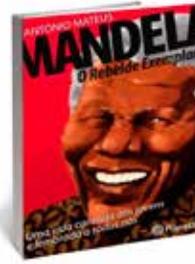
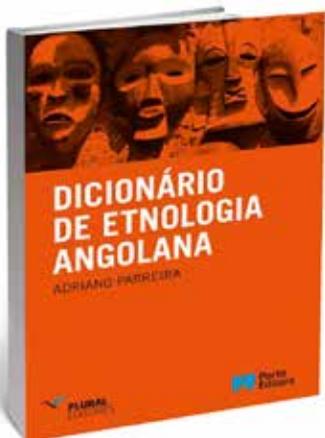


Dicionário de Etnologia Angolana

Adriano Parreira
Porto Editora, Lisboa, 2013

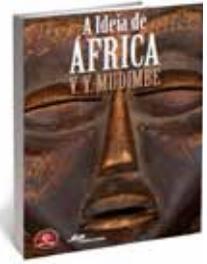
É editado após mais de 25 anos de estudo e investigação de Adriano Parreira e resulta de um esforço de manter vivo um património imaterial de valor inestimável para Angola e a sua cultura, entendendo esta no seu sentido mais lato. Chama-se *Dicionário de Etnologia Angolana* e as suas páginas trazem-nos cerca de 30 mil conceitos, organizados alfabeticamente, e respetivas definições detalhadas. É uma obra de fácil consulta e que procura satisfazer todos os que procuram aprofundar o seu conhecimento sobre diversos aspetos da vida cultural e social de um país tão plural e diversificado nas suas diversas dimensões, como é Angola. E se nos chega como dicionário, é inegável a vontade de o ler como um romance, página atrás de página, tal a riqueza do seu conteúdo. Adriano Parreira nasceu no Namibe e licenciou-se na Universidade de Uppsala, na Suécia. Foi investigador em universidades de França e Lisboa e lecionou

Antropologia, Sociologia e História de Angola na Universidade Nova de Lisboa. É autor de vasta bibliografia de Etnologia e História de Angola, participou em inúmeras conferências sobre o seu país mundo fora e foi embaixador de Angola nas Nações Unidas, além de ter sido membro de diversas organizações internacionais em Genebra.



Se é verdade que, nos últimos anos, já se editaram inúmeras edições sobre Mandela; se é verdade que foram já múltiplas as formas de abordagem a Madiba, recentemente desaparecido, entre biografias, histórias de períodos de vida mais específicos, entrevistas com quem ele privou, etc., a verdade é que, em língua portuguesa, é a primeira vez que se mergulha na vida de Nelson Mandela a pensar nos mais jovens. Um livro dirigido a todos aqueles que não são contemporâneos do apartheid e de tudo o que ele significou. Um livro para quem nasceu com a internet e que tem, obrigatoriamente, uma forma diferente de olhar o mundo. Do jornalista António Mateus, que tem sido repórter e correspondente da agência LUSA e da RTP na África do Sul e Moçambique, o livro, com uma escrita muito fluida, como seria de esperar face ao público a que se destina, consegue transmitir as vivências de Nelson Mandela, tudo aquilo por que passou e principalmente tudo aquilo em que acreditou. Uma obra que começa com Mandela criança, e desta forma nos faz chegar a força e rebeldia que então já manifestava, bem como os seus sentimentos de justiça. Para crianças e jovens, mas também para adultos.

Mandela – O rebelde exemplar
António Mateus
Planeta Editora, Lisboa, 2013



Depois de *A Invenção de África*, já lá vão umas décadas, Valentin-Yves Mudimbe oferece-nos agora *A Ideia de África*. Desta vez, o autor avança para uma fotografia de África assente em diversos contextos históricos e geográficos, desde a antiguidade grega até aos dias de hoje. As suas quase 300 páginas são uma reflexão assente em dois aspetos, como o próprio define: «a tematização greco-romana do outro e a sua articulação em conceitos como a barbárie e a selvajaria e o processo complexo que moldou a ideia de África, tal como os europeus a entendem. África é descrita como um paradigma da diferença no considerável espaço intelectual abrangido». Mudimbe nasceu em 1941, no Congo belga. Filósofo, professor e autor de romances, poemas e de diversos artigos sobre a realidade cultural em África, viveu alguns anos num mosteiro. A residir atualmente nos Estados Unidos, onde leciona, é considerado um dos grandes teóricos em estudos africanos.

A Ideia de África
Valentin-Yves Mudimbe
Edições Pedagogo, Lisboa, 2014



Com um single lançado em setembro do ano passado, o quarto álbum de Mayra Andrade chegou no final do ano. Intitulado *Lovely Difficult*, aparece num estilo mais pop que os anteriores, apresenta-nos músicas cantadas em português, crioulo cabo-verdiano, francês e inglês, e conta com colaborações de músicos norte-americanos, israelitas, franceses e ingleses. Há quem tenha afirmado que «a sua voz tem a sonoridade de uma Cesária Évora, mas libertada das voltas do destino e da pátina da tradição». Até pode ser verdade, mas inegável foi a rápida afirmação do seu estilo muito pessoal, conseguido em apenas três discos de originais, em diversos espetáculos e em colaborações com gente como Cesária Évora, Chico Buarque, Caetano Veloso, Charles Aznavour ou Mariza. Com a exceção de uma música, todas as outras falam de amor. Um amor que Mayra tão bem transmite. Afirmou a cantora no lançamento: «não gosto de discos que parecem uma salada de legumes. Seria uma humilhação fazer um disco que soasse a uma compilação de idiomas e estilos». Pois seria e *Lovely Difficult* não é nada disso. É arrojado, simultaneamente simples e complexo, onde o seu instinto musical marca presença.

Lovely Difficult
Mayra Andrade



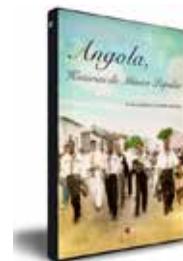
Considerada uma banda de referência na história da música guineense, os Tabanka Djaz levam já quase 25 anos de vida. Após onze anos de silêncio, voltaram ao estúdio e lançaram um novo álbum, intitulado precisamente *Depois do Silêncio*. Tudo começou em 1988, mas o verdadeiro lançamento internacional aconteceu em 1990, quando após diversos espetáculos nos Estados Unidos gravaram o seu primeiro álbum, que ficou com o nome do grupo – Tabanka. Os anos seguintes foram de sucesso, com vários discos editados, espetáculos pela Europa e África, discos de prata e alguns prémios. A morte de um dos músicos e a partida de outro para Angola silenciaram o grupo. Até hoje. Com quatro membros (o cantor e guitarrista Mikas Cabral, o baixista Juvenal Cabral e os teclistas Jânio Barbosa e Mimito Lopes), a formação vive novos dias com este *Depois do Silêncio*, e conta nos espetáculos com a colaboração do baterista Cau Paris, do percussionista Kabum e dos sopros Lars Arens no trombone, João Capinha no sax e Cláudio Silva no trompete.

Depois do Silêncio
Tabanka Djaz



Já está em suporte digital aquele que é considerado o mais completo documentário alguma vez realizado sobre a história do cinema. Cabe lá tudo, incluindo um olhar sobre a cinematografia africana. São 120 anos de história e de histórias da 7.^a arte e dos seus protagonistas. São 15 horas e a evocação de mais de 1000 filmes, desde o tempo do mudo à atualidade e às novas tendências que se anunciam. De Hollywood a Bombaim e à explosão do cinema indiano; da época de ouro do cinema norte-americano dos anos 30 e 40 do século passado à Nouvelle Vague e neorealismo que se estendeu pela Europa e que acompanhou as evoluções sociais e políticas então vividas no velho continente. É uma verdadeira viagem pelo tempo em imagens, com material inédito, centenas de entrevistas e depoimentos e muitas recordações. São cinco discos, cada um com três episódios. O primeiro intitula-se «O nascimento do cinema» e o último «O cinema hoje e o futuro». Pelo meio, simplesmente uma entusiasmante odisseia pela história.

A História do Cinema – Uma odisseia
Realizador Mark Cousins
Género Documentário



O documentário *Angola – Histórias da música popular* correu diversas salas em 2010 e chega agora ao suporte digital (DVD). Realizado por Jorge António, com argumento do próprio e de Mário Rui Silva, fotografia de Cláudio Jorge e Raul Booz, som de António Pedro Figueiredo e montagem de João Assunção, o filme atira-se literalmente sobre a música angolana desde os finais dos anos 40 até aos dias de hoje, numa verdadeira viagem ao recheado universo da música popular e às suas múltiplas influências. Jorge António poderia seguir diversos caminhos para atingir tão ambicioso objetivo. Não terá optado pelo mais fácil, mas escolheu certamente o mais eficaz e entusiasmante: deixou os intérpretes, os artistas, expressarem a sua música, dando-nos sempre um enquadramento político, social e cultural de uma Angola que tanto foi mudando nas últimas décadas, e que tantas vicissitudes viveu. Estão lá diversas gerações de músicos, como Liceu Vieira Dias, Rui Mingas, Lourdes Van-Dúnem, Teta Lando, Waldemar Bastos, Mestre Kamoço, Minguito, SSP, Dog Murras e muitos outros. Está lá no fundo a história – ou uma história – da música popular angolana.

Angola - Histórias da música popular
Realização Jorge António
Género Documentário



joaomelo55@hotmail.com

Fim de ciclo

JOÃO MELO

ANGOLA PARECE ENCAMINHAR-SE PARA O FIM DE UM CICLO. Isso era inevitável e, portanto, previsível. Os atores políticos e toda a sociedade são chamados, por isso, a encarar esse momento com a maior responsabilidade. Desde logo, tranquilidade e serenidade exigem-se. É crucial definir uma fórmula de transição que, sendo o mais consensual possível, faça o país avançar e não retroceder, mergulhando num clima de instabilidade semelhante ao de outros Estados africanos, em nome de «mudanças» que não passam de modismos e cópias, «impostos» de fora e sem qualquer ligação com a realidade concreta do nosso país.

Sim, mudanças são necessárias e, na minha opinião, estão «condenadas» a ocorrer entre nós, não porque os habituais adversários externos de Angola não desistem de trazer a instabilidade para dentro das nossas fronteiras, aproveitando-se muitas vezes dos nossos erros e debilidades, mas por corresponderem a necessidades internas efetivas, que as elites dominantes, se quiserem continuar a sê-lo, não podem olímpicamente ignorar e desprezar. Mas tais mudanças devem ser positivas, promovendo a resolução dos problemas que a sociedade ainda enfrenta, e não o inverso, ou seja, acarretando «desforras históricas», que impliquem novas exclusões e perseguições.

Resistir e sobreviver a uma das maiores conspirações internacionais da recente história contemporânea, contribuir para a libertação da parte sul do continente africano, iniciar um processo de pacificação interna inédito em África e dar os primeiros passos rumo ao crescimento e ao desenvolvimento foram as grandes realizações e conquistas do ciclo que agora se aproxima do fim. Como não há processos históricos isentos de erros, isso foi feito entre avanços e recuos, luzes e sombras, momentos de invulgar inspiração e generosidade e atos e opções criticáveis e até condenáveis. Mas o balanço global é comprovadamente favorável, o que explica a razão por que Angola é, neste momento, uma referência incontornável em África e não só.

Aqui chegados, a sociedade, naturalmente, exige mais. Daí, por conseguinte, a necessidade de encetar um novo ciclo. Pessoalmente, defendo que esse novo ciclo deve ser caracterizado pelas seguintes ações: choque de competência na gestão dos as-

suntos do Estado (governação), sem cedências ao populismo e à demagogia, controlo (ou «civilização») da corrupção, ousada revolução no ensino, aprofundamento e consolidação da democracia e maior inclusão social e nacional (melhor distribuição da riqueza e maior abrangência, equilíbrio e convivência étnica, racial, regional e de género, assim como entre as diferentes gerações).

O novo ciclo que o país reclama, quase quarenta anos após a sua independência, deve ser responsabilidade de todos. Contudo, parece estar em gestação um quadro psicológico pouco propício à materialização dessa assunção, que implica necessariamente uma disposição coletiva para fazer várias cedências, a fim de favorecer uma transição estável e o início das reformas necessárias para que Angola dê o pulo exigido pela sua aspiração em transformar-se de facto, por um lado, num país bom para todos vivermos e, por outro lado, numa potência regional consolidada.

Na verdade, é difícil estar despreocupado, quando o partido no poder – que deve conduzir a transição – parece assustado com as mudanças que se avizinham, preferindo adoptar uma estratégia de «cerrar fileiras» (no mau sentido), e a oposição, aparentemente, dá sinais de confundir essas mudanças com uma grande e impossível «limpeza», como começa a deixar transparecer a radicalização do seu discurso nos últimos meses. O mais grave é que não se vislumbra nenhuma alternativa entre essas duas tendências.

Os arremedos de «terceira» e «quarta» vias não passam disso mesmo: forças repetindo velhas críticas todos os dias, enfadonhas e negativistas, sem capacidade para formular as ideias novas que os angolanos esperam, para entrarem num novo ciclo da sua história. 

Angola precisa de entrar num novo ciclo para dar o pulo que os seus cidadãos desejam



LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES

A sua companhia de sempre.

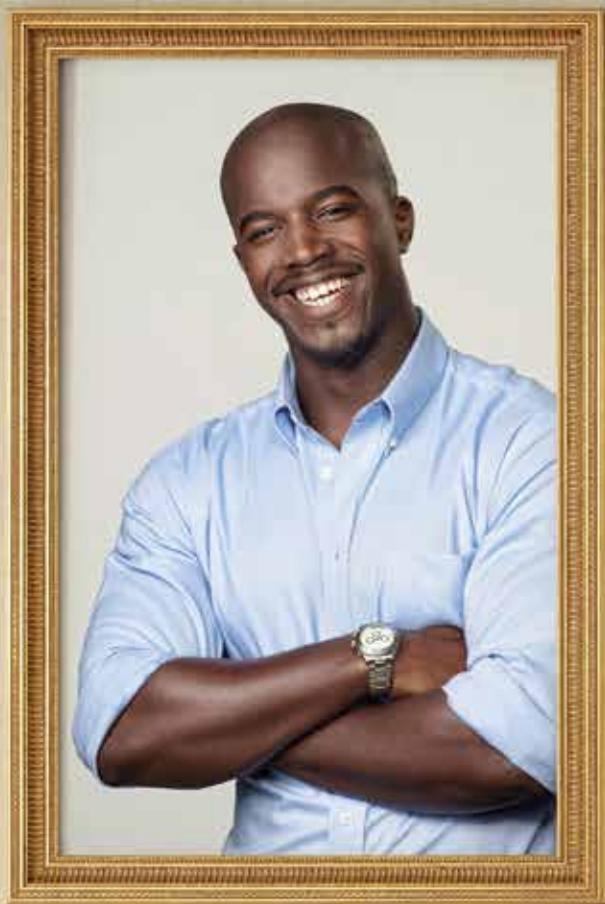
BEM-VINDO AO MUNDO TAAG.



No mundo TAAG fica tudo mais próximo. Graças a uma frota de aviões de última geração que, com menor emissão de CO₂, maior alcance e um conforto de topo, cruza os céus todos os dias para ligar Angola a 25 destinos espalhados por 4 continentes. Descubra agora os quatro cantos do mundo TAAG e faça boa viagem.

Informe-se na sua agência de viagens, Agências TAAG ou Call Center.
Call Center (+244) 923 190 000 | www.taag.com | www.umbiumbiclub.com

BOSS QUE É BOSS FALA GRÁTIS



O MELHOR BOSS DE SEMPRE

PLANO BOSS

**CARREGA E DISTRIBUI
O SALDO COMO QUER**

**FALA GRÁTIS
DENTRO DO GRUPO**

- 500 SMS GRÁTIS • 25% BÓNUS AO CARREGAR •
- 25Mb GRÁTIS TODOS OS MESES* •

Para activar liga 19300 ou vai a uma loja Unitel

ACEDE A www.boss.unitel.ao E GERE O TEU PLANO BOSS

nº apoio empresarial
19 300
www.unitel.ao



UNITEL

O próximo mais próximo.

*Válido apenas nos carregamentos de dados.